Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Centro de Ciências Sociais
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

Raphaela de Almeida Santos

A CUT, o "novo" sindicalismo e as reconstruções da memória do movimento operário brasileiro (1983-1990)

Rio de Janeiro
2012

Raphaela de Almeida Santos

A CUT, o "novo" sindicalismo e as reconstruções da memória do movimento operário brasileiro (1983-1990)

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: História Política.

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Antônio Souza Mendes

Rio de Janeiro

2012

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/ BIBLIOTECA CCS/A

S231c Santos, Raphaela de Almeida
A CUT o novo sindicalismo e as reconstruções da memória do movimento operário brasileiro (1983-1990) / Raphaela de Almeida Santos. – 2012.
122 f.

Orientador: Ricardo Antônio Souza Mendes.
Dissertação (mestrado) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.
Bibliografia.

1. Central Única dos Trabalhadores - Teses. 2. Sindicatos – Brasil - Teses. 3. Movimento operário – Brasil – Teses. I. Mendes, Ricardo Antônio Souza. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

CDU 331.88(81)

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação.

_____ _____
Assinatura Data

Raphaela de Almeida Santos

A CUT, o "novo" sindicalismo e as reconstruções da memória do movimento operário brasileiro (1983-1990)

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: História Política.

Aprovada em 28 de março de 2012.

Banca Examinadora:

_____

Prof. Dr. Ricardo Antonio Souza Mendes (Orientador)

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - UERJ

_____

Prof. Dr. Orlando de Barros

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - UERJ

_____

Prof. Dr. Jorge Ferreira

Universidade Federal Fluminense - UFF

Rio de Janeiro

2012

DEDICATÓRIA

Dedico a minha “irmã” Aline.

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar aos meus pais que me incentivaram a estudar desde muito cedo, mesmo quando este incentivo significou um enorme sacrifício para eles. Essas duas pessoas tão importantes merecem toda a minha gratidão, pois sem elas o caminho até aqui jamais poderia ter sido trilhado. Digo isso não apenas por eles terem arcado com o ônus dos meus estudos desde a educação infantil até a Graduação, mas também porque eles sempre estiveram comigo em todos os momentos da minha vida me dando apoio em tudo que precisei. Espero que essa demonstração de gratidão sirva para compensar a distância e também a pouca atenção que dispensei a eles devido aos muitos compromissos acadêmicos.

Ao meu orientador Ricardo Antonio Souza Mendes, agradeço pelo auxílio inestimável para o crescimento deste trabalho e atribuo também ao esforço dele em estar presente nos diferentes passos da minha pesquisa na transformação daquele primeiro rascunho apresentado a este Programa de Pós-Graduação nestas páginas que se seguem.

Aos membros da Banca Jorge Ferreira e Orlando de Barros, agradeço, em primeiro lugar, pela disponibilidade em ler estas linhas e pelas inúmeras contribuições que certamente darão para que elas melhorem ainda muito mais. Creio que esta contribuição extrapolará os limites deste trabalho e acabará por me servir em todos os passos que darei na vida acadêmica.

Ao Jorge, em particular, agradeço por ele ter sido a primeira pessoa a me dizer que eu poderia fazer o Mestrado. Creio que ele me tinha em mais alta conta do que eu mesma.

A minha prima-irmã, Aline Almeida dedico não apenas a correção ortográfica deste trabalho, como também o próprio fato de ele estar aqui concluído. Ela é a pessoa que, com muita paciência, me apoiou nas horas difíceis e nunca deixou de repetir de forma quase incansável a frase: “Você vai conseguir!”.

Talvez nem mesmo ela saiba o quanto este apoio foi importante diante dos muitos revezes que aconteceram ao longo deste processo. Pela força que ela me deu e pela confiança de que eu superaria tudo e conseguiria realizar o que estou realizando aqui, não só agradeço como dedico a ela este trabalho.

As minhas queridas amigas Thamy Antunes e Giselle Mendes, agradeço pela ajuda na revisão e na elaboração da versão em inglês do resumo, respectivamente. À Giselle agradeço ainda pelo fato de ela me considerar uma pessoa melhor só por que fiz Mestrado.

A todos aqueles que não foram citados aqui, espero que saibam que tenho por eles a mais profunda consideração e os guardo comigo sempre na lembrança e no coração. Todos aqueles que amo foram sem dúvida parte mais do que importante na conquista de mais esta etapa.

RESUMO

SANTOS, Raphaela de Almeida. **A CUT, o "novo" sindicalismo e as reconstruções da memória do movimento operário brasileiro (1983-1990).** 2012. 122 f. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

Este trabalho tem por objetivo analisar as proposições políticas da CUT na década de 1980, bem como a memória que esta entidade construiu sobre o passado do movimento operário brasileiro. Isso se fará através da observação de uma prática, que segundos os membros da entidade, seria mais combativa, inovadora e defensora dos reais interesses da classe trabalhadora. O que a levou a se colocar como representante de um "novo sindicalismo", contrapondo-se a o que a CUT denomina "velho sindicalismo", colaboracionista, clientelista e pouco combativo. O trabalho se utiliza das leituras que a CUT faz ao longo da construção das bases ideológicas de seu sindicalismo e sobre a atuação sindical anterior ao golpe civil-militar de 1964, sendo este um instrumento de criação de sua identidade política e também um referencial crucial para o estabelecimento de suas estratégias e propostas de ação no campo sindical, além de seu projeto político. Utilizando-se das referencias teóricas da nova história política, da cultura política, do conceito de memória e das relações entre memória-identidade e identidade-projeto, o trabalho pretende investigar como a CUT, a partir de sua fundação e nos primeiros anos de sua atuação se apoiou neste discurso que desqualificava as lideranças sindicais que atuaram antes de 1964.

Palavras-chave: Novo sindicalismo. Memória. Cultura política.

ABSTRACT

This study aims to analyze the political propositions of CUT — Central Única de Trabalhadores — in the 80's, as well as the memory constructed by this entity about the Brazilian labor movement. The analysis is carried out through observation of a practice that, accordingly to the entity members of CUT, would be more combative, innovative and supporter of the real interest of the working class. This led CUT to stand as a representative of "new syndicalism" opposing to what the entity denominates "old syndicalism"— collaborationist, clientelist and not very combative. The dissertation uses the particular interpretations CUT has made over the construction of the ideological foundations of its own syndicalism and its syndical performance before the 1964 civil-military coup, seen here as an instrument of creation of its political identity and project-identity, as well as its political project. By using the theoretical references of the new political history, political culture , the relation between memory-identity and identity-project as well as the concept of memory, the study focus on investigating the way CUT─ since its rising and its early work ─ leaned on that disqualifying discourse about unionist leaders who actuated before 1964.

Key-words: New syndicalism. Memory. Political culture.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....9

1 **OS MOVIMENTOS SOCIAIS, AS ESQUERDAS E A CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES**.....16

1.1 **A ditadura e o movimento operário**.....20

1.2 **O Movimento Operário e a transição democrática**.....28

1.3 **O Movimento Operário: do declínio às greves do ABC paulista**.....31

1.4 **As divergências na concepção de luta: a fundação da Central Única dos trabalhadores**.....35

1.5 **A Construção do "novo"?**.....41

2 **A CUT E AS RECONSTRUÇÕES DA MEMÓRIA DO MOVIMENTO OPERÁRIO.**.....43

2.1 **Um breve balanço historiográfico**.....43

2.2 **A Central Única dos Trabalhadores e o "novo" sindicalismo**.....47

2.3 **O "novo" sindicalismo e o mito sobre o movimento operário na Primeira República**.....53

2.4 **A noção de populismo e a história do sindicalismo brasileiro**.....58

2.5 **A Central Única dos Trabalhadores e a memória do "velho" sindicalismo**.....61

3 **IDENTIDADE E PROJETO POLÍTICO: A CUT E A CONSTRUÇÃO DE UMA IDENTIDADE POLÍTICA**.....76

3.1 **O "novo" sindicalismo combativo e autêntico: a CUT e a construção de uma identidade política**.....78

3.2 **O "novo" sindicalismo e o projeto político da CUT**.....83

3.3 **O projeto cutista: perspectivas políticas em disputa**.....90

3.4 **CUT: do embate entre projetos à afirmação de uma concepção sindical**.....94

4 **CONSIDERAÇÕES FINAIS**.....107

REFERÊNCIAS.....115

INTRODUÇÃO

No Brasil do final da década de 1970, em meio a inúmeras pressões exercidas pelos movimentos sociais por uma abertura política, as mobilizações do movimento operário brasileiro assumiram maior volume, tendo uma atuação destacada no processo de democratização brasileira. Foi em meio ao clima de euforia criado pelas greves do ABC, movimento que conferiu grande expressividade às ações do movimento operário brasileiro, que se iniciaram as discussões que culminaram na fundação, poucos anos depois, da Central Única dos Trabalhadores (CUT).

O surgimento dessa organização, bem como os acontecimentos que o impulsionaram, é motivo de intenso debate. A CUT surgiu no cenário político nacional alegando ser a representante de um "novo" tipo de sindicalismo, mais combativo, inovador e comprometido com as demandas operárias, diferentemente do que existira antes do golpe de 1964.

É interessante notar que as mobilizações no ABC paulista ocorreram após um longo período em que os sindicatos foram alvos de violentas intervenções empreendidas pela Ditadura Civil-Militar e, por isso, o discurso de acusação das práticas sindicais anteriores a 1964. Afinal, tratava-se da época em que a CLT – que previa a possibilidade de intervenções do Ministério do Trabalho nos sindicatos – foi implementada. Para aqueles que se consideravam "novos" sindicalistas, uma coisa é desdobramento da outra. Ou seja, a situação vivida durante a Ditadura Civil-Militar seria consequência do fato de os "velhos" sindicalistas terem aceitado a legislação trabalhista varguista. A ocorrência das greves do ABC, contrariando as disposições do governo que havia proibido categoricamente as mesmas, representaria um momento importante de ruptura com as velhas estruturas, tidas como apáticas e também com as ingerências do Estado. Por isso, também observamos no discurso da CUT críticas pesadas à CLT, que na concepção da Central deveria ser abolida.

O foco da análise e da crítica, implícita à auto-denominação de "nova" Central, não era a atuação sindical como ela se deu no período da ditadura, mas, sim, às ações das lideranças sindicais do período situado entre o então denominado período populista e a instalação do regime civil-militar. Período em que os trabalhadores, segundo os cutistas, estavam submetidos a "um equivocado pacto entre os dirigentes sindicais 'pelegos' e os representantes do 'Estado Populista'".

A princípio podemos dizer que a ideia do surgimento de um "novo sindicalismo" deve ser analisada com cautela. É primordial que se tenha em vista que se trata de um discurso que visava legitimar uma organização surgida no calor de intensa efervescência política em relação a um passado que se queria renegar. Mas que passado era esse? Os sindicalistas ligados às greves do ABC paulista se apresentavam como combativos, autênticos e opositores. Tratava-se de lideranças políticas ligadas ao recém criado partido dos Trabalhadores, o PT, cuja intenção era combater as práticas sindicais desenvolvidas pelo que eles identificaram como um sindicalismo "pelego atrelado ao Estado e com práticas fundamentadas na barganha com líderes governistas[1]".

Diante desse sindicalismo reformista ligado às "práticas paternalistas de um Estado populista", dirigido por lideranças ligadas a organizações partidárias como o PTB e o PCB, o "novo sindicalismo" entendia-se como muito mais expressivo, mobilizador, além de organizado pelas bases. Sendo assim, era um legítimo representante da classe[2]. Nesse sentido, a organização pelas bases foi escolhida como a ideia que integraria esse esforço no sentido de mudar a face das manifestações operárias no Brasil. As mobilizações incisivas e a organização pelas bases, ligadas aos verdadeiros interesses do operário comum estariam inaugurando um período novo na história do movimento operário brasileiro. O sindicalismo estava tentando modernizar a sua atuação.

A proposta deste trabalho é tentar entender o processo de construção de uma imagem de um sindicalismo "novo", construção essa atrelada a uma formulação de memória dirigida às práticas sindicais ligadas, tanto ao período varguista, quanto ao período da República Oligárquica, entendido como um tempo de intensas mobilizações operárias[3].

Além de buscar entender quais as leituras que a CUT propôs para o passado do movimento operário no Brasil naquele momento específico, tentar-se-á compreender como a perspectiva ou as perspectivas dos sindicalistas da década de 1980, se aproximavam de muitas das leituras acadêmicas sobre a história política brasileira em voga na época e que não se distanciavam das ideias de modernização da sociedade e da política brasileira. As

---

[1] SANTANA, Marco Aurélio. Entre a Ruptura e a Continuidade: visões da história do movimento sindical brasileiro. Revista Brasileira de Ciências Sociais. Nº41. ANPOCS, 1999.

[2] Idem, p. 4.

[3] Essa generalização é feita com base nas considerações de Jorge Ferreira, que acredita que as periodizações tradicionais sobre o período não são mencionadas pelos trabalhadores do período, para quem as mudanças de Governo Provisório para Constitucional, ou ainda de Governo Constitucional para o Estado Novo não representou nenhuma descontinuidade. In: FERREIRA, Jorge. Os trabalhadores do Brasil – A cultura popular no Primeiro Governo Vargas (1930-1945). Dissertação de Mestrado.

re-elaborações feitas pela CUT no campo da memória tornaram-se elementos constituintes de uma imagem de central sindical que a CUT queria embasar. Essa imagem é o cerne da construção de uma nova identidade política associada a um sindicalismo novo, diferente daquele que vigorou no período entre 1930 e 1964.

Conforme se dá a afirmação desta identidade social, a Central se organiza em torno dos projetos que estabeleceram estratégias e práticas que se prestaram a transformar os ideais defendidos pelos "novos" sindicalistas em realidade para os trabalhadores. Portanto, o trabalho debruça-se na análise das relações memória-identidade e identidade-projeto.

O trabalho inicia-se com a criação da CUT em 1983, abrangendo também os eventos que culminaram na sua construção, tais como as greves do ABC e a Conferencia da Classe Trabalhadora, a CONCLAT, idealizada ainda em fins da década de 1970. A pesquisa estende-se pela década de 1980, que é o período em que a CUT se preocupa com suas questões institucionais, e ao longo da qual ela estabelece e fortalece suas características de acordo com a sua identidade assumida pela central, de representante de um "novo" sindicalismo e de acordo com o projeto que vai, após alguns conflitos, estabelecer-se no interior da entidade. O recorte foi estabelecido desta forma, por entender ser necessário o estudo das ideias que foram concebidas pela própria CUT sobre seu papel e sobre suas posturas, a utilização da memória como parte do processo de construção de sua identidade política e também como fonte de legitimação de seus projetos políticos.

A memória que a CUT construiu do "velho" sindicalismo passa pela exaltação do movimento operário da Primeira República, considerado pelos cutistas como um parâmetro de organização e espírito combativo. Na concepção dos "novos" sindicalistas, esse momento – caracterizado pela predominância do anarquismo no movimento sindical – é o indicador de um elevado nível de consciência de classe devido às ações grandiosas desempenhadas pelo trabalhador comum.

O movimento operário estaria seguindo um caminho de combatividade e de imposição de seus interesses diante do patronato e das classes dirigentes, quando esta atuação foi interrompida pela interferência do Estado Populista, na década de 1930. Por sua vez, o período varguista foi identificado pelos cutistas como um lapso nesse processo. Um desvio de percurso na formação de uma classe operária consciente de seu papel. A formação da identidade sindical cutista decorreu de uma acentuada disputa de memória que contemplou apenas determinadas etapas da História dos trabalhadores brasileiros.

De acordo com as referencias teóricas desse trabalho, pretendo empreender o estudo do fenômeno do "novo" sindicalismo, tomando por base os significados políticos,

sociais e ainda culturais ligados às mobilizações operárias que deram origem à CUT. Não se pretende trabalhar com a ideia de que a intensificação das mobilizações operárias do ABC paulista foi originada exclusivamente devido ao panorama econômico, denotando que os movimentos políticos são consequências diretas das conjunturas econômicas. Uma abordagem que levanta a questão da dignidade, dos conceitos de certo e justo nos permite uma aproximação com as análises thompsonianas, que impulsionam uma interpretação que tenta não colocar os movimentos sociais como uma exteriorização direta e simplória dos problemas advindos da miséria e da privação material enfrentada por uma determinada classe social[4], no caso dos trabalhadores do ABC paulista as perdas matérias advindas do arrocho salarial.

Ao fazer um balanço do crescimento econômico vivido pelo país durante o período do "Milagre Brasileiro", e suas consequências para a situação da classe trabalhadora brasileira no início da década de 1980, a CUT considera as condições gerais de vida dos trabalhadores brasileiros. Desta forma, passa a inserir em suas reivindicações melhores condições de moradia, saneamento básico, saúde e educação[5], ou seja, uma exigência que transcende os conceitos inerentes às relações entre trabalho e capital e que amplia essa esfera de reivindicações, uma vez que não se concentra em questões de ordem econômica.

A relação de contradição entre novas e velhas práticas traz a marca da necessidade de legitimidade e da euforia trazida pelo clima de mobilização operária que também se misturava com um contexto de intensas lutas pela redemocratização do país. O ponto crucial para este trabalho é estabelecer um dialogo mais profundo com a história do "novo sindicalismo" através de novas abordagens, que nos permitam fazer um estudo mais dialógico do tema. Não se trata de corroborar com a ideia de "novo" sindicalismo, nem muito menos com a ideia de que ele nunca existiu e, sim, de compreender a complexidade do processo de formação de uma identidade social. Para tanto, leva-se em consideração as análises que os sujeitos fazem de seu próprio passado, bem como as utilizações que os sujeitos fazem desse passado, seja na construção de uma identidade, seja no estabelecimento de projetos conjuntos para seus futuros.

Para tentar compreender esse processo, um dos recursos teóricos que será utilizado aqui é o de Cultura Política. Como afirma Bernstein, a cultura política mostra-se como uma

---

[4] THOMPSON, E. P. A economia moral da multidão inglesa no século XVIII. In: Idem. *Costumes em comum*. Tradução Rosaura Eichemberg. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.p.152.

[5] Resoluções do Primeiro Congresso Nacional da CUT: 24, 25 e 26 de agosto de 1984. São Bernardo do Campo – SP. AMORJ.

melhor resposta a muitas das questões levantadas sobre os movimentos políticos, justamente pelo fato de não ser uma chave universal que abre todas as portas, mas "um fenômeno de múltiplos parâmetros, que não leva a uma explicação unívoca, mas permite adaptar-se à complexidade dos comportamentos humanos" [6]. A coerência da movimentação dos atores presentes na produção dos sentidos, nas tentativas de compreensão de novas controvérsias, disputas e compromissos, na resolução dos seus problemas, essas são premissas consideradas para se tentar ampliar a visão sobre as disputas de poder entre as tendências políticas cutistas e o que teria levado os indivíduos a essas escolhas políticas.

Com relação às leituras de passado, o conceito de Cultura Política também ajudará a perceber como os sujeitos mobilizam o passado, o presente e projetam o futuro no campo da memória, possibilitando mostrar os verdadeiros contextos temporais nos quais as culturas políticas emergem e tomam forma[7]. O estudo da cultura política estaria, portanto, ao estudo das memórias coletivas, uma vez que o entendimento das motivações políticas de um grupo ou indivíduo não podem ser consideradas sem que se faça uma análise aprofundada de suas percepções.

A Central Única dos Trabalhadores apresentava-se como a representante de uma nova forma de fazer sindicalismo. Sua criação pelas bases teria sido fruto do entendimento de que se tornava necessário uma nova organização para dar início a uma nova etapa na história do movimento operário brasileiro. Seria parte de um processo de emancipação dos trabalhadores em relação às amarras (o "populismo" e a Era Vargas) que teriam sido criadas para impedir sua organização independente. A entidade busca uma leitura de si mesma que remete a uma interpretação do passado comum do movimento operário brasileiro, buscando amparar suas posições, determinações e ações num discurso que ressalta a sua forma de organização, que se caracterizava, principalmente pela proximidade das bases, ou seja, dos trabalhadores brasileiros. Tratava-se de uma política em que a combatividade e o enfrentamento eram os traços característicos de atuação.

Buscarei fazer uma análise de como essa memória corroborou para a formação de uma imagem da CUT que funcionou como o elemento fundamental da identidade social que se formava naquele momento. Dessa forma, é possível que se compreenda como esta

---

[6] BERNSTEIN, Serge. "A cultura política". In: RIOUX, Piere e SIRINELLI, Jean-François. *Para uma história cultural*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

[7] DUTRA, Eliana. História e Culturas Políticas. Definições, usos e genealogias. *Varia História*, nº 28. Dezembro de 2002.

central sindical pode dar sustentação a suas práticas políticas e a seus projetos de futuro, integrando um grupo significativo de trabalhadores dentro de um mesmo padrão de ações e ideias. Esta relação entre memória e identidade social, bem como entre memória e projeto, é importantíssima para este trabalho, pois é necessário encarar a memória como um instrumento imprescindível na construção de um projeto. É ela que fornece os indicadores básicos de um passado que produz as circunstâncias do presente, sem a consciência das quais seria impossível ter ou elaborar projetos[8].

A noção de projeto neste trabalho está sendo abordada como algo que se associa na memória para dar significado à vida e às ações dos indivíduos, ou até mesmo à sua própria identidade, e ordenando as trajetórias dos indivíduos. O projeto, segundo Velho, existe no mundo da intersubjetividade e se associa profundamente com as representações que os indivíduos fazem de sua realidade, da forma como confrontam essa realidade com outras e da forma como idealizam melhorá-la, ou seja, com aquilo que acreditam ser preciso fazer para alterá-la.

Por último, gostaria de introduzir este trabalho apresentando sua estrutura. O mesmo está dividido em três capítulos, os quais estão organizados segundo a seguinte metodologia. No primeiro capítulo estabeleço uma apresentação do contexto de surgimento da CUT e do "novo sindicalismo", apontando o clima político e sua relação com as mobilizações operárias. A ideia é fazer um paralelo entre a história do surgimento da CUT, narrada pelos historiadores especialistas no tema, tentando ressaltar também as ideias que a Central Única dos Trabalhadores nos passa sobre seu surgimento e criação.

Tenta-se entender, dentro de uma perspectiva da nova história cultural, a multiplicidade de fatores que desencadearam um movimento de reivindicação tão amplo e consistente. Para além das questões econômicas, o operariado envolvido neste movimento pretendia também uma vida mais digna e também uma inserção no contexto de lutas pela abertura democrática.

No segundo capítulo, procuro trabalhar os elementos legitimadores para a existência da CUT, a memória que foi construída, além da auto-imagem que foi elaborada tendo como contra ponto o outro, ou seja, o "velho sindicalismo". Nesse ponto, faço um estudo da memória que se constrói na CUT, na década de 1980, levando em conta as leituras de passado do movimento operário brasileiro, analisando como a construção de uma memória do "velho" sindicalismo relaciona-se com a construção de uma imagem de

[8] VELHO, Gilberto. Projeto e Metamorfose. Antropologia das sociedades complexas. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Editor, 1994. p. 101.

organização nova, mobilizadora, autêntica, combativa e, portanto, mais legítima que as outras. No tocante a construção desta identidade, estudarei os recursos de memória apresentados pelos cutistas, bem como as relações entre esta memória e as análises em voga no debate acadêmico, que buscavam entender o Golpe Civil-Militar. Entendido até a década de 1980, através de uma perspectiva que o considerava fruto do colapso do populismo, o Golpe de 1964 viria a ser um dos acontecimentos mais debatidos da historiografia recente do nosso país. A formulação dessa memória, que procurou depreciar as ações sindicais no mencionado período passa por dois caminhos bem definidos: a depreciação do sindicalismo pós-1930; e a invocação da memória das lutas operárias do período pré-1930.

No terceiro e último capítulo, tento empreender uma análise de como a memória social, produzida pela CUT na década de 1980, colabora para a criação e a afirmação de uma identidade política relacionada à noção de novo sindicalismo para a formulação de uma dada estratégia de luta concebida como especificamente nova, bem como para a re-elaboração de um projeto de sociedade que os membros da CUT esperavam implementar. Além disso, a busca por uma relação entre memória e identidade social far-se-á presente nesta análise, visto que era necessária para a construção da ideia de que estava surgindo um novo sindicalismo, mas aguerrido, combativo e, por conseguinte, autêntico. As relações entre uma perspectiva comum de passado e a construção de uma imagem que no presente, apoia uma identidade política que diferencia um ator social de outros atores, serão o cerne deste capítulo. Os conflitos políticos que se desenrolarão dentro da Central são um ponto importante, pois demonstram que esta identidade não se constituirá sem disputas políticas.

Ainda neste capítulo, farei a análise da auto-imagem da CUT a partir das ideias produzidas pelos dirigentes sobre o seu papel a ser desempenhado, no caso o projeto político da entidade. Buscarei aqui compreender como o processo de formação da identidade política cutista está relacionada à afirmação dentro desta Central, de um projeto político, ou seja, um projeto comum de futuro para os membros desta entidade. Com as mudanças propostas para o estatuto da CUT propostas no Segundo Congresso, realizado em 1986 desencadeiam-se disputas política que serão vencidas pelo grupo que melhor souber dialogar com os anseios dos atores que compunham esta entidade sindical.

1 OS MOVIMENTOS SOCIAIS, AS ESQUERDAS E A CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES

> Não se pode estudar a história da luta dos trabalhadores, baseando-se na premissa marxista de que esta é uma classe revolucionária. Ao fazer isso, acabamos enquadrando sentimentos e comportamentos de atores sociais em categorias teóricas predeterminadas, que na verdade não fazem sentido nas vidas desses atores.
>
> *Barrington Moore Jr.*

O escritor e poeta português Fernando Pessoa já disse que "todo começo é involuntário". A proposição, que poeticamente é bastante inspiradora, não chega a ser um bom conselho para os historiadores. Quando nos deparamos com o desafio de iniciar uma análise é preciso estar sempre atento para o fato de que não se pode eleger categoricamente um fator para nos servir de base, de impulso. Por isso, ao tentar iniciar este estudo sobre a Central Única dos Trabalhadores e as leituras sobre a história recente dos movimentos políticos no Brasil, farei o que uma historiadora poderia fazer de mais sábio: se pautar no que outros especialistas sobre o tema apontam como sendo um marco inicial a ser considerado.

É um consenso relevante no meio acadêmico que o momento que pode nos ajudar a acender alguma luz sobre os movimentos sociais mais recentes da história do nosso país é a crise de agosto de 1961. Momento da renúncia de uma das personagens políticas mais intrigantes da nossa história, o ex-presidente Jânio Quadros, a ocasião nos remete ao desencadeamento de uma crise política que seria a gênese do golpe civil-militar de 1964[9].

A renúncia de Jânio Quadros teria deixado os setores que o apoiaram politicamente perplexos. Rapidamente começaram a articular um golpe, na tentativa de impedir a posse do vice-presidente João Goulart, que no momento da crise estava em visita à China. A

---

[9] REIS, Daniel Aarão."*Ditadura e sociedade. As reconstruções da memória"*. In: Idem, RIDENTI, Marcelo ; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *O golpe e a Ditadura militar quarenta anos depois (1964-2004).* São Paulo. Edusc, 2004. Outros autores que, além de Daniel Aarão, têm esta mesma percepção sobre o Golpe de 1964 são Jorge Ferreira, ver FERREIRA, Jorge. "Crises da República: 1954, 1955 e 1961". In: Idem e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. (organização) *O Brasil Republicano vol. 3. O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*.. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2008; FICO, Carlos."Versões controversas sobre 1964 e a ditadura militar". *Revista Brasileira de História*, vol. 24, nº 47, Jan-Jun, 2004; e Argelina Figueiredo, que, em seu livro analisa de forma profunda a tônica da Crise política que se estabeleceu a partir de 1961 e as polarizações política que levaram ao Golpe Civil-Militar de 1964. FIGUEIREDO, Argelina. Democracia ou Reformas? Alternativas democráticas para a crise política: 1961-1964. São Paulo. Editora Paz e Terra, 1993.

posição do sucessor era quase estratégica: nada poderia servir melhor aos interesses daqueles que intencionavam atrelar a sua imagem ao ameaçador comunismo internacional e com isso sustentar a inviabilidade de sua posse ao cargo de presidente da república.

Quando tudo parecia se encaixar perfeitamente nas ambições dos setores golpistas, a resistência entrou em cena. No Rio Grande do Sul, o cunhado de João Goulart e governador do mesmo estado, Leonel Brizola iniciou uma intensa campanha pela defesa das instituições democráticas e pela manutenção das disposições constitucionais. Era a Campanha da Legalidade.

A campanha deu certo. O golpe arquitetado pelos setores de direita foi abortado. João Goulart assumiu a presidência após uma delicada negociação com os setores que contestaram a sua posse e chegou à presidência com seus poderes presidências castrados por uma emenda parlamentar, mas assumiu o poder.

Muitos estudos, ligados a perspectiva de que a história política do Brasil estaria atrelada ao populismo, consideram que as origens do golpe de 1964 devem ser encontradas numa falta de compromisso efetivo com a democracia por parte da sociedade brasileira. Acredita-se que o governo João Goulart, apresentara um contexto político-social de ampla mobilização política das classes tanto populares quanto médias e empresariais. Isso, somado ao crescimento do movimento sindical operário e camponês, teria causado um inédito acirramento dos antagonismos classistas no Brasil[10].

Apesar de esta leitura que apresenta João Goulart como um representante débil da política de manipulação de massas já ter sido já ter sido sistematicamente criticada, não há como negar que a crise política foi a tônica do seu governo. O fato é que este presidente assumiu um país dividido pelo radicalismo dos grupos de direita e de esquerda. Goulart, que percebia claramente a fragilidade da aliança em que se apoiava, tentaria manobrar com ela a política brasileira, esforçando-se no sentido de retomar a aliança política entre a esquerda petebista e o centro pessedista que dera estabilidade ao governo de Juscelino Kubitschek[11].

As tentativas de evitar o caos político administrativo após o fracasso do Plano Trienal levaram o governo a levantar de forma mais efusiva a bandeira das *Reformas de*

---

[10] Dentre estes estão Octavio Ianni (*"O colapso do populismo no Brasil"*), como uma obra expressiva que traz essa consideração depreciativa sobre o Período Democrático de 1945-1964. Outros trabalhos como os de O'Donnell (*"Modernización y Autoritarismo"*) e Fernando Henrique Cardoso (*"On the Caracterization of Authoritarian Regimes in Latin America"*) são citados por Argelina Figueiredo como trabalhos que dão ênfase a crise econômica estrutural produzida nesse período pelos governos vistos como populistas. Outro autor que trabalha nessa mesma perspectiva é Francisco Weffort, que em seu livro "O populismo na política brasileira" fala sobre a "deturpada" cidadania brasileira.

[11] FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. Op. Cit. p. 133.

Base. Considerada pela esquerda uma condição indispensável para a ampliação da democracia brasileira, o plano acabou suscitando um intenso embate entre projetos políticos divergentes, especialmente com relação à questão da Reforma Agrária. De um lado a esquerda ansiosa por promover uma Reforma Agrária em linhas radicais, defendendo, em caso de necessidade, mudanças na Constituição ou mesmo o seu atropelo. De outro, setores de direita com um projeto mais conservador, defendendo o respeito ao direito de propriedade e o respeito das disposições já previstas na lei. Nenhum dos dois setores parecia disposto a aceitar um meio termo.

Na avaliação das esquerdas radicais[12], Goulart não passava de uma liderança burguesa de massa, e suas origens de classe teriam determinado seu comportamento ambíguo e vacilante, sendo ainda, um elemento fundamental para que o golpe ocorresse. Segundo afirmavam, tratava-se de uma liderança que não possuía elos reais com a classe trabalhadora, mas possuía uma tendência inequívoca de traí-la. Na avaliação de muitos historiadores, tratava-se, antes de tudo, de um populista[13].

Essa visão esquerdista estaria ligada a interpretação mais difundida sobre a ocorrência do golpe: tratava-se do colapso do populismo. A interpretação, que se tornou clássica, compreende o golpe como um resultado da contradição entre o modelo agro-exportador, que seria a estrutura da economia brasileira, e o modelo de modernização nacionalista ligado as empresas estrangeiras.

Essa interpretação estruturalista ganhou grande espaço entre os estudiosos do tema[14]. Se o populismo efetivamente se caracterizava por uma forma de política em que o líder carismático se dirigia às massas para manipular suas intenções políticas a favor das elites dominantes, uma vez que o dito líder não conseguisse conciliar os interesses das elites e o das massas essa forma de política entraria em colapso[15].

De acordo com Aarão Reis e Ferreira, a situação dos grupos antagônicos às vésperas do golpe gerava uma ironia. Durante a campanha da legalidade a esquerda defendeu a constituição contra as aspirações da direita golpista. Porém, antes do golpe era

---

[12] Podemos classificar como grupos de esquerda, aqueles que pressionavam o presidente a implementar as Reformas de Base, mesmo sem sua aprovação no Congresso. Podemos citar aqui grupos como a FMP (Frente de Mobilização Popular), liderada por Leonel Brizola, a UNE (União Nacional dos Estudantes), as Ligas Camponesas, a Ação Popular e o próprio Congresso geral dos Trabalhadores, o CGT.

[13] FERREIRA, Jorge. O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964. In: Idem e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. (organização) *O Brasil Republicano vol. 3*.Op. Cit. p.345.

[14] Idem, p. 346.

[15] In: FERREIRA, Jorge. "O nome e a coisa: o populismo na política brasileira". In: Idem (organizador). *O populismo e sua história. Debate e crítica*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2001.

a esquerda que ameaçava as instituições democráticas – uma vez que atacavam o Congresso Nacional – e a direita, hipocritamente, passou a ser a defensora da ordem legal[16].

Setores das esquerdas, contagiadas com um sentimento de euforia pela vitória diante da tentativa golpista de 1961, acreditavam que o furor combativo do povo seria suficiente para sustentar o governo Goulart e suas propostas reformistas. Rechaçavam as investidas do presidente no sentido de conseguir uma aliança parlamentar que garantisse uma maioria no Congresso que viabilizasse a implementação das Reformas de Base.

Goulart, que era mais cauteloso relutava em abandonar a fidelidade às instituições legais. Seu relacionamento político com as esquerdas começava a se tornar tão difícil quanto o era com as direitas.

No âmbito das esquerdas multiplicavam-se as organizações que defendiam o enfrentamento revolucionário como única forma de garantir reformas profundas que mudariam a face do Brasil para melhor.

As reivindicações no campo já tinham seu espaço no cenário político nacional representado pela atuação das Ligas Camponesas – criadas em 1954. É evidente que esse espaço aumentou sobremaneira a partir do governo João Goulart, quando o seu projeto de implementação de Reformas de Base trazia uma proposta ampla de Reforma Agrária.

No sentido de investir na organização do campesinato, o governo Jango regulamentou sua sindicalização e aprovou o Estatuto do Trabalhador Rural em 1963, estendendo ao campo os direitos trabalhistas que a cidade já conhecia desde 1930[17]. É nesse ponto que começa segundo Grynszpan, o processo de gênese da categoria "trabalhador rural" que se impôs a partir de então. Ainda no governo João Goulart teve inicio um intenso processo de criação de sindicatos rurais. Em 1963, foi criada a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG) [18], fruto de um entendimento entre o PCB e a Igreja Católica. A partir desse momento muitos movimentos surgiram em diferentes partes do país.

---

[16] As direitas aqui mencionadas são grupos ligados a uma perspectiva anticomunista e representadas pelos grupos empresariais organizados no IPES (Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais) e no IBAD (Instituto Brasileiro de Ação Democrática), os militares, formados na Escola Superior de Guerra (ESG), de acordo com as ideias da Doutrina de Segurança Nacional e a União Democrática Nacional (UDN), principal antagonista do PTB, o partido de João Goulart. In: MENDES, Ricardo. "As direitas e o anticomunismo no Brasil (1961-1965)". *Revista Lócus*. Juiz de Fora. EDUFJF, 2003.

[17] GRYNSZPAN, Mario. A questão agrária no Brasil pós-1964 e o MST. In: FERREIRA, Jorge e DELAGADO, Lucilia de Almeida Neves. (org) O Brasil republicano vol. 4. O Tempo da Ditadura – Regime Militar e Movimentos Sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2007.

[18] PIÑEIRO, Diego E. En busca de la identidad. La accíon coletiva em los conflictos de América Latina. *Clacso*. Buenos Aires, 2004.

A atuação das esquerdas seguiu no sentido de pressionar o presidente a promover as reformas prometidas, através do seu apoio. Acreditava-se que a implementação das mesmas poderia ser levada a efeito apenas com o seu amplo apoio político, descartando o apoio de outras vertentes partidárias, como, por exemplo, as de centro.

No confronto entre a direita e a esquerda, venceu a direita e seu discurso defensivo, marcado pela reivindicação de proteção da democracia e das instituições parlamentares, ao contrário das esquerdas, que se encontravam num clima de uma euforia e de uma confiança incrível em sua capacidade de impor mudanças. O desfecho, como anunciava Leonel Brizola, ocorreu em 1º de Abril de 1964. Mas não foi aquele que o líder de esquerda esperava. Foram as direitas que tomaram o poder de assalto para salvaguardar seu projeto político. Seguindo o histórico conselho de Antônio Carlos Andrada[19], "façamos a revolução antes que o povo a faça", a direita, representante dos movimentos anti-reformistas, chegou ao poder. Iniciava-se assim a longa Ditadura Civil-Militar Brasileira.

1.1 A Ditadura e o Movimento Operário

A atuação das organizações operárias em torno da defesa das reformas de base foi de grande importância. Os setores que articularam o Golpe de 1964 sabiam disso e trataram de tomar as devidas providências para impossibilitar a criação de qualquer foco de resistência dentro do movimento.

A legislação trabalhista inaugurada durante a Era Vargas, representada pela CLT, deixava a cargo do Ministério do Trabalho a decisão de intervir nos sindicatos, vetando candidaturas, destituindo diretorias eleitas e substituindo-as por interventores[20].

A permanência, no entanto, durante o período democrático, de governos que se baseavam em discursos de cooperação com a classe trabalhadora, garantiu a livre atuação dos sindicatos. No caso específico do governo Jango foi praticada uma política de negociação com os líderes sindicais, até então, inédita em nossa história política[21]. Foi

---

[19] Antônio Carlos Ribeiro de Andrada era governador de Minas Gerais no ano de 1930, quando ocorreu o movimento que levou Getúlio Vargas ao poder.

[20] MATTOS, Marcelo Badaró. *O Sindicalismo no Brasil após 1930*. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Editor, 2003. p. 48.

[21] Angela de Castro Gomes e Jorge Ferreira em "Jango, o movimento sindical e as esquerdas" demonstram que a carreira política de João Goulart se pautou numa tradição de negociação com os movimentos sociais, sobretudo o movimento operário. Neste capítulo, os autores focam no período em que Jango foi Ministro do Trabalho, durante a Presidência de Vargas e na abertura que foi dada a negociações entre as demandas operárias e os empresários. Nos depoimentos que se apresentam no final do capítulo, muitos são aqueles que ressaltam o fato de as portas do ministro estarem sempre abertas aos trabalhistas e sindicalistas. Eles afirmam vigorosamente que o ex-presidente sempre alegava não ser comunista e que "não contassem com ele para fazer socialismo". Este é um ponto importante, pois a postura de Jango em relação ao

justamente essa postura do presidente que dava grande espaço para a atuação da classe operária, representada pelas lideranças sindicais, uma das disposições mais combatidas pelos grupos que engendraram o golpe civil-militar de 1964, colaborando para a associação de sua imagem ora com o populismo varguista (ameaça de construção de uma república sindicalista) ora com um governo fraco que possibilitaria, através desta prática, a ascensão do comunismo[22].

Após o golpe, no entanto, as disposições da CLT que davam amplos poderes de intervenção ao governo, através da atuação do Ministério do Trabalho, foram utilizadas para imprimir uma dura política de repressão ao movimento operário[23], que tanta importância teve na fase anterior ao golpe e que atuava num sentido contrário aos interesses dos grupos de direita que tomaram o poder em 1964. Foram 433 entidades sindicais que sofreram intervenção direta do governo militar, sendo 383 sindicatos, 45 federações e quatro Confederações[24].

Tratava-se de uma política de intervenção que visava deixar o movimento operário acéfalo, apartado de suas lideranças e sem uma diretriz clara de atuação, especialmente, de resistência[25].

De acordo com Reis, as forças conservadoras entenderam que se fazia necessário aproveitar o momento para engendrar a destruição da tradição trabalhista – marcada pelas lutas socais e pelas relações entre lideranças sindicais, líderes governistas e Ministério do Trabalho. Para tanto, todos os meios seriam válidos, inclusive o da desmoralização e desqualificação desta. Dessa forma, segundo o autor o trabalhismo foi rebatizado, passando a ser chamado populismo[26].

---

movimento sindical foi o principal argumento daqueles que o acusavam de ser comunista. In: FERREIRA, Jorge e GOMES, Angela de Castro. *Jango. As múltiplas faces*. Rio de Janeiro. Editora FGV, 2007.

[22] Em artigo, Ricardo Mendes mostra que os anticomunistas não desencadearam uma ferrenha campanha de oposição a Jango por acreditarem que ele era um comunista, mas sim por entenderem que seu governo estava cercado de um profundo reformismo, representado pelo PTB o que poderia viabilizar a tomada de poder por parte dos comunistas. In: MENDES, Ricardo. Op. Cit. p. 5.

[23] Segundo dados apresentados por Marcelo Badaró Mattos em *"O Sindicalismo no Brasil após 1930"* a cassação dos direitos políticos e a instauração de Inquéritos Policiais Militares, os famosos IPM's, contra os dirigentes sindicais cassados também faziam parte da estratégia de repressão.

[24] Alguns autores como Marcelo Ridenti, Ricardo Antunes, acreditam que a dura repressão dirigida ao movimento operário era uma condição necessária para que o novo regime pudesse criar novos condicionantes para a expansão capitalista e sua maior internacionalização no Brasil. Ver ANTUNES, Ricardo e RIDENTI, Marcelo. Operários e estudantes contra a ditadura: 1968 no Brasil. *Mediações*. v. 12, n. 2, p. 78-89, Jul/Dez, 2007.

[25] SILVA, Francisco Carlos Teixeira. "Crise da Ditadura Militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985". In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. (orgs) O Brasil republicano vol. 4. Op. Cit. p. 260.

[26] REIS, Daniel Aarão. "O colapso do colapso do populismo". In:FERREIRA, Jorge. *O populismo e sua história: debate e crítica*. Op. Cit. p. 346. Neste sentido, tanto a direita quanto a esquerda atribuíam a responsabilidade do Golpe ao populismo.

A partir de 1964, a cassação de lideranças populistas e a revogação dos preceitos e práticas populistas passaram a fazer parte das preocupações e ações dos governos militares[27].

O movimento operário brasileiro sofreu um duro golpe com as ações da ditadura, que se utilizou da legislação trabalhista para criar uma série de mecanismos que pudessem refrear os ânimos do movimento sindical. Em meio às medidas tomadas pelo governo está a proibição das greves, o controle dos índices de reajuste salarial, o fim da estabilidade após dez anos de serviço, dentre outras medidas[28].

Os reflexos dessas ações políticas para a classe trabalhadora foram bastante negativos. Com o movimento operário desarticulado após ser objeto de forte represália, o governo militar colocou em prática seu plano de controle dos índices de inflação baseado no arrocho salarial. Estima-se que ao final da década de 1970 o salário mínimo representava apenas 60% do que era no início da década de 1960.

Não foram poucos os especialistas em economia, que, em 1964, defendiam o aumento da distribuição de renda, para que se observasse um modelo de crescimento econômico auto-sustentado que garantisse aos trabalhadores o aumento do seu poder aquisitivo, possibilitando que consumissem aquilo que produziam. Esse modelo de gestão econômica ficou conhecido na década de 1960 como reformas de base[29].

Os liberais, no entanto, acreditavam que uma maior intervenção do Estado na economia não era apenas equivocada como também representaria o excesso de poder exercido pelo mesmo. A raiz do problema para esses teóricos estaria no que chamavam de populismo econômico, que não seria eficaz no tocante a criar o clima apropriado para o avanço dos investimentos privados no Brasil[30].

Para os especialistas do complexo IPES/IBAD o peso crescente da máquina do Estado se fazia sentir na inflação, o que ocasionava o desvio de recursos da produção para a especulação. Ao jogarem a culpa da inflação na iniciativa privada, afirmava os membros do complexo, nacionalistas e governo pretenderiam desviar a atenção do verdadeiro problema: a corrida desenvolvimentista, empreendida pelos governos anteriores, que

---

[27] Idem, p. 347.

[28] MATTOS, Marcelo Badaró. Op. Cit. p. 52.

[29] PRADO, Luis Carlos Delorme e SÁ ERP, Fábio de. “O ‘milagre’ brasileiro: crescimento acelerado, integração nacional e concentração de renda (1967-1973)” In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia. Op. Cit. p.212.

[30] Idem.

teriam financiado esse processo com recursos oriundos da agricultura e provocado a falência do setor agrícola brasileiro[31].

Essa explanação se faz necessária, pois há indícios de que as duas propostas acabaram coexistindo ao longo dos Governos Militares. Mendes demonstra que a relação entre desenvolvimentismo e bem-estar, assim como planejamento e bem estar, estavam presentes no pensamento de algumas correntes militares de direita. Para os militares, planejamento estatal e industrialização eram considerados como partes importantes na estratégia para superar os antagonismos de classe e a "aplicação coordenada dos recursos de uma nação". Não obstante, os governos militares demandavam a subordinação total do movimento sindical ao Estado[32].

Mas qual seria o papel destinado à classe operária nesse processo. A equipe econômica que integrava o governo Castelo Branco tinha a missão de controlar a inflação a qualquer custo. A tarefa de reverter o quadro inflacionário que tendia a um contínuo aumento seria penosa e, em agosto de 1964, foi divulgada a estratégia governista para o controle inflacionário e a estabilização econômica: o Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG). O objetivo do plano era, simultaneamente, acelerar o crescimento e conter a inflação.

Além das outras medidas tomadas para combater o aumento da inflação[33], o PAEG também previa um mecanismo de reajustes salariais que não gerasse "pressões inflacionárias" [34]. Para Prado e Sá Erp, tal mecanismo implicou numa despolitização das negociações salariais e dependia também de uma maior flexibilização do sistema de contratação e demissão da mão-de-obra, o que gerou a substituição da estabilidade e do sistema de indenizações vigentes na época pelo Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS.

Para concretizar tais reformas, a intervenção nos sindicatos se fazia primordial para evitar a eclosão de greves e o aumento de uma oposição sistemática às ações do regime civil-militar.

---

[31] MENDES, Ricardo Antônio de Souza. "Direitas, desenvolvimentismo e o movimento de 1964". In: MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes. Ditadura e Democracia no Brasil. Rio de Janeiro. EDUERJ, 2003. p. 2.

[32] Idem, p.7.

[33] Refiro-me a medidas que visavam diminuir o déficit público, controlar as dívidas do Estado e também racionalizar as políticas de créditos, uma vez que o Paeg não se constituía como um plano baseado meramente no arrocho salarial. PRADO, Luis Carlos Delorme e SÁ ERP, Fábio de. Op. Cit. p. 214.

[34] PRADO, Luis Carlos Delorme e SÁ ERP, Fábio de.Op. Cit. p. 215.

Podemos observar, desse modo, que o movimento operário foi cercado por todos os lados: repressão e intervenções somadas a uma conjuntura de recessão econômica, do qual a inflação era o principal vilão além da política econômica do governo que traria grandes prejuízos à classe, deixariam os trabalhadores numa situação delicada. Isso sem esquecer a perda da estabilidade empregatícia, que trouxe um clima de grande apreensão para os trabalhadores.

Os representantes do governo civil-militar, ao contrário daqueles que derrubaram, não estavam dispostos a negociar com os trabalhadores os termos de uma ação que não os esmagasse[35]. Não só os trabalhadores que perderam seus empregos foram colocados em xeque. Os que conseguiram manter seus postos de trabalho passaram a conviver com o medo da espionagem e da presença dos "dedos-duros" e agentes do Dops que agiam no interior das fábricas denunciando os trabalhadores ligados ao sindicato e a movimentos de contestação[36].

O sindicalismo foi vítima de um golpe certeiro. Os sindicalistas cassados, perseguidos ou foragidos, mal tinham condições de defenderem a si mesmos. Muitas foram as denuncias lançadas sobre eles: corrupção, subversão dentre outras. A ditadura tratou de destituir as lideranças sindicais não apenas politicamente, mas também moralmente[37]. Segundo Santana, o Golpe de 1964 iniciou para as lideranças do PTB e do PCB uma nova trajetória de prisões, banimento, exclusão, fugas e também a sujeição à violência policial[38].

Em sua primeira visita a uma fábrica, numa celebração do 1º de maio, o general Castelo Branco, anunciava que a participação do trabalhador no crescimento da economia era central, pois sem ela nada seria possível[39]. Quanto aos baixos salários e o aumento no índice de desemprego, ele alegava que conforme os trabalhadores colaborassem com a

---

[35] O trabalho de Maria Celina D'Araujo, Celso Castro e Gláucio Soares deixa claro que houve uma convivência, em todos os momentos do Regime Civil-Militar, entre correntes moderadas e radicais (constantemente apresentadas como sorbonistas ou castelistas e linha dura, respectivamente) no interior do Exército. Estes autores afirmam que a ascensão ao poder de um grupo ou outro pode ser descrita como a "substituição de predominância de 'duros' por outro de 'moderados' e vice-versa". Está claro, portanto, que entre os anos 1968 e 1973 houve um claro recrudescimento do regime – até porque se trata de um período de predominância dos "duros" – o que se refletiu, principalmente, numa dura repressão ao movimento operário. In: D'ARAUJO, Maria Celina, CASTRO, Celso e SOARES, Gláucio Ary Dillon. *A Volta aos Quartéis. Memória militar sobre a Abertura*. Relume-Dumará. Rio de Janeiro, 1995. p. 24.

[36] NEGRO, Antonio Luigi. "Depois daquele limo: os termos do divórcio entre revolução e sindicalismo operário (1964-1978). In: FREIXO, Adriano de, MUNTEAL FILHO, Oswaldo de Freitas e VENTAPANE, Jaqueline (organizadores). *Tempo negro, temperatura sufocante. Estado e sociedade no Brasil do AI-5*. Rio de Janeiro. Editora da PUC - Rio. Contraponto, 2008. p. 165.

[37] Idem, p. 166.

[38] In: SANTANA, Marco Aurélio e NASCIMENTO, Regina Malta. "'Trabalhadores do Brasil' e 'peões': passado e presente na fala de duas gerações de militantes operários". *Revista Tempo*. N. 7. Março de 1999.

[39] Quem cita o fato é Antonio Luigi Negro, que fala da vista de Castelo Branco ao parque industrial da Usiminas em Ipatinga. In: NEGRO, Antonio Luigi. Op. Cit. p. 167.

produção receberiam, em contrapartida, a "austeridade patronal" e que compartilhariam, desde que se empenhassem com esmero em seus afazeres, os benefícios. O reflexo, óbvio, seria o aumento do salário.

O governo também acabou por tirar do Ministério do Trabalho o poder de legislar sobre os reajustes salariais e contribuía para que as empresas mantivessem o arrocho.

A despeito da ofensiva do governo, alguns movimentos no final da década de 1960 demonstravam a insatisfação dos trabalhadores com as medidas. Greves ocorreram, apesar da proibição, protestando contra as intervenções e reivindicando o fim do arrocho salarial[40].

Especialmente no ano de 1968, que conheceu uma re-ascensão dos movimentos sociais, o movimento operário demonstrou sua insatisfação com sua situação diante do governo militar. Ano em que o Ato Institucional nº 5 foi baixado, foi o momento em que o movimento operário mostrou porque também deveria ser uma preocupação para os detentores do poder. Foi nesse ano que se pôde ver que os sindicatos demonstraram não apenas a sua capacidade de sobreviver à repressão empreendida pelo regime, mas também sua capacidade de se recompor.

A partir de 1968 observa-se, a eleição de muitas direções sindicais desfavoráveis ao governo Costa e Silva, além da incidência de greves como a dos metalúrgicos de Contagem, que pararam a produção em abril daquele ano, seguidos pelos operários da indústria automobilística do ABC paulista. Na comemoração do 1º de maio as oposições sindicais expulsaram o governador de São Paulo da época, Abreu Sodré, do palanque. Em julho ocorreu uma nova greve dos metalúrgicos de Contagem[41].

O presidente chegou a declarar a Revista Veja que "nenhuma minoria sindical iria tirar proveito das vicissitudes de alguns trabalhadores com a inflação" [42]. A repressão governamental se abateu de forma truculenta sobre os sindicatos, que observaram mais de 100 cassações após a divulgação do AI-5. O ministro do Trabalho da época alegou que nenhum dirigente sindical que fosse incapaz de manter a disciplina e o enquadramento com a ordem social vigente seria mantido no cargo.

Nesse contexto, com as lideranças tradicionais encurraladas sem nenhuma possibilidade de atuação, gradualmente, um novo grupo de lideranças começou a ganhar

---

[40] Podemos citar a greve que ocorreu em Contagem, em abril de 1968, e outras duas ocorridas em Osasco, uma em 1967, e outra em 1968. Além de uma série de outros pequenos movimentos restritos aos mais diversos ambientes fabris. MATTOS, Marcelo Badaró. Op. Cit. p. 60.

[41] NEGRO, Antonio Luigi. Op. Cit. p. 177.

[42] Idem, p. 177.

força dentro dos sindicatos. Esse processo se deu de forma lenta devido ao clima de insegurança que se instalou no período. As cassações, as intervenções e as perseguições políticas levaram a um refluxo do movimento operário nos primeiros anos da Ditadura. Uma característica importante desses grupos sindicais era o seu distanciamento em relação aos partidos e às filosofias políticas, especialmente aquelas que predominaram no seio da organização operária desde início do século XX. Segundo Negro, o sindicalismo brasileiro foi protagonista de um duplo divórcio: um com a *Revolução de 1964*[43] e outro com a revolução pretendida pelos grupos comunistas[44]. Para Frederico, após o fracasso na tentativa de unificação entre movimento operário e guerrilha urbana – proposta inspirada na Revolução Cubana – essas duas vertentes se separariam definitivamente[45].

Verifica-se que a dura repressão sobre o movimento operário, inaugurada no Regime Civil-Militar, propiciou um tipo de organização que acabou sendo altamente valorizada pelas lideranças sindicais que despontariam no cenário político nacional no início da década de 1980: de pequeno porte e restrita ao ambiente fabril.

Foi através de pequenas mobilizações contra demissões, operações tartaruga e pequenas paralisações, movimentos cujas iniciativas estavam ligadas a uma organização extremamente localizada dos trabalhadores, que os operários brasileiros continuaram a lutar e a expressar suas demandas e reivindicações[46].

O próprio governo civil-militar já havia expressado a sua preocupação com as ações sindicais. Falava-se da necessidade do surgimento de um sindicalismo novo e nesse ponto referiam-se a perigosa proximidade entre o sindicalismo e a militância comunista. Um novo sindicalismo, na leitura dos setores governistas, deveria ser apartado da luta política e da militância partidária.

Durante a década de 1970, quando grande parte dos sindicalistas que tradicionalmente haviam ocupado a lideranças dos sindicatos até 1964 haviam sido alvo de algum outro tipo de ato coercitivo por parte do Regime, os militantes próximos a partidos como PCB e PTB eram vistos com desconfiança pela Ditadura que tendia a aceitar melhor a atuação da militância sindical sem filiação partidária. Esse contexto propiciou a atuação desses quadros que começaram a despontar no cenário sindical, denominando-se

---

[43] O grifo é meu e assinala que este termo é utilizado por Antonio Luigi Negro, para denominar o movimento que inaugurou o regime Civil-Militar que se instalou no Brasil em 1964.

[44] NEGRO, Antonio Luigi. Op. Cit. p.179.

[45]FREDERICO, Celso. 1968: guerrilha urbana e movimento operário. *Ciências Sociais Hoje* 1989. São Paulo: ANPOCS/Vértice, 1989. p. 275-291.

[46]RODRIGUES, Iram Jácome. *Sindicalismo e Política. A trajetória da CUT*. São Paulo. Editora Scritta, 1997.

autênticos. Foi a sua ideia de que o movimento sindical deveria se direcionar apenas ao atendimento das demandas dos operários que os levou a se entenderem como autênticos, o que trazia uma distinção entre aqueles que utilizavam o espaço sindical para "fazer militância política" [47].

Conforme assinala Iram Jácome Rodrigues, as greves que ocorreram antes da explosão do ABC paulista eram restritas ao ambiente fabril. Muitas foram organizadas pelos próprios trabalhadores no interior das fábricas por discordância em relação às políticas da empresa ou reivindicações de aumento de salários.

Esse autor apresenta a perspectiva de que o movimento operário se caracterizou pela ausência dos movimentos de massa, assumindo um formato fragmentado e voltado para o interior das empresas. Esta teria sido uma característica predominante no movimento no período que vai de 1969 – ano em que muitos autores consideram a ocorrência das últimas greves expressivas – à 1977, período em que as mobilizações operárias começam a assumir maior volume, principalmente, no tocante às reivindicações pela organização da CONCLAT[48].

O distanciamento entre as vertentes identificadas como "autênticas" dentro do sindicalismo na década de 1970 e os partidos que tradicionalmente se relacionaram com o movimento operário nas décadas anteriores – o PCB e o PTB – estaria relacionado também com a pressão que a ditadura tratou de fazer sobre as lideranças partidárias.

Daí o crescimento, cada vez maior, dentro dos sindicatos das correntes que se consideravam autênticas, justamente por não estarem ligadas a interesses partidários. Consideravam-se defensores dos interesses dos trabalhadores, comprometidos única e exclusivamente com suas necessidades.

Está claro que a ocorrência do Golpe Civil-Militar de 1964 representou um marco importante na história do movimento operário brasileiro. Não foram poucos os teóricos que explicaram sua ocorrência através da falta de autonomia da classe operária.

O fracasso das esquerdas em conter o Golpe foi entendido como o fracasso dos trabalhadores em fazê-lo, fora uma tragédia anunciada, de acordo com esses teóricos, a julgar pela forma como o movimento operário vinha sendo conduzido desde 1945: manipulado e subordinado ao "populismo" [49].

---

[47] In: NEGRO, Antonio Luigi. Op. Cit. p. 180.

[48] RODRIGUES, Iram Jácome. Op. Cit. p. 50.

[49] In: FORTES, Alexandre, COSTA, Hélio, NEGRO, Antonio Luigi, SILVA, Fernando Teixeira da e FONTES, Paulo. *Na luta por direitos. Estudos recentes em História Social do Trabalho*. Campinas. Editora da Unicamp, 1999.

No entanto, segundo Hélio da Costa, deve-se atentar para o fato de que houve um movimento de enquadramento da memória do movimento operário no período 1945 a 1964, que teria ocorrido após o Golpe de 1964. A história dos trabalhadores passou a ser interpretada como uma sucessão de equívocos e desvios iniciados após 1930, quando o populismo varguista alcançou os trabalhadores recém egressos do campo, colocando fim a uma rica trajetória autônoma e marcada por uma elevada consciência política de esquerda. Entregues às manipulações de classe, os trabalhadores teriam passado a fazer parte da engrenagem do Estado, cooptados por lideranças vacilantes e voltadas para os interesses do Estado populista, com destaque para os membros do PCB[50].

Essa interpretação da trajetória da classe trabalhadora brasileira só poderá levar a uma única conclusão: o Golpe Civil-Militar, vitorioso em 1964, representava o colapso o populismo.

1.2 O movimento operário e a transição democrática

Em meados da década de 1970, o projeto de abertura do Regime começou a ganhar maior consistência. As visões sobre o processo de transição da ditadura para o regime democrático geraram um considerável debate na historiografia. A abertura teria sido fruto das mobilizações sociais que começaram a se revigorar ou esse revigoramento teria sido um mero reflexo da disposição do próprio regime em promover uma abertura política de cima para baixo?[51]

Se por um lado é inegável que havia uma articulação muito clara por parte do Regime – protagonizada pelo presidente Ernesto Geisel e por Golbery do Couto e Silva – em promover uma abertura política, por outro, considero muito problemática a ideia de um processo social que se implementa pela vontade de um grupo em específico da sociedade.

Por isso, compactuo com as leituras que levam em consideração tanto a intenção dos militares em empreender uma abertura, quanto a atuação dos organismos da sociedade

---

[50] Idem.

[51] Sobre esta questão o trabalho de Maria Celina D'Araujo, Celso Castro e Gláucio Soares traz uma discussão muito interessante acerca das analises acadêmicas que vêm sendo feitas sobre as transições de regimes autoritários para regimes democráticos. Com relação à indagação sobre qual o fator mais relevante para se analisar a abertura, os autores, apesar de apontarem para uma interpretação de que tanto a disposição do regime em promover uma abertura, quanto às ações da sociedade civil contribuíram para o processo, ponderam que nem sempre as mobilizações sociais pressionam a abertura e exemplificam mostrando que em 1968, houve franco crescimento das mobilizações sociais no Brasil e o que isso acarretou foi um endurecimento do Regime e não uma abertura política. D'ARAUJO, Maria Celina, CASTRO, Celso e SOARES, Gláucio Ary Dillon. Op. Cit. p.38.

civil, que teriam determinado o ritmo do processo[52]. Numa perspectiva mais complexa sobre o processo, Silva menciona que os aspectos a serem considerados para uma análise da abertura política no Brasil são "a pressão externa, as condicionantes da economia mundial, os condicionantes institucionais dos militares e a oposição, representada pelo MDB" [53].

Assim, num momento em que a conjuntura econômica, política e social não era das mais favoráveis à Ditadura Civil-Militar, que sofria pressões externas[54] e internas, e em que a democratização despontava como uma demanda endossada por significativa parcela da população brasileira, os movimentos sociais ganharam um novo fôlego incorporando à sua plataforma de lutas a exigência pela abertura política.

No campo da economia observava-se uma crise que se inseria no contexto geral de crise do capitalismo, que, no início da década de 1970, passou por grandes dificuldades devido à ascensão da indústria japonesa, fato agravado pelo contexto dos conflitos árabes-israelenses que desencadeariam a chamada Crise do Petróleo. Os impactos dessa situação chegaram ao Brasil provocando o conhecido colapso do "Milagre Brasileiro".

No ano de 1980, como fruto da convergência de vários movimentos sociais de esquerda que surgiam no cenário político, foi fundado o Partido dos Trabalhadores, o PT[55]. Sua criação estaria envolta de uma simbologia política muito cara aos seus fundadores que se imaginavam fundando um novo partido, independente em relação a uma esquerda *duvidosa* (o grifo é meu) por sua proximidade com os líderes governistas.

O partido era organizado pelas bases. Acreditava-se que, por isso, sua atuação seria mais autêntica. Seus organizadores acreditavam que finalmente a classe operária, por sua própria iniciativa, começava sua atuação no processo de transformação da sociedade e do mundo. Sem dúvida o surgimento de um partido com essa conotação política era muito animador para as esquerdas[56].

Além disso, outro fator foi crucial para o surgimento dessas novas lideranças sindicais: o posicionamento da Igreja Católica. Apesar de alguns setores da Igreja Católica

---

[52] ARAUJO, Maria Paula Nascimento. Lutas democráticas contra a ditadura. In: FERREIRA, Jorge e REIS, Daniel Aarão. *As Esquerdas no Brasil. Vol. 3. Revolução e democracia. 1964...* Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2007. p. 334.

[53] SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Op. Cit. p. 249.

[54] O governo Jimy Carter, nos EUA, e sua atuação na luta pelos direitos humanos representou o fim do respaldo norte-americano, no âmbito da política externa, aos governos militares da América Latina. In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Op. Cit. p. 247,

[55] Para saber mais sobre o assunto ver REIS, Daniel Aarão. "O Partido dos Trabalhadores: trajetória, metamorfoses, perspectivas". In: Idem e FERREIRA, Jorge. *As Esquerdas no Brasil. Vol. 3.* Op. Cit. p. 509.

[56] Idem.

terem se mostrado favoráveis ao golpe, os outros setores identificados com a teologia da libertação ganharam espaço na instituição logo após os primeiros anos da ditadura, passando a constituir uma importante oposição ao regime. A evolução da crítica para a oposição direta com o regime teve a colaboração dos militantes católicos de esquerda e do crescimento dos grupos ligados a Teologia da Libertação[57]. Essa militância se organizou nas Comunidades Eclesiais de Base (CEB's), que começaram a se espalhar pelo país e a conquistar a adesão da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, a CNBB.

Segundo Negro, este grupo composto por católicos progressistas, militantes de esquerda, estudantes e operários agitavam os bairros, as ruas e as fábricas e preparavam-se para colidir com o que chamavam de "sindicalismo oficial".

O que chama a atenção no discurso desses grupos era a crítica a ditadura, ao clima de espionagem nas fábricas e ao arrocho salarial. Não acreditavam mais nas querelas judiciais, apostavam no embate direto, através de paralisações decididas com base em motivações cotidianas e longe das direções sindicais[58].

Há de se levar em consideração, no entanto, que essas mobilizações são resultado de um trabalho miúdo que vinha acontecendo no interior das fábricas, devido à violenta repressão da qual os sindicatos foram vítimas. Ou seja, esse caráter espontâneo das mobilizações operárias, quase sempre restritas ao ambiente fabril, advinha da falta de opções daqueles que protestavam por melhores condições de trabalho, sendo uma das poucas formas de reivindicação que havia restado naquele contexto de intervenção ditatorial[59].

Num cenário como este, é difícil considerar que essa característica de espontaneidade e de participação ativa do operariado em mobilizações de menor porte – o que acabou culminando em mobilizações de grande porte – não tenha surgido como um surto de conscientização e iluminação da classe operária ou como assinalou Rodrigues, "um raio caído em céu azul" [60].

Não obstante, uma nova palavra de ordem passou a vigorar na estruturação do movimento sindical: organização pelas bases. A ideia de que os movimentos políticos poderiam se constituir em torno de uma atuação direta dos seus atores foi a mais aceita

---

[57] Idem, Ibdem.

[58] NEGRO, Antonio Luigi. Op. Cit. p. 173.

[59] RODRIGUES, Iram Jácome. Op. Cit. p. 50.

[60] Idem, p. 50.

entre as esquerdas e entre aqueles que ascenderam à posição de lideranças no âmbito da luta operária no início da década de 1980.

Tudo isso foi o resultado de uma lenta mudança que foi se estruturando no interior dos sindicatos desde a década de 1970. As novas lideranças que começavam a se afirmar demonstravam uma grande sensibilidade para com os problemas mais urgentes da classe operária e essa visão seria colocada numa posição central em seu discurso de atuação. Para muitos, tratava-se de uma nova forma de ver o sindicato[61].

1.3 O movimento operário: do declínio às greves do ABC paulista

No final da década de 1970, em meio a inúmeras pressões exercidas pelos movimentos sociais por uma abertura política, o movimento operário brasileiro entra em cena com uma atuação muito destacada no âmbito das mobilizações pela redemocratização do Brasil.

Em maio de 1978, uma greve na montadora Saab Scania do Brasil assumiu dimensões muito maiores do que qualquer greve no interior de uma fábrica ocorrida durante o período militar – isso se considerarmos que as greves não desapareceram totalmente durante esse período[62]. Esse momento é apontado pela maioria dos estudiosos do tema como o marco inicial do surgimento do "novo sindicalismo" no cenário político brasileiro.

Assim como na Scania, outras greves aconteceram também em fábricas de pequeno e médio porte em Diadema e em são Bernardo. Essas greves antecederam uma campanha salarial que acabaria criando uma atmosfera de mobilização que atingiria toda a categoria.

Os especialistas consideram que este movimento teria representado um retorno do movimento operário para o centro do debate político, além do fato de as mobilizações operárias representarem mais um fator que colaboraria para o colapso do Regime Civil-Militar, somando-se às pressões para a iminente redemocratização.

---

[61] RODRIGUES, Iram Jácome. Op. Cit. p.71.

[62] COSTA, Hélio. O novo sindicalismo e a CUT: entre continuidades e rupturas. In: REIS, Daniel Aarão e FERREIRA, Jorge (organizadores.) Op. Cit. p. 600. As greves de Contagem, em 1968 e Osasco em 1969 são apresentadas como as mais significativas desse período. Marcelo Ridenti considera que o movimento de Contagem teria pegado o Regime Militar de surpresa. O mesmo não teria ocorrido quando os trabalhadores de Osasco pararam no ano seguinte, já que esse movimento foi duramente reprimido pelos militares. O mais interessante é que os autores que tratam do tema sempre enfatizam o fato de estes movimentos não estarem conectados a ações de organismos como o CGT, ou qualquer outra organização sindical de maior porte, sendo sempre retratados como movimentos espontâneos organizados pelos próprios trabalhadores. Podemos dizer que essas mobilizações não chegam a desaparecer por completo, após 1968, observando-se apenas uma expressiva mudança nas dimensões das mesmas. In: RIDENTI, Marcelo e ANTUNES, Ricardo. Op. Cit. p. 85.

Para Celso Frederico:

> O caráter massivo das greves deixou perplexa a ditadura militar em sua fase terminal. Sem ter como reprimir a ofensiva operária iniciada na Scania (e que logo se alastrou por todo o país), o regime em crise assistia à sua lei antigreve ser revogada pela prática de uma classe que, finalmente, recobrava sua capacidade de luta e projetava nacionalmente a liderança de luta [63].

A campanha fora desencadeada, sem sombra de dúvida, pelas perdas salariais ocasionadas pela Política Econômica do Governo (PAEG), que se baseava no arrocho salarial, e foram agravadas pela crise do milagre brasileiro, que teria seus primeiros reflexos, principalmente sobre os salários, ainda em finais da década de 1970[64].

É nesse contexto que o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, cujo presidente era Luiz Inácio da Silva, se lança na busca da reposição das perdas salariais. No âmbito dessas reivindicações a noção de dignidade começa a se tornar recorrente no discurso das lideranças do movimento[65].

A denúncia de que o governo manipulara os índices de inflação repercutiu no movimento de forma a impulsionar a mobilização operária. Quando a Scania parou em maio de 1978 foi posta em prática uma política repressiva que causaria certo desânimo, mas as mobilizações no interior das fábricas já haviam se espalhado pelo ABC paulista. A despeito da posição do TRT em considerar tais greves ilegais, os índices de adesão ao movimento grevista atingiram níveis altíssimos.

A campanha salarial do ano de 1979 foi mais cuidadosamente preparada pelas direções sindicais. As greves desse ano inauguraram a retomada das grandes mobilizações, o que marcou não só a história do sindicalismo, como também a história política brasileira por se inserir no contexto de resistência a ditadura civil-militar. Além disso, teve grande impacto na história da esquerda brasileira nos últimos 25 anos, desembocando na eleição

---

[63] FREDERICO, Celso.A Esquerda e o Movimento Operário (1964-1984) V. 3. Belo Horizonte. Oficina de livros, 1991. p.11. É importante assinalar que a nota foi colocada para ilustrar que a ideia de que as greves do ABC foram um evento que contribuiu para o aumento das pressões que a sociedade civil brasileira fez pela redemocratização é bem recorrente. No entanto, a consideração do autor de que as greves do ABC significaram também uma recuperação da capacidade de luta da classe operária é mais compatível com uma análise que entende o período democrático como um período de desmobilização da classe, visão da qual discordo.

[64] Segundo estimativas da própria Central Única dos Trabalhadores, a política de arrocho salarial implementada pelo PAEG teve efeitos desastrosos para a classe operária que teve seu poder aquisitivo esmagado, fazendo com que a classe sentisse os efeitos da defasagem gradual dos salários, situação que se agravou com a chamada Crise do Milagre Brasileiro, no início da década de 1970.

[65] SANTANA, Marco Aurélio. “Trabalhadores em Movimento: o sindicato brasileiro nos anos 1980-1990”. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *O Brasil Republicano vol.4*. Op. Cit. p.287.

para a presidência da República de uma liderança sindical de grande notoriedade no período do empreendimento das greves: Luis Inácio Lula da Silva[66].

O movimento contava com grandes assembleias reunindo contingentes de até 110 mil pessoas, que se aglomeravam no Estádio de Vila Euclídes, sendo comum também a ocorrência de piquetes. Mesmo assim, o patronato mostrava-se inflexível diante da possibilidade de negociação, apostando num futuro desgaste do movimento grevista e contando também com o aparelho repressivo do Estado.

No entanto, quando a intervenção repressiva se abateu sobre as portas das fábricas, os piquetes se deslocaram para os bairros e pontos de ônibus para dialogar com trabalhadores ainda indecisos sobre a greve. Não obstante as adversidades, as lideranças puderam respirar aliviadas, pois o primeiro fim de semana da greve terminava com os trabalhadores ainda mais mobilizados[67].

Diante desse quadro, verificou-se a intensificação da repressão que além de intervir diretamente nos sindicatos ainda procedeu com a prisão das principais lideranças grevistas, a fim de desarticular as mobilizações. Essa atitude causou um forte choque no movimento grevista, uma vez que as lideranças encontravam dificuldades para estabelecer uma comunicação com os trabalhadores, que exigiam a presença de um dos principais encaminhadores do movimento: Lula[68].

As ações repressivas tiveram um impacto fortemente negativo, gerando, inclusive, o refluxo do movimento. Mas, isso não significou o fim das mobilizações e muito menos das greves, já que a campanha salarial do ano seguinte, 1980, começaria a ser preparada desde o segundo semestre de 1979. A adesão às greves em 1980 foi estrondosa, chegando a um índice de 90%. A greve seguia uma dinâmica semelhante a dos anos anteriores, com grandes assembleias, reuniões nas fábricas, arrecadação de alimentos e dinheiro por parte do fundo de greve, que passou a contar com a colaboração de entidades sindicais e de movimentos sociais de todas as partes do Brasil, mostrando a amplitude do movimento que além de vislumbrar possibilidades maiores de um desfecho vitorioso[69], atraiu os olhares da sociedade brasileira, que o reconheceria como um pólo de resistência ao regime autoritário.

A dobradinha “intransigência patronal” e “repressão governamental” se repetiu, mas dessa vez encontrariam o movimento grevista preparado para ambas. Quando da

---

[66] Idem, p. 602.

[67] Idem, p. 604-5.

[68] Idem, p. 608.

[69] Idem, p. 609.

prisão das lideranças, um forte esquema de organização para suportar as ações repressivas entrou em ação.

Os movimentos que tiveram lugar no ABC paulista foram de grande relevância não só para o movimento operário, mas também para a sociedade brasileira que demonstrava a sua capacidade de organização e disposição de resistência ao regime militar. Para Costa, assim como para outros estudiosos, esses movimentos significaram mais do que a resistência à exploração a que estava submetida à classe operária brasileira, mas também representou o início do resgate de sua dignidade[70]. De acordo com Santana:

> após a greve de 1978, tornaram-se possíveis outras mobilizações, em um processo que se consolida e amplia com as greves dos metalúrgicos em 1979 e 1980, às quais, em volume ainda maior que na anterior, se incorporaram outras categorias (bancários, petroleiros, professores etc.) em todo o país, em *uma verdadeira ascensão da classe trabalhadora no Brasil do período*.[71] (grifo meu).

O avanço das lutas e reivindicações sindicais desembocou na busca de uma unidade que trouxesse maior força ao movimento e que o coordenasse nacionalmente. É nesse momento que os antagonismos acerca das orientações e práticas sindicalistas vão emergir.

Costa considera que o golpe civil-militar não chegou a silenciar por completo a luta dos trabalhadores na defesa dos seus direitos, mas concorda com o fato de que isto gerou enorme desarticulação do movimento sindical,[72] deixando pouquíssimo ou quase nenhum espaço de manobra.

Impulsionados por um contexto de lutas pela redemocratização e ainda por um período de inflação gerada pela crise econômica, ocorrida na década anterior, mas cujos efeitos se intensificavam no início da década de 1980, o sindicalismo acumulou vitórias importantes o que colaborou para a recuperação do espaço político que se perdera durante a ditadura.

---

[70] O autor E. P. Thompson nos mostra que quando um grupo social entra em contato com práticas econômicas que não fazem parte de sua tradição ele entra em choque com a mesma, a s rejeita. Isso expressaria uma economia moral. In: THOMPSON, E. P. Costumes em comum. Estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo. Companhia das Letras, 1998.

[71] SANTANA, Marco Aurélio. Op. Cit. p.289.

[72] COSTA, Hélio. Op. Cit. p. 612.

1.4 As divergências na concepção de luta: a fundação da Central Única dos Trabalhadores

No plano nacional, a realização de um Encontro da Classe Trabalhadora foi proposta publicamente, pela primeira vez, em novembro de 1977, quando uma delegação formada por 205 sindicalistas de São Paulo foi a Brasília para discutir questões do sindicalismo, no entanto, o mesmo só veio a ocorrer no início da década de 1980.

O Ministro do Trabalho na época, Arnaldo Prieto concordou com a ideia desde que os sindicalistas atendessem a duas condições. Para que o evento se realizasse a reunião teria de ser convocada pelas Confederações e o mesmo não poderia ter caráter de organismo permanente. Os sindicalistas não encararam as condições como um empecilho, e começaram a programar o evento. Por pelo menos duas semanas os principais jornais do país deram destaque ao assunto.

A Conferência Nacional da Classe Trabalhadora, que a essa altura já era chamada de CONCLAT, tinha sua realização prevista para o início do ano de 1978. Os temas escolhidos para serem debatidos na Conferência eram o FGTS, a política salarial, a rotatividade da mão-de-obra, as condições de trabalho, os contratos de trabalho coletivo, a reivindicação do direito de greve – perdido após o Golpe de 1964 – e a liberdade sindical. O objetivo do evento seria dar maior visibilidade às demandas operárias, bem como o estabelecimento de canais de negociação entre os operários e o patronato ou entre o operariado e o governo.

A princípio apenas três Confederações se comprometeram com a realização do evento: a Confederação dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG), a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Comunicação e a Confederação Nacional de Trabalhadores em Empresas de Crédito (CONTEC). A despeito do interesse dos Sindicatos e Federações na realização do evento, o presidente da Federação de Trabalhadores de Indústrias Urbanas de São Paulo, Hugo Perez declarou em abril de 1978 que "não houve consenso entre as Confederações" [73].

A ausência de um consenso fez com que a mobilização da CONCLAT arrefecesse por algum tempo, no entanto, a intenção de alguns grupos de sindicalistas em realizá-la

[73] I CONCLAT. Revista editada pela CUT que conta tudo sobre a história e organização do evento. Editado pelo Centro de Informação, Documentação e Análise Sindical. São Paulo, 1981. Arquivo do Movimento Operário do Rio de Janeiro – Amorj.

jamais desapareceu por completo. A organização da CONCLAT continuou a ser fortemente defendida por algumas organizações sindicais importantes como a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI), e pela chapa 2 que concorria a diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo.

As denúncias feitas em editoriais de periódicos operários sobre um boicote das confederações a convocação da CONCLAT eram inúmeras. Acreditava-se que os sindicalistas mais tradicionais queriam evitar um confronto com o grupo que se auto-intitulava "autêntico".

Apesar da demora, no dia 15 de fevereiro de 1981, dirigentes sindicais reunidos por iniciativa própria lançaram uma convocatória assinada por 60 entidades de vários estados brasileiros conclamando todas as entidades sindicais do país para uma reunião no dia 21 de março daquele ano, a fim de definir o local e a data da CONCLAT.

A conclamação aos trabalhadores brasileiros dizia: "Os trabalhadores têm sido historicamente marginalizados da vida política brasileira. Vivem sufocados por baixos salários, muitas vezes sem as mínimas condições de trabalho". Os defensores do CONCLAT protestavam contra o desemprego e contra a redução da jornada de trabalho com redução de salário, defendiam a estabilidade no emprego, a unidade dos trabalhadores da cidade e do campo e a reforma agrária.

A I Conferência Nacional da Classe Trabalhadora (I Conclat) foi realizada em Praia Grande, entre os dias 21 e 23 de agosto de 1981. Sua realização comprovava, por um lado, o grande poder de mobilização dos trabalhadores brasileiros, mas, por outro, evidenciava a divisão do movimento sindical brasileiro em dois grandes blocos.

Dessa forma os discursos sobre a unidade da classe em torno da criação de uma central sindical que unificasse a luta dos trabalhadores, passaram a gerar mais controvérsias do que possibilidades reais de unificação do movimento operário.

Grosso modo podemos identificar de um lado, aqueles que se auto-intitulavam "autênticos", reunindo-se em torno dos sindicalistas metalúrgicos do ABC e incorporavam sindicalistas de várias categorias de diferentes partes do país. Unidos às chamadas Oposições Sindicais formavam o bloco "combativo". De outro, a Unidade Sindical, na qual se reuniam as lideranças "tradicionais" do movimento sindical (vinculadas a setores considerados conservadores e pelegos pelas oposições sindicais) e militantes do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e do Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Esses são os

blocos que disputaram a hegemonia do movimento que emergia por fatores de ordem sindical e política[74].

O surgimento de um grupo que se considerava mais "combativo" em relação aos grupos que atuavam a longo tempo no âmbito da organização sindical, se deve a três motivos, de acordo com Leôncio Martins Rodrigues. Em primeiro lugar temos a permanência da estrutura sindical de forma intacta durante os anos da ditadura, o que forneceu consideráveis recursos financeiros às lideranças sindicais do período das greves. Em segundo lugar a ascensão de dirigentes não vinculados a herança janguista e do antigo PTB[75]. Por último, a mudança de posição da Igreja Católica, que ofereceu grande apoio ao movimento[76]. O grande embate entre os dois grupos ocorreu na primeira CONCLAT, onde suas propostas de orientação do movimento sindical foram apresentadas e debatidas.

Essa divisão em relação aos rumos que deveriam ser tomados pelo movimento operário ficaria ainda mais evidente quando se formou, dentro da CONCLAT, a comissão Pró-CUT, cuja criação foi aprovada na Plenária Geral da CONCLAT. Essa comissão teria a missão de organizar o Congresso Nacional da Classe Trabalhadora, marcado para agosto de 1982 onde seria criada a Central Única dos Trabalhadores, a CUT.

A criação da Comissão Pró-CUT gerou desentendimentos quanto aos critérios de representação a serem adotados na II CONCLAT. Devido a isso, a intenção da Direção Executiva Nacional da CONCLAT em lançar uma chapa única para a direção do evento fracassou e duas chapas foram lançadas. A Comissão Pró-CUT teria que ser votada.

Ambas as chapas desdobravam-se da Comissão Executiva Nacional (CEN) do CONCLAT. A chapa 1, apresentada por Arnaldo Gonçalves, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Santos, reunia 47 nomes e incluía quase todos os membros da CEN. A chapa 2, articulada por Luiz Inácio da Silva, o Lula, que também era membro da CEN, foi apresentada como uma resposta à reivindicação da representação de base na Comissão Pró-CUT.

---

[74] Idem, p. 290.

[75] Com relação e esta menção de Leôncio Martins Rodrigues da herança janguista, deve-se considerar que muitas das lideranças sindicais que atuavam antes de 1964, ligadas a aliança PTB-PCB, foram presas, perseguidas ou exiladas por conta do Regime que se instalou naquele ano. Sendo assim, esta desvinculação deve ser encarada como uma porta de entrada para os grupos sindicais que não se relacionavam com a militância política e um facilitador para a ação sindical, pois esses quadros não sofriam uma perseguição mais agressiva por parte do Regime. Além disso, apesar de Rodrigues encarar esta tradição "janguista" como algo negativo, considero que seria mais interessante se tivéssemos uma visão da mesma como algo inerente ao processo de formação desse movimento sindical revigorado.

[76] RODRIGUES, Leôncio Martins. As tendências políticas na formação das centrais sindicais. In: BOITO JR, Armando. (org) *O sindicalismo Brasileiro nos anos 80*. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1991. p. 13-14.

Apesar do lançamento das duas chapas a votação, segundo pronunciamento do próprio Lula, terminou empatada. A partir daí os membros das duas chapas começaram negociações para a organização de uma chapa composta.

Não obstante as diferenças entre aqueles que apoiavam a Unidade Sindical e o bloco dos autênticos, os membros que compunham a Comissão Pró-CUT faziam um balanço muito positivo dos resultados da CONCLAT.

Em entrevista ao final do evento, Luiz Inácio da Silva, ex-presidente da diretoria cassada do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de São Bernardo do Campo e Diadema, membro da Comissão Pró-CUT alegou que:

> A Conclat representou aquilo que é hoje o movimento sindical brasileiro. A Conclat deu mostras de que a democracia não faz mal a ninguém, e que a participação dos trabalhadores na plenária, votando sem as pressões de outros Congressos foi uma demonstração clara de que a partir do momento em que existir liberdade, os trabalhadores conseguirão encontrar seu próprio caminho. As tendências que se manifestaram na Conclat são as que temos no país. (...) [77]

Com uma visão um tanto menos otimista que a de Lula, Olívio Dutra, à época ex-presidente cassado do Sindicato dos Bancários de Porto Alegre declararia[78]:

> A Conclat foi o primeiro grande confronto, a nível [sic] nacional, das duas vertentes do movimento sindical. Ainda não foi um confronto rico e produtivo, porque várias discussões ainda se deram emocionalmente. Mas foi positivo porque entre o novo sindicalismo e o sindicalismo tradicional, maquinado pela esquerda clássica, existem divergências e não precisamos escondê-las 79.

Na II CONCLAT[80], – na qual não compareceram os setores ligados a Unidade Sindical – realizada em São Bernardo do Campo, entre os dias 26 e 28 de agosto de 1983, foi fundada a Central Única dos Trabalhadores.

Já durante os preparativos para o Congresso de Fundação da CUT, as cisões no Movimento Operário começaram a aparecer com mais força, ficando mais evidente com o

---

[77] Entrevista publicada na Revista da I CONCLAT. Op. Cit. 32.

[78] Considero importante observar que, durante o período da Ditadura, muitos líderes sindicais foram cassados por motivos políticos, quando o governo passou a se utilizar das disposições da CLT que permitiam a ingerência do Ministério do Trabalho sobre os sindicatos.

[79] Entrevista publicada na Folha de São Paulo de 25 de agosto de 1981. ANO LXI, Nº 19.136.

[80] A sigla CONCLAT apareceu pela primeira vez quando os sindicalistas pressionaram pela organização da I Conferência Nacional da Classe Trabalhadora, uma denominação análoga a Conferência Nacional das Classes Produtoras (CONCAP – realizado em 1979). A fundação da CUT ocorreu em 1983, no I Congresso Nacional da Classe Trabalhadora, com sigla idêntica. Esse evento também é chamado por muitos autores de II CONCLAT.

não comparecimento dos grupos de sindicalistas que não aceitaram as resoluções da I CONCLAT.

Essa divisão começou no interior de muitos sindicatos, onde membros e diretorias discordavam quando o assunto era a participação ou não na II CONCLAT. O sindicato dos metalúrgicos, por exemplo, não convocou assembleia para a discussão sobre a participação da entidade no CONCLAT.

Os trabalhadores, em carta aos dirigentes, afirmam o seu apoio ao CONCLAT, enfatizando que este evento, bem como a criação de uma Central Única dos Trabalhadores permitiria a unificações dos trabalhadores em todo âmbito nacional, facilitando a organização e a luta dos trabalhadores.

Os trabalhadores de base acusavam a direção de patrocinar a divisão do movimento operário, de tentar trair as decisões da categoria, efetivadas em congresso, e de fazerem parte de uma política de conciliação com o governo e os patrões. Na carta lê-se:

> Adiar o CONCLAT é mais uma tentativa de divisão do movimento sindical. Esses dirigentes, essa cúpula, são os membros que não (...) aceitam uma CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES independente dos governos e dos patrões. Não querem, na verdade, uma CUT construída a partir das bases.[81]

Como uma comprovação da divisão do Movimento Operário Brasileiro, os grupos que não compareceram ao Congresso de Fundação da CUT em Praia Grande, organizaram outro Congresso, que utilizava a mesma sigla da CONCLAT, mas significando Coordenação Nacional da Classe Trabalhadora, em novembro de 1983. Essa CONCLAT, mais tarde passou a se chamar CGT[82].

No momento da sua fundação, a CUT se organizou de modo a oferecer uma resposta política radical à conjuntura de crise econômica, desemprego e intervenção nos sindicatos que se impunha aos trabalhadores. Dentre as propostas formuladas pela Central estavam o fim da política econômica do governo, o rompimento com o FMI, a liberdade e a autonomia sindical, a liberdade de organização política, reforma agrária sob o controle dos trabalhadores, suspensão do pagamento da dívida externa, direito irrestrito de greve, eleições diretas para presidente e prefeitos em cidades consideradas áreas de segurança

---

[81] Esse trecho, bem como as considerações feitas acima sobre as posições dos metalúrgicos, fazem parte de uma carta de membros do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, endereçada a sua própria direção, datada de 24 de agosto de 1983.

[82] Conferência Geral dos Trabalhadores.

nacional, o fim das intervenções nos sindicatos, o reconhecimento da CUT como órgão máximo de representação da classe trabalhadora, dentre outras[83].

As greves do ABC paulista e a criação, pouco tempo depois, da CUT, foram eventos que geraram uma empolgação que não se limitou aos círculos sindicais, afetando também a opinião pública e contaminando as esquerdas. No jornal EM TEMPO[84] numa edição de agosto de 1983, lia-se:

> (...) As marcas do processo [as greves do ABC] são a espontaneidade, a combatividade de suas direções, muitas surgidas por fora e atropelando os sindicatos e o seu isolamento. As greves por categoria, mesmo coincidindo no tempo e no espaço, não se articulavam em comandos unificados e ações conjuntas. Os patrões e o governo, pegos de surpresa, num primeiro momento, cedem às reivindicações.[85]

As reivindicações da Central se inserem no contexto de sua fundação. Elas procuravam avaliar o panorama social, político e econômico vivido pelo país e dessa forma procurava tomar parte das reivindicações que diziam respeito não só à classe operária, mas sim ao cidadão brasileiro.

Isto posto, fica fácil entender a importância que a fundação da CUT tem, já que sua atuação não possui influência restrita apenas no âmbito das lutas sindicais, sendo um capítulo muito importante na história da esquerda brasileira das últimas décadas.

No que concerne ao campo de atuação sindical, as propostas da CUT foram bastante ousadas. Procurava-se antes de tudo um distanciamento com as chamadas "velhas" estruturas sindicais. A fundação da CUT marcaria o início de um "novo" sindicalismo, combativo, autêntico, autônomo, organizado pelas bases, enfim completamente diferente das estruturas sindicais que o antecederam. Era assim que se imaginava, ou melhor, que se interpretava a nova central de organização das lutas trabalhistas.

Iniciou-se, desse modo, um longo processo de construção da identidade sindical, ligada ao "novo" sindicalismo. Essa identidade não se fez sem que houvesse uma grande disputa no campo da memória, que se dirigia, principalmente, ao sindicalismo inaugurado na década de 1930, na Era Vargas e o surgido no âmbito das greves do ABC paulista.

---

[83] COSTA, Hélio. Op. Cit. p. 618-9.

[84] É importante que se faça uma observação quanto à inserção de um dado retirado deste periódico. O Jornal EM TEMPO surgiu quando um grupo de jornalistas, ligados a outro periódico operário, O Movimento, abandonou aquele impresso para fundar um jornal que se conectasse com a nova realidade das lutas sociais no Brasil. Basicamente, aqueles que fundaram o Em TEMPO se acreditavam fundando um jornal que apresentaria as questões ligadas ao cotidiano do trabalhador, sem, no entanto, falar por ele.

[85] Jornal EM TEMPO, 18 a 31 de agosto de 1893. p. 8.

Para analisarmos a produção dessa nova identidade política, que se formou dentro da CUT recorreremos ao estudo da memória para tentar entender esse capítulo tão importante da história operária brasileira, compreendendo as leituras desses sujeitos como parte da construção de sua própria identidade[86].

Essa leitura, disseminada pelas esquerdas, está ligada ao discurso do movimento operário que, na década de 1970, analisou a situação da classe operária brasileira através desses fatos políticos: se o movimento operário não conseguiu se impor e impedir o Golpe Civil-Militar de 1964, a explicação para esse problema estaria em anos de submissão a manipulação das lideranças sindicais populistas.

A visão de que o golpe civil-militar representou uma dura derrota para o movimento operário brasileiro está vinculada às manifestações operárias do final da década de 1970, que criaram um intenso clima de mobilização. Se naquele momento o operariado pôde se levantar contra a ditadura, se pôde manifestar suas demandas e enfrentar a repressão a questão era: por que não fizeram isso antes? Por que essa mesma força não fora empregada anteriormente para conter o golpe de direita? A resposta, claro, era o populismo.

A perspectiva em questão foi a base da interpretação dos grupos que engendraram a construção do chamado "novo sindicalismo". Acreditava-se que a pouca expressividade das movimentações operárias, no contexto do Golpe teriam sido resultado de anos de manipulação empreendida pelos governos populistas em anos de um pacto selado entre estas e os líderes sindicais trabalhistas. Pacto esse que não representou, em momento algum, os anseios dos trabalhadores brasileiros.

1.5 A Construção do "novo"?

O alto grau de mobilização dos trabalhadores e a ascensão dos movimentos sociais na década de 1960 levaram a ocorrência de um golpe de Estado que trouxe grande repressão a estes mesmos movimentos. No entanto, esse evento passou a ser enxergado pelas esquerdas brasileiras como uma grande derrota provocada pela própria condução do movimento operário no Período Democrático que vai de 1945 a 1964.

---

[86] GOMES, Angela de Castro. Cultura política e cultura histórica no Estado Novo. In: ABREU, Martha, SOIHET, Rachel e GONTIJO, Rebeca. (organizadoras) *Cultura Política e Leituras do passado: historiografia e ensino de história.* Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2007.

Chamado de Período da República Populista por muito estudiosos, esse interregno da história brasileira passou a ser analisado como um momento marcado pela colaboração estabelecida entre as lideranças sindicais, pelegas, e as lideranças governistas, populistas.

No meio deles, a manipulada, enganada e cooptada classe trabalhadora. Incapaz de tomar seu destino de classe em suas próprias mãos, esta acabou como vítima de um violento Golpe que despejou sobre ela toda a sua violência.

No entanto, a desmobilização das antigas lideranças sindicais, ligadas ao PCB e ao PTB, possibilitou a ascensão de militantes sindicais engajados única e exclusivamente com os interesses da classe trabalhadora. Não estavam no sindicato para transformá-lo num palanque de propaganda partidária. Estes se consideravam como “novos” sindicalistas, que ganhavam projeção no cenário político e sindical brasileiro, antagonizando com seus antecessores.

A ascensão desta nova identidade sindical ganhou ainda mais projeção com as greves do ABC paulista. Evento que recolocou os trabalhadores – relegados a anos de repressão empreendida pelos governos militares – no centro dos acontecimentos políticos do país. O movimento sindical brasileiro teria “ressurgido”. E segundo os cutistas, de cara nova. A partir das greves do ABC, os sindicalistas ligados a CUT tinham novas propostas, novos ideais e novos projetos para dirigir a classe operária brasileira. Seus objetivos seriam alcançados através das grandes mobilizações e a organização pelas bases garantiria que os dirigentes jamais se desconectariam suas ações dos reais interesses da classe.

Entendendo-se como membros de uma renovação inegável do sindicalismo, como um movimento sem precedentes – pelo menos recentes – na história operária, os “novos” trataram de romper com os que intitularam “velhos” sindicalistas. O passado foi duramente criticado, renegado e muito em breve deveria estar apagado. A fundação da Central Única dos Trabalhadores fora um grande passo nesse sentido.

Assim o “novo” sindicalismo iniciou sua trajetória no cenário sindical. Controlando a nova central, conceberam-se como um movimento de ruptura total com os antigos preceitos sindicais que nortearam o sindicalismo brasileiro no passado recente. Uma vez rompidas as relações no campo político de atuação sindical com as antigas lideranças sindicais, teria início uma ruptura no plano da memória.

E foi através da desqualificação do outro que essa identidade política se afirmou. Foi estruturando a sua própria memória sobre o passado do Movimento Operário que os cutistas construíram umas das mais importantes Centrais sindicas do nosso país.

2 A CUT E AS RECONSTRUÇÕES DA MEMÓRIA DO MOVIMENTO OPERÁRIO BRASILEIRO

> A memória individual – tal como a memória coletiva e a ordem social que ela ajuda a construir – é resultado de inúmeras contradições e tensões. As dificuldades surgidas quando da obtenção de relatos orais, raramente são decorrentes de brancos ou esquecimentos, sendo provenientes, geralmente, de uma reflexão sobre a necessidade de falar de seu passado ou não.
>
> *Michael Pollak*

2.1 Um breve balanço historiográfico

Muitos trabalhos acadêmicos destacaram-se em relação ao debate sobre o surgimento de um "novo sindicalismo" a partir das greves do ABC paulista no final da década de 1970. Dentre eles, os mais relevantes foram os de Maria Hermínia Tavares de Almeida, Ricardo Antunes, Leôncio Martins Rodrigues, Armando Boito Jr., Iram Jácome Rodrigues, Marcelo Badaró Mattos e Marco Aurélio Santana.

Uma das primeiras estudiosas a defender ideia de que o movimento desencadeado no ABC paulista, na década de 1970, foi o marco do surgimento de um sindicalismo novo, Maria Hermínia Tavares de Almeida julga que este movimento foi inovador no plano das aspirações sócio-proficionais, em sua prática sindical e em seu estilo de fazer política.

Sua análise ampara-se na ideia de que o sindicalismo brasileiro apresentou certa fragilidade, especialmente, a partir de 1930. No entanto, ao longo do período da República Democrática, apesar da incorporação das massas à vida política através do populismo, o movimento sindical teria ganhado um lugar de destaque na cena política brasileira, transformando-se num numa peça de grande importância no jogo do poder[87].

Foi tirando proveito de sua proximidade com o Estado que o sindicato, denominado pela autora como corporativista, conseguiu criar uma vasta gama de benefícios sociais para os trabalhadores, o que justifica sua adesão ao modelo.

---

[87] ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares. "O sindicalismo brasileiro entre a conservação e a mudança". In: Idem e SORJ, Bernardo. (organizadores). *Sociedade Política no Brasil pós-64*. Biblioteca Virtual de Ciências Humanas. Rio de Janeiro, 2008. p. 288.

Ao longo do período da ditadura, quando as prisões e cassações tornaram-se uma constante na rotina das organizações operárias, o espaço de atuação que sobrou aos sindicatos foi o da assistência social.

Justificando o recolhimento do imposto sindical usado em sua manutenção, durante o período em que a repressão abateu-se duramente sobre eles, os sindicatos basearam-se em ações de cunho assistencialista, tais como ajuda jurídica, por exemplo, o que impediu segundo Almeida, que se criasse um abismo entre as lideranças e as bases[88]. Essa proximidade inusitada teria sido o ponto de partida para as mobilizações operárias que tomaram conta do ABC paulista no final da década de 1970.

Essas ações estariam ligadas ainda ao surgimento de lideranças novas consideradas autênticas por não terem relações com a antiga cúpula do sindicalismo trabalhista. Nova liderança, novo sindicalismo, nova face para a política sindical que se gestaria a partir de então.

Um autor que também se posiciona claramente em relação a esta discussão – de que a CUT foi ou não representante de um "novo" sindicalismo – é Marcelo Badaró Mattos. Este historiador, de declarada formação dentro de perspectivas teóricas marxistas, apresenta em sua obra, "Novos e Velhos Sindicalismos", argumentos que comprovariam a propriedade da noção de "novo" utilizada pelos que engendraram a construção da CUT.

Badaró apresenta críticas às formas de organização do sindicalismo pré-1964 em sua análise, apresentando relatos de lideranças ligadas aos movimentos grevistas que ocorreram durante a Ditadura Militar, sempre focando no que havia de novo nessas mobilizações.

As reivindicações de liberdade sindical e em relação ao governo, além da preocupação com o debate em torno de temas ligados às condições de trabalho que geravam pautas mais amplas de caráter social e político, eram o ponto alto do sindicalismo cutista. Na análise de Badaró, a busca de maior espaço para negociações diretas com a classe patronal seria um ponto relevante ratificaria a ideia de que estava surgindo um novo modelo de sindicalismo que teria como pressupostos a liberdade e a autonomia sindical.

Uma vez que tais disposições seriam novidades no panorama sindical, Badaró defende a ideia de que efetivamente as greves do ABC paulista levaram à construção de um novo formato de sindicalismo. Segundo ele, "pode ser constatado que, apesar das

---

[88] Em sua leitura, Almeida vê as funções assistencialistas como ações que desvirtuavam o sindicato enquanto arma de mobilização e combate. Uma análise que não se aprofunda muito em questões que levem em conta as demandas do trabalhador enquanto cidadão com necessidades cotidianas diversas. In: ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares. Op. Cit. p. 291.

diferentes interpretações quanto as suas origens e significados, há uma convergência clara sobre sua importância".

Representantes de uma perspectiva claramente marxista, autores como Antunes, Martins Rodrigues e Boito Jr. defendem, em maior ou em menor medida, o conceito de "novo" sindicalismo.

Antunes define o "novo sindicalismo" como um movimento surgido no seio da estrutura sindical vigente e que inicia uma lenta mudança que ocorreria de dentro para fora nos sindicatos. As greves do ABC representariam, portanto, uma reação à super-exploração a qual estavam submetidos os operários, que combatiam, sobretudo, o arrocho salarial imposto pela ditadura e, sendo assim, sua importância política só teria atingido tal alcance em razão do contexto histórico que se vivia naquele momento[89].

Para Boito Jr., as "velhas estruturas" sofreram, devido às greves do ABC, um declínio e não uma crise. De acordo com o cientista político, foi o próprio legalismo das lideranças combativas que gerou uma atitude conservadora das "vanguardas" [90] sindicais que se submeteram ao Estado e não conseguiram conduzir as massas contra a estrutura sindical vigente[91].

Trata-se, no caso deste autor, de uma visão estruturalista, que leva em conta as circunstâncias políticas ligadas ao movimento sindical, não endereçando grande atenção às ações operárias que tiveram grande influência no surgimento dessa nova cúpula sindical. Além disso, sua análise utiliza-se ainda de conceitos como populismo e corrobora a ideia de que a "Era Vargas" teria efetivamente significado um momento de perda da autonomia da classe operária[92].

Leôncio Martins Rodrigues acredita, por sua vez, que o surgimento de tal fenômeno é decorrente da combinação de três fatores: a permanência da infra-estrutura oficial, a ascensão de lideranças não vinculadas ao PTB e a uma influência gerada pela mudança de postura da Igreja Católica. Segundo esse autor, as lideranças ligadas à CUT disputam com as "velhas" estruturas, sem, no entanto, recusá-las, o que transformaria o combate ao corporativismo num discurso e não em uma prática[93].

---

[89] ANTUNES, Ricardo. *O novo sindicalismo*. São Paulo. Brasil Urgente, 1991.

[90] Essa terminologia é utilizada pelo autor.

[91] BOITO Jr., Armando. "As tendências políticas na formação das centrais sindicais". In: Idem (organizador) *O sindicalismo Brasileiro nos anos 80*. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1991.

[92] BOITO Jr., Armando. Vargas e a herança Populista. *Politeia: História e Sociologia*. v.3. n. 1. p. 29-37. 2003.

[93] RODRIGUES, Leôncio Martins. As tendências políticas na formação das centrais sindicais. In: BOITO JR, Armando. Op. Cit. p. 13-4.

Outros autores são mais cautelosos diante dessa denominação: de “novo” sindicalismo. De acordo com Iram Jácome Rodrigues, ao longo do Regime Militar as pequenas lutas no seio do cotidiano fabril foram a tônica do movimento operário. Atingidos pelo que muitos consideravam uma dura derrota, devido ao sucesso do movimento golpista de direita, os sindicatos sofreram com as intervenções do Estado, que se utilizou das disposições repressivas da CLT para desmobilizar o movimento operário.

Nesse contexto de perseguição de lideranças, intervenções em sindicatos, a cassação de diretorias eleitas pelos trabalhadores para os sindicatos e a nomeação de interventores deixaram poucas estratégias de luta e de resistência contra as ações patronais e governistas, que não contemplavam os interesses dos trabalhadores.

Essa situação, segundo Rodrigues, dá uma conotação importante às ações de pequeno porte independentes em relação às lideranças sindicais. Essas pequenas mobilizações, aparentemente de menor importância, teriam impulsionado o gigantesco movimento grevista de 1978, uma vez que estes movimentos estariam relacionados à gestação de uma nova concepção de organização operária.

Foram essas as condições que, segundo Iram J. Rodrigues teriam levado ao surgimento de um sindicalismo diferenciado daquele que se conhecia até 1964. Gerando, assim, um padrão de ação sindical mais preocupado com os trabalhadores em seus locais de trabalho e com sua organização a partir das empresas[94]. A análise deste autor, apesar de não se colocar diretamente, corrobora com a constatação de que efetivamente o sindicalismo cutista, trazia em seu formato algo de novo.

Já para Santana, que segue um perfil de análise mais distanciado do marxismo, a confusão entre passado e presente foi feita com facilidade, pois, para os sindicalistas “combativos”, os setores ligados ao PCB teriam cometido erros graves. Isso porque se baseavam em uma política “reformista” e de “colaboração de classe”, adotando posturas que teriam facilitado a derrota dos setores populares frente ao golpe militar de 1964[95].

O que nenhum dos autores citados fez e que me proponho a fazer neste trabalho é uma discussão que não defende ou combate a ideia de “novo” sindicalismo, mas sim visa entendê-la como a base da construção de uma identidade política, articulada através de re-elaborações de memória sobre o passado do movimento operário brasileiro. A ideia central

---

[94] RODRIGUES, Iram Jácome. Sindicalismo e Política. A trajetória da CUT. São Paulo. Scritta, 1997. p.52.

[95]SANTANA, Marco Aurélio. Entre a Ruptura e a Continuidade: visões da história do movimento sindical brasileiro. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Nº41. ANPOCS, 1999. p. 4.

é entender como esses exercícios de memória relacionaram-se com os projetos políticos apresentados por esta vertente sindical nos primeiros anos de sua existência.

Não pretendo aqui comprovar que as greves do ABC paulista, ocorridas no final da década de 1970 inauguraram uma nova política sindical. Muito menos assinalar que o que se chamou de "novo" sindicalismo nada tinha de diferente. Procuro compreender como a retomada de grandes mobilizações da classe trabalhadora no cenário político brasileiro deu origem a uma nova Central sindical, cuja fundação baseou-se num discurso político que, sem a menor dúvida, criou uma nova identidade sindical forjada através de reconstruções da memória da classe operária brasileira.

2.2 A Central Única dos Trabalhadores e o "novo sindicalismo"

A Central Única dos Trabalhadores – entidade surgida no início da década de 1980 – teve sua formação relacionada a uma intensa disputa observada no cenário sindical entre grupos que apresentavam projetos distintos para a unificação do movimento operário, pretendida naquele momento. Essa cisão no tocante à concepção que nortearia a formação de uma Central Sindical que unificasse e organizasse as lutas dos trabalhadores brasileiros, ficou evidente durante a I Conferência da Classe Trabalhadora, que foi chamada de CONCLAT e realizada em 1981.

Por conta do conflito entre as vertentes que disputavam a hegemonia no campo sindical, a Central Única dos Trabalhadores foi fundada somente em 1983, num congresso realizado em São Bernardo do Campo, que deveria ter sido a II CONCLAT. No entanto, como os representantes das correntes sindicais que divergiam daqueles que participavam da Comissão Pró-CUT não compareceram, a CUT foi fundada sem sua participação.

A posição daqueles que não compareceram ao Congresso de Fundação da CUT e formaram a CONCLAT[96], foi entendida pela CUT como uma orientação que privilegiava alianças com a burguesia liberal. Para os cutistas, isso transformava a classe operária em massa de manobra e de apoio ao projeto das classes dominantes[97].

Sobre isso a CUT, em seu Primeiro Congresso, afirmava que:

---

[96] Como já foi explicitado no capitulo anterior, o termo CONCLAT foi usado para denominar o primeiro grande encontro da classe trabalhadora e depois como sigla do Congresso realizado pelos quadros ligados à Unidade Sindical, que mais tarde viria a se chamar CGT – Congresso Geral dos Trabalhadores.

[97] Resoluções do Primeiro Congresso Nacional da CUT: 24, 25 e 26 de agosto de 1984. São Bernardo do Campo – SP. Amorj.

> (...) os problemas decorrentes da divisão no movimento sindical não são de responsabilidade da CUT, mas das correntes da Conclat que dividem o movimento, como fizeram ao não comparecerem ao Congresso de 1983 [98].

Reforçar o contexto de disputa entre vertentes sindicais divergentes denota uma intenção muito clara de considerar que é através desta disputa pela hegemonia, enquanto entidade representante da classe trabalhadora, que se deu a construção do discurso político cutista.

Baczko assinala que o domínio do imaginário e do simbólico é um importante lugar estratégico para se alcançar e/ou manter o poder. Afinal, são as representações que constroem e consolidam a imagem que se quer forjar de um grupo e dos outros grupos. E é dessa forma que as representações modelam os comportamentos e viabilizam os projetos[99].

A Central Única dos Trabalhadores, entidade surgida no bojo das mobilizações operárias de finais da década de 1970, imaginava-se representante de um "novo sindicalismo", um movimento formado por sindicalistas "puros", trabalhadores genuínos, a partir das lutas da base por eles organizadas.

Além disso, não se pode desprezar o contexto de disputa que se observava no cenário sindical entre as lideranças tradicionais do sindicalismo brasileiro e os líderes do sindicalismo, dito, autêntico, que aqueles que endossaram a construção da CUT acreditavam representar.

É importante associarmos este contexto de disputa à identidade cutista que se formará neste período, levando em consideração que esta identidade também será um elo importante para o planejamento das ações futuras. Em vista disso, deve estar amparada numa construção que faça com que os atores coletivos engajados com este grupo político entendam que compartilham de uma história ou de um passado comum. É dessa forma que a memória serve ao propósito da construção de uma identidade que se propõe não apenas a definir um grupo, mas também a diferenciá-lo dos outros. Neste trecho das resoluções do seu Terceiro Congresso Nacional, a CUT considerava que:

> O sindicalismo classista [o da CUT] não reduz o trabalhador a um vendedor da força de trabalho, ainda que parta desta condição imposta pelas relações capitalistas de trabalho para desenvolver sua ação sindical. O sindicalismo classista considera o trabalhador dentro de um horizonte mais amplo, como

---

[98] Idem, p.4.

[99] BACZKO, Bronislaw. "A Imaginação Social". In: Leach, Edmund et Alii. *Anthropos-Homem*. Lisboa, Imprensa Nacioal/Casa da Moeda, 1985.

> classe produtora da riqueza social. (...) São duas as características básicas que definem o sindicalismo classista da CUT: a luta para atrair a maior participação possível dos trabalhadores e a capacidade de organizá-los em oposição à classe burguesa [100].

Foi a propósito da construção de sua própria imagem que a CUT empreendeu elaborações de memória sobre a história do movimento operário brasileiro. Buscando compreender o seu papel e justificá-lo diante daqueles que apoiavam a sua existência, essa entidade procurou na história os meios para a construção de sua identidade.

Que outra disciplina poderia servir melhor a este propósito? Que outro instrumento, além do recurso ao passado, poderia transformar-se numa fonte tão rica de elementos legitimadores de ideias e ações? Foi por conta deste anseio de legitimação enquanto entidade representativa dos trabalhadores brasileiros, que esses atores sociais esforçaram-se nesse exercício de memória.

Afinal, como disse Michael Pollak, a memória é uma operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar. Assim, integrando-se a tentativas mais ou menos conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades de tamanhos diferentes: igrejas, aldeias, regiões, clãs, famílias, partidos, sindicatos e, até mesmo, nações[101].

Seria interessante se tentássemos empreender uma leitura de como as motivações dos indivíduos em suas escolhas políticas estão relacionadas a um conjunto de referências formalizadas através das tradições compartilhadas por um determinado grupo[102]. Isso tanto no caso dos "velhos", como no dos "novos" sindicalistas. Afinal, a longa permanência das estruturas sindicais que os cutistas enxergam como objeto de crítica, não chega a ser questionada por esta memória. No momento do surgimento da CUT, entrava em cena uma distinção em relação ao passado do sindicalismo brasileiro que se pautava na ideia da existência de uma classe trabalhadora jovem, nova no tempo e no espaço e, sendo assim, livre das "fraquezas" [103] dos velhos operários[104] que por livre e espontânea vontade ou por influência do PCB aceitaram o "pacto populista" [105].

---

[100] Resoluções do Terceiro Congresso Nacional da CUT. Op. Cit. p. 15.

[101] In: POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento e Silêncio. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989.

[102] BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean-Pierre ; SIRINELLI, Jan-François. *Para uma história cultural*. Lisboa. Editorial Estampa, 1998.

[103] Jorge Ferreira já chamou a atenção para os problemas dessa abordagem conceitual. Segundo ele, é necessário abandonar a ideia de que o movimento operário a partir do governo Vargas caracteriza-se pela dominação exercida pelo projeto político-ideológico varguista sobre as mentes das pessoas, o que as impediria de manifestar uma avaliação crítica acerca de sua realidade social. As ponderações sobre a oposição entre a espontaneidade popular e a coerção das instituições são demasiadamente simplistas, sendo preciso reconhecer o papel das classes subalternas na conquista dos

A construção de uma memória do sindicalismo brasileiro segue caminhos bem complexos. A nova Central traz a tona dois tipos de considerações sobre o passado do movimento operário: a de que as ações operárias no início do século XX eram mais conscientes e autênticas, por se basearem na ação direta do trabalhador na reivindicação por seus direitos; e as que se baseiam na depreciação das ações sindicais empreendidas no período situado entre 1930 e 1964. Segundo essa perspectiva, foi nesse último período que o proletariado brasileiro teria sucumbido às ingerências do Estado Varguista. Tratava-se, evidentemente – para os cutistas –, de um momento em que a ação sindical não foi compatível com os verdadeiros anseios da classe trabalhadora[106].

A perspectiva adotada era a de que a burguesia, aliada ao Estado Populista, teria conseguido criar amarras nas quais o operariado ficou preso por muito tempo. Sem uma representação genuína e sem nenhuma impulsão própria[107], os trabalhadores sucumbiram aos "agrados" [108] que o Estado lhes oferecia em troca de obediência política.

Essa situação não teria sido de forma alguma, notada pelos operários graças à atuação das lideranças sindicais. Estas, ligadas a partidos que tradicionalmente se vinculavam aos sindicatos, o PCB e o PTB, estariam de acordo com a barganha que se estabeleceria entre o governo e os sindicatos, com a intenção de deixar as classes dominantes satisfeitas com a docilidade dos trabalhadores.

A CUT, por outro lado, considerava-se representante de um novo formato de atuação sindical. De acordo com as considerações da própria Central:

> A CUT foi criada a partir das bases (...). A fundação da CUT mostra uma nova realidade no movimento sindical brasileiro. Faz parte do processo de

---

seus direitos, pois elas lutam. In: FERREIRA, Jorge. *Trabalhadores do Brasil. O imaginário popular (1930-45).* Rio de Janeiro. Editora FGV, 1997. p. 56

[104] Esta ideia de que os trabalhadores brasileiros eram oriundos do campo e, em virtude disto, carregados de ideias tradicionais e arcaicas que o impediam de se relacionar de forma correta com a modernidade das zonas urbanas e, principalmente, em relação à organização do movimento operário vêm sendo extremamente combatida pela historiografia brasileira, que rejeita esta desqualificação do operariado brasileiro. Sobre o tema ver FERREIRA, Jorge. "O nome e a coisa: o populismo na política brasileira. In: FERREIRA, Jorge (organização). *O populismo e sua história: debate e crítica.* Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2001 e também NEGRO, Antonio Luigi. "Zé Brasil foi ser peão. Sobre a dignidade do trabalhador não qualificado na fábrica automobilística". In: BATHALHA, Cláudio, FORTES, Alexandre e SILVA, Francisco Teixeira da. (organização) *Culturas de Classe*. São Paulo. Editora da UNICAMP, 2004.

[105] SANTANA, Marco Aurélio. Entre a Ruptura e a Continuidade: visões da história do movimento sindical brasileiro. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. n. 41. ANPOCS, 1999.

[106] Essas considerações fazem parte da minha monografia de final de curso, intitulada "A Central Única dos Trabalhadores: do 'novo' sindicalismo à política de 'negociação conflitiva'", apresentada na Universidade Federal Fluminense como parte dos requisitos para a obtenção do título de bacharel em História, em Julho de 2009.

[107] In: Cadernos Democracia Socialista. Vol. II. Teses Sindicais. Outubro de 1987. São Paulo. Editora Aparte. Amorj.

[108] As aspas são para mostrar que esta ideia de que as ações do Governo Vargas constituíram-se como agrados, fazem parte do discurso cutista e não da autora deste texto.

> conquista da liberdade sindical e da luta pela emancipação dos trabalhadores. (...) Com a criação da CUT, houve uma demarcação no campo sindical, de um lado o sindicalismo 'combativo' e de outro o atrelado aos 'pelegos' [109]. (grifos meus)

Uma questão que deve ser colocada é que a identidade cutista que se forjava, durante a década de 1980, estava inserida numa disputa presente que acabou sendo transportada para o passado. Afinal, na Conclat, permaneceram as tradicionais lideranças ligadas ao PTB e ao PCB.

Fica evidente, nesse trecho, que a CUT estava em disputa política direta com outras propostas de organização da classe operária e de estratégias de reivindicação de direitos. O confronto com outros grupos sindicais, que representavam outras concepções de sindicalismo dá a tônica das reconstruções de memória empreendidas pelos quadros da nova central, que precisava afirmar sua autenticidade, bem como a superioridade de seu projeto político em relação aos demais.

Baczko chama a atenção para o fato de que as coletividades criam sua identidade, elaborando representações de si que estabelecem e se impõem os papéis e as posições sociais, levando, assim, à constituição de uma espécie de código de bons comportamentos e através da instituição de modelos formadores da ação.

Ademais, o autor demonstra que designar uma identidade coletiva significa delimitar a posição do grupo em relação ao "meio ambiente" e ao outro. Ou seja, a construção da identidade social não se faz sem que se forme, também, a imagem social dos inimigos e dos amigos, rivais e aliados. O imaginário é uma das respostas que uma coletividade dá aos seus conflitos, divisões e violências, sendo, por isso, uma das forças reguladoras da vida coletiva[110].

O contexto político vivido pelo Brasil em meados da década de 1980, quando as manifestações pela abertura do Regime Militar já alcançavam notória expressividade, o posicionamento dos grupos ligados à Conclat serviam de armas para o discurso político cutista:

> A integração eufórica da Conclat e das tendências que a compõem na Aliança Democrática de Tancredo e Sarney torna desde já impraticável qualquer iniciativa conjunta. A prática divisionista deste setor no movimento sindical, na própria construção da CUT e na sabotagem às lutas mais importantes da classe trabalhadora hoje se expressa, sobretudo, na traição a campanha das

---

[109] Resoluções do Primeiro Congresso Nacional da CUT: 24, 25 e 26 de agosto de 1984. São Bernardo do Campo – SP. Amorj.

[110] BACZKO, Bronislaw. Op. Cit. p. 309.

> Diretas Já. A CUT terá de enfrentar as tentativas de isolamento político que essa *política de colaboração de classe* lhe tentará impor [111].

O processo de enquadramento da memória que decorre destas necessidades de afirmação ou construção de identidade alimenta-se do material fornecido pela história. Toda organização política veicula seu passado a uma imagem que ela forjou para si mesma[112].

Outra ideia que fica explicita é a de que a classe trabalhadora estava reconquistando sua liberdade. Se a CUT representava a conquista da liberdade sindical, é porque o sindicalismo não era livre antes de ela existir, estava preso. Era um sindicato pelego, atrelado ao Estado, não representante dos interesses da classe trabalhadora. Essas seriam as características principais do "velho sindicalismo". Características que deveriam ser combatidas, esquecidas e superadas. Lembrar-se do "velho" sindicalismo passou a representar a busca por algo que deveria ser corrigido, um exemplo a não ser seguido.

Segundo o discurso da CUT, seu surgimento teve como objetivo declarado a ruptura com a constituição oficial do sindicalismo brasileiro e sua substituição por uma nova estrutura, organizada pelas bases, ou seja, pela própria classe operária. Dessa forma, a CUT rompia, logo de cara, com o verticalismo que assolava os trabalhadores em suas categorias. Seu surgimento dava-se em contraposição a tudo isso, como um espaço de organização sindical e ação política dos trabalhadores urbanos e rurais. Ela conseguiria aglutinar camponeses, operários e servidores públicos, em prol dos interesses de todos os trabalhadores brasileiros[113].

> A CUT tem uma vocação unitária não como imposição do Estado, mas como resultado da vontade política da classe trabalhadora e da defesa intransigente dos princípios de classe. Nesse sentido, um dos grandes desafios da CUT é o combate cotidiano ao corporativismo, imposto há quase 50 anos, que tem marcado profundamente o sindicalismo no Brasil. O corporativismo tem uma antiga origem internacional, tendo sido fortalecido pelo fascismo (...) [114].

---

[111]O grifo é meu. A menção a uma política de colaboração de classe denota uma clara intenção de associar os grupos ligados a Conclat com o sindicalismo ligado ao PTB e ao PCB entendidos como colaboraconista e pelego pelos cutistas. Resoluções do Primeiro Congresso da CUT. Op. Cit. p.8.

[112] POLLAK, Michael. Op. Cit. p. 10.

[113] OLIVEIRA, José Olívio Miranda. Estrutura Sindical imposta e construção da CUT. Continuidade e ruptura num processo de transição. Publicação da Articulação Sindical, sem indicação de data.

[114] Resoluções do Terceiro Congresso Nacional da CUT. Op. Cit. p.15.

A construção da CUT seguiria na contramão do corporativismo – representado pelos sindicalistas trabalhistas – que dividia e isolava os trabalhadores para a construção de uma forma de governo e de dominação, que negava a democracia[115].

A construção da memória do movimento operário brasileiro no interior desta entidade não se dirigiria apenas à história do movimento operário brasileiro. Ela direcionar-se-ia também à história política recente do nosso país, que na leitura dos atores que se esforçaram por narrar o passado do sindicalismo brasileiro, pode revelar fatores importantes que propiciaram a criação desta estrutura sindical.

O "novo" sindicalismo, ao invocar a memória do movimento operário brasileiro, abriu duas frentes de análise distintas. De um lado a rejeição à tradição trabalhista, entendida como sendo um entrave para a organização espontânea e verdadeira dos trabalhadores brasileiros. Neste aspecto, a história dos trabalhadores é analisada como o período do *Sindicalismo Populista*. De outro, reivindicava-se uma modernização das ações sindicais, baseada numa memória das mobilizações operárias do início do século XX, período entendido como um momento de glória das lutas trabalhistas, e de auge da consciência política dos trabalhadores.

Podemos dizer, então, que a narrativa cutista acaba por impor uma unidade sobre as descontinuidades do passado[116]. A história do movimento operário é enxergada em três momentos distintos na memória produzida pelos cutistas: um primeiro momento de formação da classe, em que a mesma se apresenta de forma mais consciente de sua função política e social; um segundo momento em que seu processo de construção, amparado numa enorme liberdade de ação é interrompido pelo Estado populista, que impõem a manipulação e o corporativismo; e um terceiro de retomada triunfal das mobilizações conscientes e livres das manipulações políticas.

2.3 O "novo" sindicalismo e o mito sobre o movimento operário na Primeira República

Os princípios de luta da CUT seriam a ação direta de massa através de paralisações, manifestações, greves, controle coletivo de terras etc. Outras formas políticas de pressão também faziam parte, como por exemplo, a utilização dos meios de comunicação e outros,

---

[115] OLIVEIRA, José Olívio Miranda. Op. Cit. sem indicação de data

[116] SARLO, Beatriz. Tiempo Pasado. Cultura de La memória y giro subjetivo: uma discusión. Siglo Veintiuno Editores. Buenos Aires, 2005. p. 15.

a ação legal mediante trâmites jurídicos e administrativos cabíveis e, por fim, a criação de novas formas de luta adequadas às circunstâncias na cidade ou no campo[117].

A percepção de que estas são as características de um movimento sindical efetivamente combativo estaria vinculada às tradições de lutas operárias da Europa, no século XIX. Essa comparação evidencia uma clara aproximação entre a ideologia política cutista e a literatura especializada da década de 1970 que ressaltava a pouca mobilização dos trabalhadores no período democrático.

Em sua obra "O Populismo na Política Brasileira", Francisco Weffort esclarece que se nos basearmos na tradição europeia de lutas de classes, poderemos entender como participação política ativa dos trabalhadores, aquela que implica numa consciência comum dos interesses de classe e numa capacidade de auto-representação política[118].

Uma vez que a classe trabalhadora brasileira não possuía nenhuma dessas características, especialmente, a partir da década de 1930, pode-se concluir, de acordo com aqueles que endossam a teoria o populismo, que as classes sociais brasileiras foram totalmente passivas nesse período.

Nesse sentido, as greves do ABC teriam representado o primeiro grande passo para a construção de um sindicalismo livre e autêntico, a exemplo do que ocorreria no Período da República Oligárquica. Para os "novos sindicalistas":

> As cadeias que têm impedido o proletariado de se organizar de forma independente foram criadas nos anos 1930, quando os trabalhadores conheceram, sob a direção do stalinismo, uma derrota esmagadora. (...) A burguesia pôde, sob a direção de Vargas, utilizar o espaço que ganhou em 1935 para impor à classe operária o controle estatal sobre os sindicatos[119].

A caracterização do momento em que surgiram as estruturas sindicais "pouco representativas" e "ineficientes" na defesa dos interesses da classe operária não é o único

---

[117] É importante frisar que a perspectiva do que seriam meios legais de luta da CUT tem suas idiossincrasias. Em artigo elaborando em conjunto com Regina Malta Nascimento, Marco Aurélio Santana mostra, através do discurso dos próprios trabalhadores, que o desprezo pelo legalismo excessivo dos "velhos" sindicalistas é bastante evidente. No discurso dos "novos" sindicalistas chamam atenção as referências ao poder que o trabalhador poderia exercer através de sua ação direta, evidenciando que existira um limite para as negociações. In: NASCIMENTO, Regina Malta e SANTANA, Marco Aurélio. "Trabalhadores do Brasil" e "peões": passado e presente na fala de duas gerações de militantes operários. *Revista Tempo*, N 7, 1999.

[118] WEFFORT, Francisco. *O Populismo na Política Brasileira*. São Paulo. Paz e Terra, 1978.

[119] Cadernos Democracia Socialista. Vol. II. Teses Sindicais. São Paulo, 1987. A Democracia Socialista era uma das tendências sindicais que atuavam no interior da CUT, não chegando a ser majoritária, como é o caso da Ala Articulação Sindical, vencedora das eleições para a direção nacional da entidade desde o início da década de 1980. No entanto, este discurso sintetiza muito bem a memória do velho sindicalismo que era comum às diferentes tendências que atuavam no interior da CUT. Apesar das divergências no campo político e em relação aos projetos de atuação a serem implementados, estas alas utilizavam-se de uma mesma memória sobre o passado do sindicalismo brasileiro.

elemento de uma memória que também aponta para a interrupção de um processo histórico de formação da consciência da classe operária no Brasil:

> [Nos anos 1930] Iniciou-se, então, a criação de uma poderosa burocracia ligada ao Ministério do Trabalho que seria, no período 1945 e 1964, o principal sustentáculo do Partido Trabalhista Brasileiro, um partido nacionalista burguês de manipulação de massas e coluna vertebral do regime populista. Foi também nos anos 1930 que o stalinismo, apoiado pelo seu aparelho internacional e pelo prestígio que gozava como aparente herdeiro do bolchevismo suplantou o anarquismo e o trotskismo como direção política da parcela organizada do proletariado[120].

A entrada em cena da idealização das mobilizações operárias da Primeira República, tidas como mais conscientes e extremamente combativas pode estar relacionada tanto com o confronto entre manifestações operárias e orientação sindical, quanto com a atuação do "novo" sindicalismo, cujo discurso se preocupou em legitimar as ações organizadas pelas bases. Esse perfil de organização foi entendido pelos "novos" sindicalistas como sendo o ideal para a conquista das demandas operárias[121].

Podemos trabalhar na perspectiva de Portelli que tenta analisar as relações entre reconstrução de memória e mito percebendo a necessidade de compreendermos que o mito[122] não seria, necessariamente, uma história falsa ou inventada, mas sim uma história que se torna significativa na medida em que amplia o significado de um acontecimento individual, se transformado na formalização simbólica e narrativa das auto-representações partilhadas por uma cultura.

Nesse caso específico, a memória cutista enaltece a influência das correntes anarquistas sobre o movimento operário. Ao mesmo tempo, associa as lideranças do PCB ao stalinismo a uma orientação política que, sobretudo no período da Guerra Fria, empurrou o movimento operário para uma política de colaboração.

Diante dessa atuação desastrosa de tais lideranças, a influência das correntes anarquistas na atuação dos trabalhadores no início do século XX é parte da mitificação

---

[120] Idem, p. 16.

[121] É muito cara aos chamados "novos" sindicalistas a ideia de que no período democrático o movimento operário foi vítima da manipulação das dirigências pelegas e comprometidas com as negociações com as classes patronais e o governo. Diante de tal característica, é difícil imaginar que eram as ações espontâneas desencadeadas pelas bases que regiam a prática sindical. Em muitas ocasiões, os sindicatos não foram capazes de controlar os trabalhadores que detonaram greves a despeito da orientação mais cautelosa das dirigências. Diante de tais acontecimentos, os sindicatos ou aderiam, tardiamente, a esses movimentos, ou simplesmente não participavam das negociações, o que na maioria das vezes atrasava as negociações. In: COSTA, Hélio. Em busca da memória. Comissão de fábrica, partido e sindicato no pós-guerra. São Paulo. Scritta, 1995.

[122] In: GIRARDET, Raoul. *Mitos e mitologias políticas*. Rio de Janeiro. Companhia das Letras, 1987. p.13.

desse movimento, tomado pelos “novos” sindicalistas como o representante de uma glória a ser resgatada[123].

De acordo com Girardet, para quem o mito político é uma fabulação ou uma interpretação não objetiva do real, ele exerce uma função explicativa, colaborando na compreensão do presente. Sendo que esse papel pode ainda se desdobrar numa função de motivação: o mito ocupa um lugar muito importante na origem de movimentos políticos ou eventos históricos.

A necessidade dos “novos” sindicalistas de ressaltar o nível de conscientização do trabalhador no início do século XX, bem como a intensidade das mobilizações produzidas por ele, é uma forma de legitimar sua ação, identificada com as greves do ABC. Esse discurso relaciona-se com a construção de uma noção de sindicalismo ligada à ação, à prática, e à participação direta dos trabalhadores nas mobilizações pela cobrança dos seus direitos diante do governo e das classes patronais.

Acreditar que o movimento operário já foi mais consciente em suas ações, mais combativo em relação às ações do governo, mais independente em relação aos sindicatos e, por isso, mais glorioso em sua atuação, é um incentivo que ajuda a incutir a crença de que estas características podem predominar novamente, sendo, portanto, necessário resgatá-las. Nesse caso, esse discurso indica que este caminho seria retomado pelos “novos” sindicalistas.

A idealização das manifestações operárias da Primeira República serviria a um propósito muito claro de ressaltar a legitimidade da ação operária, na medida em que esta se distanciava das manipulações estatais e, sobretudo, da atuação de dirigentes ligados a partidos políticos.

É importante sublinhar que, nos primeiros anos do século XX, os anarquistas no Brasil aceitavam o sindicato como única forma legítima de organização, o que gerou uma aproximação entre os correligionários desta ideologia e o movimento operário. As características desta ideia alheia a qualquer tipo de hierarquia e, por conseguinte, a organizações partidárias é o fato que possibilita esta leitura de que neste período os

---

[123] Seria interessante aqui observar que muitos estudos vêm demonstrando que o movimento operário no início do século XX esteve muito mais ligado ao mutualismo do que ao anarquismo. No entanto, essa questão não chega a ser mencionada nos documentos da CUT que delimita seu recorte cronológico e sua leitura política de forma a supervalorizar a influencia do anarquismo sobre o movimento, enquanto grandes articuladores de greves e piquetes. Segundo a memória cutista, até 1930, prevaleceu um movimento operário consciente e combativo, profundamente influenciado pelos anarquistas. Após 1930, a hegemonia ideológica exercida pelo PCB arrastou a classe operária para o âmbito das negociações de cúpula e da manipulação populista.

operários não estavam submetidos a qualquer tipo de dominação partidária ou manipulações de dirigentes.

Na memória produzida pelos cutistas o período anterior ao Governo Vargas pode ser identificado como um longo período de legitimidade das mobilizações operárias, o que se relacionaria intrinsecamente com a influência anarquista.

Trata-se de um enquadramento de memória já que os limites da ação operária sob influência dos anarquistas não chega a ser considerado. O importante no contexto de criação do "novo" sindicalismo é enfatizar que num determinado momento da história, os operários conseguiram empreender lutas legítimas guiados exclusivamente por sua consciência e sem as manipulações de quaisquer lideranças.

Essa dimensão de que a Primeira República foi um período marcado pela predominância de um sindicalismo aguerrido e "manifestamente mais ideológico", é criticada por Martinho. O teórico considera que esta imagem serviu muito para desqualificar a classe trabalhadora, bem como suas lideranças sindicais, no período pós-1930[124].

Trata-se de uma visão que associa o movimento operário à atuação de quadros estrangeiros, cuja prática estava impregnada de ideologias anticapitalistas, oriundas da Europa. Após 1930, a valorização do operariado brasileiro trouxe a predominância de um trabalhador oriundo do campo e, por isso, mais suscetível à manipulação ideológica empreendida pelos líderes sindicais ligados aos governos populistas.

Essa distinção entre o operário brasileiro e o operário estrangeiro, não chega a se sustentar, pois muitos estudos já demonstraram que o imigrante tinha uma origem também rural. Esse fato prejudica a formulação de uma imagem de trabalhador europeu formado nas tradições de lutas operárias, relacionadas à ideologia socialista e anarquista[125].

Interessante notarmos, no entanto, que apesar de invocar a liberdade e o alto nível de conscientização do trabalhador do início do século XX, a memória cutista não se utiliza desses elementos de depreciação do operariado nacional, colocado diretamente em perspectiva com o estrangeiro. Essa distinção feita por muitos cientistas sociais entre o operário brasileiro e o operário estrangeiro, não chega a ser mencionada pela CUT, que foca apenas no volume e no perfil das lutas e manifestações dos trabalhadores.

---

[124] MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes. "Trabalho e Identidade Nacional no Brasil". *Acervo*. Rio de janeiro, v.19, nº12. P. 137-158.

[125] BATALHA, Claudio H. M. "Formação da classe operária e projetos de identidade coletiva". In: DELGADO, Lucilia de Almeida Neves e FERREIRA, Jorge (organizadores) *O Brasil Republicano vol. 1*. O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2006.

Não obstante, a diferenciação entre os quadros do operariado brasileiro, seria o elemento central da ideia que permeia a leitura do período pós-1930, no tocante à história operária.

A ideia de que uma classe trabalhadora formada de indivíduos egressos do campo, imbuídos de tradições conservadoras e sem uma consciência de classe consistente, predominou no processo de industrialização brasileira a partir de 1930 é o argumento central para a análise de sua "debilidade" diante das manipulações impostas pelo governo, ligado aos interesses das classes patronas ao longo do período que vai de 1930 a 1964. Além disso, serve para explicar porque a classe operária fora seduzida por projetos de modernização nacionalistas, que, na verdade, não contemplavam seus verdadeiros interesses.

2.4 A noção de populismo e a história do sindicalismo brasileiro

A memória cutista sobre as ações sindicais daqueles que a nova central elegeu como os "velhos" sindicalistas está ligada a determinadas leituras acadêmicas sobre a história da classe operária brasileira. Os estudos acadêmicos nas décadas anteriores ao surgimento da CUT basearam-se na ideia de que teriam ocorrido desvios típicos da política latino-americana, que impediram os trabalhadores de seguirem um caminho autônomo na construção de sua identidade de classe[126].

Essa leitura está relacionada a uma tentativa de criar um modelo evolutivo que a classe trabalhadora deve, ou deveria seguir. Marcelo Badaró destaca que muitos estudos sobre a classe operária têm em comum a problemática do destino. A classe operária deveria ser o baluarte da revolução e os partidos e sindicatos deveriam ser seus instrumentos de ação. Sendo assim, esses trabalhos buscam responder por que ela não fora a personagem principal de uma revolução[127].

É justamente sob esse viés que a CUT empreende a análise do passado do movimento. Essa leitura que se apóia na noção de desvios ocorridos na história das classes operárias latino-americanas estão ligadas ao conceito de populismo, que vem sendo

---

[126] Trata-se, neste caso, de certa perspectiva marxista de leitura sobre a situação da classe operária. Para Capelato a perspectiva evolucionista e etapista que caracterizava o marxismo da Internacional Comunista conduziu a interpretações do populismo como um momento de transição que possibilitaria a superação do atraso e a afirmação do capitalismo, considerado como fase necessária à passagem para o socialismo. CAPELATO, Maria Helena Rolim. "Populismo latino-americano em discussão". In: FERREIRA, Jorge (organização). *O populismo e sua história:* debate e crítica. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2001. p.127-165.

[127] In: MATTOS, Marcelo Badaró. Novos e Velhos Sindicalismos. Rio de Janeiro (1955/1988). Op. Cit. p. 60.

largamente utilizado no vocabulário político do nosso continente e, durante determinado período, tomado como resposta contundente às questões referentes às relações entre Estado e sociedade.

Conceito oriundo de uma percepção histórica fundada em linhas interpretativas que pretendiam compreender a realidade através de grandes modelos explicativos e não um movimento político ou social especifico, o populismo é definido como um fenômeno referente ao processo de transição de uma sociedade agrária e pré-industrial para uma sociedade capitalista, industrial e moderna[128]. Independente da linha de análise do populismo, a forma que se tenta dar ao conceito está relacionada à tentativa de articular uma resposta teórica à peculiar relação entre o Estado e a sociedade civil na América Latina, no século XX. O que aconteceu é que a resposta acabou sendo a expressão do repúdio ao que se acreditava ser conseqüência direta dessa política de Estado[129].

O populismo teria sido a maneira encontrada pelas elites de submeter as massas, de controlá-las e integrá-las à sociedade capitalista exploradora burguesa[130]. O fenômeno seria resultante da tentativa de afastar as massas das atividades políticas, como partidos, sindicatos ou qualquer outro tipo de organização da sociedade civil. O líder populista procuraria colocar-se acima das questões classistas e dos antagonismos da sociedade. Dessa forma, mostra-se apto a resolver toda e qualquer contradição que possa existir no seio da sociedade. Assim, o populismo foi visto como uma política de massa que prejudicou o pleno amadurecimento da classe operária latino-americana que só não teria alcançado o estágio de consciência esperado pelos intelectuais, devido à manipulação exercida pelo Estado, além de ter sido impedida de endossar um projeto global de transformação da sociedade[131].

Essa manipulação teria sido exercida, principalmente através da propaganda. As massas teriam sido enganadas pela proposta desenvolvimentista empreendida pelo Estado e

---

[128] Trata-se de uma das definições teóricas mais clássicas do tema formulada por Di Tella e Germani. No entanto, é o autor Francisco Weffort que coloca como característica central do populismo a interlocução entre o líder e a classe trabalhadora. Segundo ele, a burguesia não seria capaz de inventar um líder. Para que alguém ocupe esse posto, é preciso que tenha respaldo nas massas. É a partir das ideias de Weffort que se criou a fórmula explicativa característica da primeira geração de pensadores do populismo: o sucesso e a eficácia do mesmo estavam sustentados pelo tripé repressão-manipulação-satisfação. Nas décadas de 1970/80, a primeira versão das ideias de populismo começou a dar alguns sinais de esgotamento. Foi nesse momento que os estudos voltaram-se para as relações entre o Estado e a sociedade no primeiro governo Vargas. Para os autores identificados como da Segunda Geração, o argumento central para a ideia de populismo é a conjugação da manipulação política com a repressão estatal. Para saber mais sobre o tema ver FERREIRA, Jorge. "O nome e a coisa: o populismo na política brasileira". In: Idem (organizador) O populismo e sua história: debate e crítica. Op. Cit. p. 64/65.

[129] CAPELATO, Maria Helena Rolim. Op. Cit. p. 142.

[130] Ainda de acordo com algumas definições clássicas sobre o tema.

[131] FERREIRA, Jorge. "O nome e a coisa: o populismo na política brasileira". Op. Cit. p. 62.

pelas suas ações assistencialistas. Diante da constante ameaça de sublevação das massas, as classes dirigentes teriam se aliado ao líder populista, portador de um discurso demagógico que previa a equalização dos interesses dos diferentes grupos sociais. A manipulação exercida pelo Estado Populista teria deixado as "massas" apáticas e seria a explicação para a falta de ânimo em defender as instituições democráticas e suas conquistas trabalhistas.

Partindo da premissa de que o "velho sindicalismo" estaria mais preocupado em buscar uma conciliação com os representantes da burguesia do que em organizar a luta e a ação operária, a CUT inicia-se com a formulação das reivindicações do operariado, relacionando dentre as suas ideias, a necessidade de que o movimento ligasse suas lutas ao cotidiano dos trabalhadores, na perspectiva de construir uma sociedade socialista[132]. Dessa forma, ela organiza sua pauta de lutas, enfatizando não só sua proposta de ação sindical, mas tentando também a sua inserção no debate das questões referentes à conjuntura política e social brasileira da década de 1980, sendo as reivindicações de participação na política muito recorrentes.

> (...) A CUT representa uma ruptura com o populismo sindical que manobrava as massas através de promessas assistencialistas e demagógicas para dar sustentação política ao governo. É uma ruptura com o reformismo que limita as reivindicações e conquistas aos limites permitidos pelo governo e pelos patrões. É uma ruptura com o peleguismo que vive à custa do imposto sindical, sob o manto do governo, e que dá as costas para a classe trabalhadora. Enfim, a CUT rompe com todas as formas de conciliação de classe que estiveram presentes nos momentos mais importantes da história brasileira deste século [o século XX][133].

Essa leitura da CUT relaciona-se com um contexto de revitalização dos estudos políticos que começaram a ganhar espaço no Brasil, ao eleger como temática central as questões ligadas às relações entre o Estado e a sociedade. As instituições partidárias e sindicais, Forças Armadas, estudos de períodos governamentais e de algumas políticas públicas e discussões aprofundadas sobre as questões de participação e das representações políticas, foram objetos privilegiados desse tipo de estudo. Uma das questões era porque o Brasil mergulhara num regime autoritário e o que seria preciso para a restauração de um regime democrático sólido e duradouro[134].

---

[132] Resoluções do Primeiro Congresso Nacional da CUT. Op. Cit. p. 10.

[133] Resoluções do Terceiro Congresso Nacional da CUT: 7 a 11 de Setembro de 1988. Belo Horizonte – MG.

[134] Trata-se, nesse caso, de uma leitura comum aos grupos de esquerda durante a década de 1980. A noção de que a política brasileira durante o período que vai de 1930 a 1964 está intrinsecamente ligado ao populismo e às manipulações empreendidas pelo Estado, dirigidas, especialmente, aos trabalhadores.

De acordo com Gomes, essas produções continham interpretações que tentavam apontar as causas da tradição política autoritária brasileira. No centro da argumentação, estava a ideia de que nossas associações partidárias eram artificiais e não tinham enraizamento social, características que seriam decorrentes de sua indiferenciação ideológica e do acentuado clientelismo. O diagnóstico dessa análise levava à ideia de que a sociedade civil era fraca e não se faz representar diante de um Estado hobbesiano que "cooptava" e "manipulava" a elite e as massas[135].

A crítica desta leitura estabelecida por historiadores na década de 1980, passa pela compreensão de que o discurso trabalhista foi construído com base na própria cultura dos trabalhadores, que vinha se formando desde o início do século XX. Nesse ponto, o combate à ética da malandragem acabou por privilegiar uma visão do trabalhador, como um cidadão digno e honesto. Foi nesse aspecto que se baseou a comunicação entre o Estado e a sociedade trabalhadora[136].

Segundo Gomes, a ideia de que teria ocorrido uma supressão da palavra operária pelo projeto estatal fica prejudicada, a partir do momento em que se percebe que não só os valores materiais dos trabalhadores foram incorporados – expressos nas regulamentações conhecidas que começaram a vigorar na Era Vargas – como também seus valores morais e suas tradições[137].

Gomes demonstra que já no final do século XIX, os operários deixavam claro que o reconhecimento social e a construção de uma imagem do trabalhador como um homem distinto, bem como a valorização do trabalho manual, eram parte de suas demandas.

2.5 A Central Única dos Trabalhadores e a memória do "velho" sindicalismo

O trabalhismo foi compreendido, pelos "novos" sindicalistas como uma tradição imposta pelo Estado e alheia à verdadeira tradição da classe operária brasileira. O processo de construção da verdadeira identidade operária teria sido interrompido pelo governo Vargas, sobretudo no período do Estado Novo, com suas ingerências que teriam atrelado as dirigências sindicais ao Ministério do Trabalho, fazendo com que essas deixassem de

---

[135] GOMES, Angela de Castro. POLÍTICA: história, ciência, cultura etc. Texto escrito para a prova de aula no concurso público para professor titular de História do Brasil da Universidade Federal Fluminense.

[136] Idem, p. 27.

[137] Nesse caso, refiro-me à limitação das jornadas de trabalho, criação de aparatos de proteção social para o trabalhador, enfim, as leis trabalhistas consolidadas como as conhecemos.

defender os verdadeiros interesses da classe operária brasileira e se entregassem às negociações de cúpula[138].

Nota-se, no discurso da CUT, que a negação das práticas sindicais no período que compreendido entre os anos 1930 e 1970 é muito recorrente. Suas reivindicações seriam a síntese das aspirações da classe operária brasileira que durante muito tempo estava aprisionada às ingerências do Estado "populista", com sua atuação limitada a um campo de ação que a impedia de agir como ela deveria e de atingir os objetivos que tinha. Sendo assim, sua demanda mais imediata seria sua libertação e a concretização do processo de renovação pelo qual o movimento passava na década de 1980.

A CUT entendia que no Brasil, a "cidadania regulada", implementada pelo Estado, consistia em uma inserção dos direitos trabalhistas no mundo da produção pela sanção das leis e que o processo através do qual a classe trabalhadora se configurou como ator político, foi fruto de um projeto articulado, exclusivamente, pelo Estado. Isso seria o trabalhismo[139].

Em seu Primeiro Congresso Nacional, realizado em São Bernardo do Campo, em 1984, a CUT considerou que a existência da estrutura sindical vigente anteriormente constituía-se numa das maiores dificuldades encontradas frente à tentativa de estabelecer uma organização pelas bases. Isso porque "(...) é a orientação política da Conclat[140], que privilegia suas alianças políticas com a burguesia liberal, transformando a classe trabalhadora em massa de manobra e de apoio ao projeto deste setor da classe dominante. [141]" Já a CUT, só teria compromisso com as mudanças na estrutura que se faziam – na sua visão – necessárias e que eram demandas pela classe trabalhadora.

Partindo dessa premissa de que o "velho sindicalismo" estava mais preocupado em buscar uma conciliação com os representantes da burguesia, a Central parte para a construção de suas reivindicações, relacionando dentre as suas propostas, a necessidade de que o movimento ligasse suas lutas ao cotidiano dos trabalhadores. [142]. Dessa forma, ela organiza sua pauta de lutas, enfatizando não só sua proposta de ação sindical, mas tentando

---

[138] In: GOMES, Angela de Castro. A Invenção do Trabalhismo. Rio de Janeiro. Editora da FGV, 2005. p. 27.

[139] Idem.

[140] Lembrando que neste caso a sigla Conclat está sendo empregada para denominar o grupo que não participou da fundação da CUT e que mais tarde passou a se chamar CGT.

[141] Resoluções do Primeiro Congresso Nacional da CUT. Op. Cit. p. 9.

[142] Idem. Nesse ponto, as resoluções do Congresso chegam a mencionar um horizonte socialista que o movimento deveria construir. No entanto, a fonte não deixa explícito com que significado este conceito foi empregado.

também se inserir no debate das questões referentes à conjuntura política e social brasileira da década de 1980, sendo as reivindicações de participação na política muito recorrentes.

> A CUT considera que a definição de um projeto político alternativo e a própria conquista do poder político são objetivos legítimos e fundamentais para a classe trabalhadora. (...) o instrumento fundamental de definição do programa da classe e da estratégia política do poder são os partidos políticos que estiverem efetivamente comprometidos com as aspirações históricas da classe trabalhadora [143].

A CUT, logo em seu primeiro Congresso, considerou que o "paternalismo das direções que acabavam decidindo tudo deveria acabar" para que houvesse lugar para a criação de um organismo que combatesse o peleguismo[144]. A memória do "velho" sindicalismo viria a reforçar a percepção de que a CUT "construiria uma classe trabalhadora como um sujeito político autônomo". Nesse sentido:

> [A CUT] (...) tem como único compromisso sua perspectiva classista, onde a luta pelos objetivos, imediatos e históricos dos trabalhadores exige autonomia e não admite a subordinação dos interesses da classe trabalhadora a qualquer um dos projetos da classe dominante. Continuaremos procurando encaminhamentos unitários, não ao nível dos acordos de cúpula e jamais traindo as aspirações dos trabalhadores enquanto classe (...).

É importante que se tenha em vista que esta memória está se ligando a um propósito muito claro de respaldar as ações da CUT naquele momento. No caso de uma recém criada Central Sindical, uma memória que negativizava práticas passadas servia para dar coesão à instituição e estabelecer os limites identitários dos que se vinculavam àquela prática sindical, demarcando os elementos que uniam seus membros, bem como delimitando outros elementos que os diferenciavam do outro[145].

A memória é um elemento constitutivo da identidade política ou social de um indivíduo ou de um grupo. Para Pollak, se tomarmos o conceito de identidade social no seu sentido mais superficial, ou seja, a identidade como uma imagem formada de si, para si e para o outro, veremos que a identidade e memória são elementos negociáveis e que esta característica está intrinsecamente atrelada ao outro.

Se a memória produz-se como parte de uma imagem ou representação do que um grupo quer ter, e passar, de si mesmo, acreditando que a mesma representa efetivamente a realidade, essa imagem não se produz sem uma referência ao outro. A construção da

---

[143] Resoluções do Segundo Congresso da CUT: 31 de Julho e 1,2 e 3 de Agosto de 1986. Rio de Janeiro – RJ. Amorj.

[144] Idem, p. 5.

[145] POLLAK, Michael. Op. Cit. p 9.

identidade dar-se-ia através dos critérios de aceitabilidade e de credibilidade que surgem de acordo com a relação com o outro[146].

Além do mais, todo exercício de reflexão sobre o passado não deixa de relacionar-se – em menor ou em maior escala – com o presente, ou mesmo com certa perspectiva de futuro. Sendo assim, as elaborações de memória acabam obedecendo aos impulsos das paixões políticas e às questões afetivas relacionadas ao presente[147].

O discurso cutista sobre a ruptura que a criação de uma nova entidade sindical representaria em relação ao um "velho" sindicalismo volta-se recorrentemente a um episódio da história recente: as greves do ABC paulista. Esse movimento foi, indiscutivelmente, o marco inicial da construção de um sindicalismo novo, representado pelos cutistas, ou seja, o surgimento de uma nova forma de expressar as demandas operárias. As Resoluções de Congressos da CUT falam que sua atuação levou a um "ascenso das lutas, bem como a uma ofensiva da classe trabalhadora no plano sindical" [148].

Podemos enfatizar outra questão de enquadramento de memória neste ponto. Percebe-se que toda a trajetória de mobilizações operárias de pequeno porte é abandonada pela CUT, que procura vincular sua imagem, cada vez mais, aos movimentos que se iniciaram no ABC paulista e que ganharam grande projeção. O que ocorre nesse caso é um deslocamento do foco da atenção do processo de mobilização da classe operária que se desenrola desde o fim da década de 1960 para as greves do ABC, entendidas como o grande marco fundador do "novo sindicalismo".

Mesmo para àqueles que não participaram diretamente das mobilizações do ABC paulista, esse é um evento que não pode ser desprezado no momento em que se busca no presente o referencial para a identidade política que se formava naquele momento. Esse evento é, recorrentemente, citado como se tratasse de uma memória herdada[149]. Quando as narrativas se voltam para elementos, que em certo ponto do discurso tornam-se invariantes, isso indica que aquele elemento foi importante para o processo de solidificação da memória.

---

[146] POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992. p. 204.

[147] SARLO, Beatriz. Op. Cit. p. 16.

[148] Resoluções do Segundo Congresso Nacional da CUT. Op. Cit. p. 4.

[149] Maurice Halbwachs discute sobre os caminhos da construção das memórias coletivas, elucidando questões sobre testemunhos e opiniões que se produzem através de testemunhos de outras pessoas. In: HALBWACHS, Maurice. *La mémoire collective*. Édition életronique dévelopée pour La Bibliotèque Paul-Émile-Boulet de l'Université Du Quebec à Chicoutimi.

O recurso constante a este evento pode querer dizer que o episódio que marca o rompimento de um período de silêncio da classe operária deve ser encarado como um marco memorável na história dos trabalhadores. Nesse caso, as grandes mobilizações e greves que enfrentavam a ditadura e a proibição das greves são entendidas como atos de grande audácia e coragem empreendidos pelo movimento operário brasileiro.

Diante da sensação de derrota sofrida pelo movimento operário com a ocorrência do Golpe Civil-Militar de 1964, após a dura repressão sofrida pelos sindicatos, o movimento operário estava ressurgindo, revigorado, "novo", mais combativo e em plenas condições de representar, defender e lutar pelos interesses do trabalhador.

O Golpe Civil-Militar, ocorrido em 1964, é visto como o ponto de chegada do "velho" sindicalismo. Este foi seu ponto final. O evento foi encarado, dentro desta perspectiva mnemônica, como um desfecho relacionado às ações pouco conscientes do operariado brasileiro. Fazia-se necessário, portanto, romper com a estrutura sindical, cuja prática tinha impossibilitado a formação de uma classe operária forte o suficiente para impedir a ocorrência de um Golpe de Estado, como o que ocorreu em 1964. A CUT atribui tal derrota a atuação de "direções sindicais vacilantes e pelegas" [150].

Nesse caso, o fato de o sindicalismo ter sido marcado pelas poucas mobilizações ou se o período da Ditadura representou deveras um período de silêncio absoluto das manifestações operárias[151], não é o fator mais importante para a construção desta memória.

Muitos estudiosos que se debruçam sobre a análise das construções memorialísticas apontam para a ideia de que as mesmas não podem ser interpretadas a partir da tomada do passado como algo fixo. A leitura de passado, de acordo com Régine Robin e Alessandro Portelli, é apropriada pelos grupos sociais de acordo com a finalidade que se dá a esse exercício. Narrar e interpretar o passado deve ser visto como uma atividade provida de necessidade presente e por isso pode-se observar fenômenos como a leitura diversa que um mesmo grupo faz de seu passado em épocas distintas ou outras leituras feitas por grupos díspares e relacionadas ao mesmo período e/ou fenômeno histórico[152].

Para Portelli, é importante que estejamos sempre atentos a relação entre as representações e os fatos. Segundo ele, "as representações se utilizam dos fatos e alegam

---

[150] Resoluções do Segundo Congresso da CUT. Op. Cit. p. 6.

[151] É importante que se faça um parêntese com relação à noção de silêncio ou desmobilização. Há de se compreender que se trata de uma leitura de passado, elaborada por atores sociais distintos e repleta de significados próprios.

[152] ROBIN, Régine. *Le Roman mémoriel*: de l´histoire à l'écriture du hors-lieu. Cap. II. Montréal: Le Préambule. 1989 e PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944): mito e política, luto e senso comum. In: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaina. Usos & abusos da História Oral. Rio de Janeiro. Fundação Getúlio Vargas Editora, 2006.

que são fatos, os fatos são reconhecidos e organizados de acordo com as representações" [153]. A análise do discurso ajuda a identificar como os fatos são reconstruídos através de seus significados, o que pode ser apreendido no seu trabalho dialógico e na confrontação crítica com a alteridade do narrador.

Para a CUT, a estrutura sindical brasileira, no momento de sua criação, que atuava já há mais de 40 anos e ainda estava em vigor. Uma de suas características seria o "corporativismo sindical", instrumento utilizado para dividir os trabalhadores. Tratar-se-ia de uma noção de que os conflitos entre a classe trabalhadora e o patronato poderiam ser resolvidos através de negociações de cúpula. Dessa forma, entravam em cena os representantes do sindicato pelego e o governo populista para encontrar uma solução que, via de regra, era conciliatória e nunca atendia às verdadeiras aspirações da classe trabalhadora.

Outro traço do "velho" sindicalismo seria o "verticalismo" que garantia a manutenção do controle dentro da organização sindical. O verticalismo foi entendido pelos cutistas tanto como uma ingerência da CLT, quanto como um pré-requisito para a manutenção da estrutura sindical inaugurada na década de 1930. Os trabalhadores só poderiam filiar-se a sindicatos reconhecidos pelo Estado e as categorias, nem sempre eram separadas, o que facilitava o controle do mesmo sobre as organizações e, em contrapartida, garantia a sustentação dos sindicatos através da verba gerada pelo imposto sindical, o que impedia uma organização mais aguerrida.

A "conciliação de classes" seria um instrumento utilizado para harmonizar os conflitos entre patrões e trabalhadores. Uma ideia que fazia clara a alusão à proximidade entre representantes dos sindicatos e os governantes do Período Democrático de 1945-1964. Uma vez que a CUT considerava que a verdadeira ação sindical deve estar baseada na luta, as negociações propiciadas pela abertura que a maioria dos governos do período aos representantes dos sindicatos foram vistas como manobras orquestradas pelos governos com o auxílio dos dirigentes dos sindicatos – ligados ao PTB e ao PCB – para iludir os trabalhadores.

Já "submissão ao Estado" garantiria a intervenção por parte do mesmo nos sindicatos. Desta maneira, temos uma das disposições da CLT que permitem a intervenção direta nos sindicatos, através do Ministério do Trabalho em determinadas circunstâncias.

---

[153]PORTELLI, Alessandro. Op. Cit. p. 113.

O “velho” sindicalismo também se utilizava do “assistencialismo”, para desviar o foco da ação sindical. Os cutistas elaboraram uma pesada crítica às ações sociais desenvolvidas pelos sindicatos com a intenção de colaborar para a melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores, como, por exemplo, a prestação de assistência jurídica aos trabalhadores, dentre outras coisas.

A utilização do imposto sindical foi entendida pela CUT como uma forma paternalista de resolver o problema da sustentação financeira dos sindicatos. Uma das principais reivindicações da CUT era justamente a abolição desse imposto, entendido pelos “novos” sindicalistas como o principal elo entre a organização sindical e o Estado. Para romper este elo, era preciso que as organizações sindicais procurassem formas alternativas de prover sua sustentação financeira.

O “controle financeiro por parte do Estado” também existiria para impedir os trabalhadores de decidirem quais os investimentos que fariam, o que implicava num menor investimento em suas lutas. Essa questão relaciona-se diretamente com a existência do imposto sindical, visto que a utilização das verbas repassadas pelo governo aos sindicatos deveria ser comprovada pelos sindicatos e precisavam da autorização do Estado para serem aplicadas pelos mesmos.

Por fim, o “controle político” que daria ao Estado a prerrogativa de decidir sobre quem poderia ou não dirigir um sindicato. Mais uma vez, a disposição da CLT que permite a intervenção do Ministério do Trabalho nos sindicatos, dando a este a prerrogativa de destituir diretorias, nomear interventores, dentre outras coisas, são duramente criticadas pelos cutistas. Trata-se de ações largamente empreendidas pelos governos militares após o Golpe de 1964[154].

Na concepção cutista, a estrutura sindical, vigente desde a década de 1930, foi montada, a partir desses princípios, com centenas de normas, regulamentos e casuísmos. Um estatuto padrão foi criado para os sindicatos pelo Ministério do Trabalho. Este aparato serviria para que os governos e os patrões, com a ajuda dos dirigentes sindicais pelegos e reformistas, garantissem o controle sindical e sua adequação ao seu projeto político, ideológico e financeiro[155].

---

[154] Resoluções do Primeiro Congresso Nacional da CUT: 24, 25 e 26 de agosto de 1984. São Bernardo do Campo – SP. Amorj. Todas as características elencadas acima estão presentes nas resoluções deste congresso, que, por ser o primeiro, traz um conteúdo bastante voltado para a caracterização da CUT e de sua ação sindical, bem como com sua diferenciação em relação ao que se considerou como o “velho” sindicalismo.

[155] Idem, p. 14.

Frente a um passado ligado a um sindicalismo tão distanciado das demandas trabalhistas, a CUT precisava empenhar-se em destruir esta estrutura e construir uma nova. Esta seria sua missão. Esta seria a tarefa que a diferenciaria no cenário sindical. Com relação a isso, a CUT afirmava que:

> (...) a CUT tem que avançar na elaboração de uma proposta de uma nova estrutura sindical de acordo com o avanço das lutas que vêm sendo travadas, de acordo com os interesses do conjunto dos trabalhadores da cidade e do campo, finalmente que possa derrubar, de vez, a velha estrutura sindical que está ai [156].

Novamente, podemos perceber que esta memória ampara-se na visão de que as greves do ABC são o marco da retomada da luta. Ainda neste documento, os cutistas colocam que, "este cerco contra os trabalhadores só foi sendo quebrado pela força e organização dos trabalhadores através das mobilizações, das greves, das lutas e da resistência às intervenções".

Se no final da década de 1970 as lutas e o controle das mobilizações estavam sendo retomados pelos trabalhadores, na leitura da CUT, o modelo de organização sindical vigente até o momento do Golpe foi o responsável pelo estabelecimento de vários pactos sociais, impostos pelas classes dominantes. Aceitos pelos trabalhadores devido ao controle ao qual estavam submetidos e com o qual colaboravam os sindicatos, de acordo com a CUT, estes pactos sociais amparavam-se nas seguintes perspectivas:

> (...) **politicamente**, vão ser criados os mecanismos que possibilitem um avanço da democracia, mas os trabalhadores e suas organizações serão mantidos sob controle e nos limites do projeto político das classes dominantes; **economicamente**, em "novos moldes" será retomado o crescimento econômico que possibilitará uma nova fase da dominação e exploração capitalista no Brasil[157]. (grifos do autor)

O que mais chama atenção nesta leitura, em particular, é que quando os trabalhadores insurgem-se contra os projetos governistas eles estão imbuídos de uma sobriedade política exemplar. No entanto, esses lampejos tão breves de lucidez são seguidos de longos períodos de uma subordinação, quase que cega, às formas de

---

[156] Idem, Ibdem. p. 14.

[157] *Por que não aceitamos o Pacto Social*. Material Editado sob responsabilidade da Direção Executiva Nacional da CUT – Central Única dos Trabalhadores, 1985. Este material, ao que tudo indica, foi elaborado pela Central por ocasião da formação da aliança entre o PMDB e a Frente Liberal em torno da candidatura de Tancredo Neves. A CUT considerava esta candidatura como mais um dentre os tantos Pactos Sociais que os dirigentes brasileiros propuseram à sociedade ao longo de nossa história republicana.

manipulação e controle estabelecidas pela atuação da dupla, governo populista e sindicato pelego.

O que seria mais contraditório na formulação desta memória? Que a classe operária – às vezes lúcida – se entregue ao torpor da cooptação pelo Estado, ou que trabalhadores tão inertes e manipuláveis levantem-se de forma repentina em ocasiões isoladas dotados de uma inexplicável consciência política[158]?

Na leitura de Weffort, integrante da galeria de intelectuais que defendem a ideia de que a atuação política das classes populares no período 1945-1964 só se dava sob a tutela de seus representantes, salvo em algumas ocasiões especiais, com destaque para os anos do governo Goulart, seria difícil afirmar que as *massas*[159] teriam conseguido participar do processo político com alguma autonomia[160].

Esses são alguns dos elementos que podem ser ressaltados na memória negativa que se produz sobre o "velho" sindicalismo. Segundo a CUT, logo após a importante mobilização dos trabalhadores pela deposição da ditadura varguista, "no período 1945/1950, a aceitação do pacto [social] significou a manutenção do atrelamento dos sindicatos ao Estado e a permanência de toda a legislação sindical fascista". A principal crítica dos "novos" sindicalistas ao Período Democrático (1945-1964) é o fato de ele não ter representado uma ruptura com a legislação trabalhista implementada durante a Ditadura do Estado Novo.

Criticas à CLT, pelo fato de ela ter sido "imposta" aos trabalhadores no período da Ditadura do Estado Novo, também são corriqueiras no discurso da CUT. A imposição de uma legislação tão avessa aos interesses da classe trabalhadora só teria sido possível devido às circunstâncias em que se encontrava a classe operária brasileira: no entendimento da CUT, subjugada e manipulada. Em seu Segundo Congresso Nacional, a CUT denuncia que "(...) a estrutura sindical fascista [ratificada pela CLT], corporativista,

---

[158] A CUT, ao analisar a questão dos Pactos Sociais, cita alguns momentos em que a ação do operariado teria distanciado-se da orientação daqueles que o manipulavam. As manifestações pelo fim do Estado Novo em 1945, os movimentos operários de contestação no ano de 1953, as manifestações pela posse de João Goulart em 1961 e ainda a atuação do movimento em prol da bandeira das Reformas de Base, são exemplos desses momentos pontuais em que a classe trabalhadora apresenta-se no cenário político de forma mais consciente. In: Por que não aceitamos o Pacto Social. Op. Cit. p.2.

[159] O grifo é meu e está posto para que se questione a utilização dessa expressão que traz uma noção, no meu entender, equivocada de homogeneidade entre os setores populares. Trata-se de uma crítica efetuada por historiadores como Angela de Castro Gomes e Jorge Ferreira.

[160] WEFFORT, Francisco. Op. Cit. p. 68.

atrelada ao Estado não foi modificada. O governo da Aliança Democrática mantém a falta de liberdade e autonomia sindical (...)” [161].

A luta da CUT deveria focar, num primeiro momento, na transformação dos atuais sindicatos em entidades classistas e combativas, organizando os trabalhadores a partir dos seus locais de trabalho. A incorporação ao discurso oficial da Central da ideia de que a organização espontânea dos trabalhadores em seus locais de trabalho, ou como coloca a CUT, através das bases, era crucial para o avanço das lutas operárias, é um ponto importante para entendermos construção desta memória sobre o passado do sindicalismo.

A orientação do PCB, principalmente, no final do Estado Novo contribuiu para alguns aspectos que foram duramente criticados pela memória cutista. A ideia de que o partido deveria colaborar com os setores da sociedade engajados com a construção de uma sociedade socialista, associado à tentativa do partido em criar uma imagem de partido da ordem – o que se fazia evitando greves e turbulências entre os operários – são elementos ressaltados por aqueles que negaram as ações do sindicato dirigido por esta facção política anos mais tarde.

Neste ponto, residiria uma das questões centrais para a compreensão da trajetória do “velho” sindicalismo: como compreender o apoio dos trabalhadores a um partido que lhes pedia para “apertar os cintos” e para evitar confrontos com novos aliados que eram velhos opressores? Nesse sentido, a teoria do populismo que se utilizava da manipulação das emoções dos trabalhadores aparece novamente em cena[162].

Maria Celina D’Araujo considera que o sindicato único, o imposto sindical e a Justiça do Trabalho foram capazes de sobreviver aos impactos da Democratização de 1945, ao Regime Civil-Militar (1964-85) e foram mantidos na Constituição promulgada em 1988, e que tudo isso seria prova de sua ampla base social[163].

Essa memória produzida pela CUT aproxima-se de leituras acadêmicas sobre a história do movimento operário brasileiro. Foi muito comum nas décadas de 1970 e 1980 a visão de que o perfil da classe operária estaria relacionado à facilidade encontrada pelos líderes populistas em manipular suas ações.

---

[161] Segundo Congresso Nacional da CUT. Op. Cit. p. 10.

[162] Pode-se dizer que se trata de uma questão importante para os intelectuais que buscaram compreender as causas do triunfo do autoritarismo no Brasil. Mas não deixava de ser uma questão relevante também para a CUT, na medida em que ela se via criando um sindicalismo capaz de mobilizações de altíssimo porte, a não eclosão de uma reação operária que pudesse interromper o curso dos acontecimentos que levaram ao Golpe de 1964 é algo que deve ser explicado.

[163]In: D’ARAUJO, Maria Celina. *O Estado Novo.* Rio de Janeiro. Jorge Zahar Editor, 2000.

Essas leituras em sua maioria relacionavam-se com a teoria do populismo, já explicada acima, e com a ideia de que o trabalhador brasileiro, oriundo do campo e imbuído de tradicionalismo, foi facilmente cooptado e manipulado pelo Estado. Desta forma, sendo imerso num mar de passividade e inconsciência política.

As greves do ABC, o surgimento do fenômeno do "novo" sindicalismo e a criação da CUT, como a principal representante desta vertente sindical, despertaram o interesse dos sociólogos e cientistas políticos brasileiros, que se entusiasmaram com as mobilizações e manifestações grevistas levadas a efeito pelos metalúrgicos do ABC paulista.

Esses intelectuais conseguiram coroar a identidade desse novo sujeito político, o "novo" sindicalismo. Em um momento marcado pelas lutas sociais contra a ditadura civil-militar, acabou formando-se um vínculo entre estudiosos e sindicalistas que legitimava a opinião de que os metalúrgicos do ABC seriam capazes de assumir um papel de vanguarda de um movimento de contestação do autoritarismo e da exploração da força de trabalho[164].

Santana acredita ser possível afirmar que ao longo da década de 1980 forjou-se uma sociologia pública orgânica do trabalho no Brasil e enfatiza que os conceitos gramscianos de "intelectual orgânico" e de "hegemonia" eram corriqueiros nas fileiras do movimento sindical conhecido como "novo" sindicalismo. O próprio Antonio Gramsci foi alçado à condição de intelectual "semioficial" do PT e da CUT[165].

Nesse sentido, esta sociologia orgânica teria cumprido a tarefa de ratificar a ideia de que o chamado "novo" sindicalismo seria efetivamente uma alternativa para os trabalhadores brasileiros. Dentre os intelectuais que contribuíram, através de seus estudos e pesquisas, na construção da identidade de "novo" sindicalismo apropriada pela CUT, está Francisco Weffort. O intelectual merece destaque não apenas pelo perfil de seu trabalho acadêmico, mas também pela sua atuação militante junto ao PT, partido sempre muito próximo à CUT.

Francisco Weffort pode ser considerado não somente um dos principais teóricos do populismo, mas também um dos principais expoentes da ideia de que o golpe de 1964 representara o encerramento de um momento bastante peculiar da história operária brasileira. A partir de 1964, estruturar-se-iam as bases para o surgimento de um movimento que romperia de forma drástica com um passado em que o operariado estivera inerte.

---

[164] SANTANA, Marco Aurélio e BRAGA, Ruy. "O pêndulo oscilante – sociologia do trabalho e movimento sindical no Brasil". *Caderno CRH*. vol. 22, nº56. Mai/Ago, 2009.

[165] Idem, p. 7.

Para Santana, as disputas no campo político e sindical possibilitaram o surgimento de uma via de mão-dupla entre sindicalistas e o meio acadêmico. Dessa forma, se a adesão de determinados grupos a diferentes propostas representou sua proximidade e afinidade em relação a tendências políticas, os acadêmicos contribuíram, através de suas análises, para reforçar as identidades dos grupos e diferenciá-los uns em relação aos outros[166].

Segundo essa análise comum a acadêmicos e sindicalistas, a classe operária brasileira estaria longe do modelo de trabalhador cidadão, vindo da Europa: o trabalhador disciplinado de ideias exógenas. O trabalhador brasileiro era egresso do campo, herdeiro das tradições oriundas da escravidão, visto como servo do atraso e incapaz de inventar suas próprias tradições de forma independente. Essa seria a origem de sua debilidade e a explicação mais contundente para o seu conformismo[167].

De acordo com Negro e Silva, os próprios governantes partilhavam da ideia de que o trabalhador menos qualificado, oriundo do campo deveria ser tutelado, para que não se tornasse presa fácil nas mãos de comunistas e anarquistas. Já que os representantes das esquerdas usariam este trabalhador comum em suas lutas espúrias[168].

É nessa perspectiva – de que a classe trabalhadora foi fraca, inerte e desmobilizada durante certo período – que os "novos sindicalistas" compreenderão o passado do movimento operário brasileiro, principalmente o período situado entre 1945-1964. Na memória cutista, o momento seria visto como o período em que o populismo teria sido o principal responsável pela perda da verdadeira identidade operária e também, pelo desvio no caminho em que os trabalhadores deveriam seguir.

Pode-se dizer, então, que a noção de que as greves do ABC inauguraram uma forma inédita de atuação dos sindicatos pode estar relacionada a uma maior coesão entre as perspectivas das direções sindicais e dos trabalhadores. A convergência das concepções de luta do sindicato e das bases pode ser um ponto chave para a estruturação de uma memória que compreendeu o sindicalismo que passou a ser praticado a partir das greves do ABC, no final da década de 1970, como um "novo" sindicalismo.

---

[166] Idem, Ibdem, p. 8.

[167] NEGRO, Antonio Luigi e SILVA, Fernando Teixeira da. "Trabalhadores, sindicatos e política (1945-1964)". In: DELGADO, Lucilia de Almeida Neves e FERREIRA, Jorge. (organizadores) *O Brasil Republicano. Vol. 3.* O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2088.

[168] Idem, p. 50.

O “novo” sindicalismo, ao invés de se opor à organização independente dos trabalhadores, enaltecia-a. “A CUT orienta sua atuação no sentido de fortalecer a luta e a organização de base dos trabalhadores nos seus locais de trabalho” [169].

A luta da CUT deveria focar, num primeiro momento, na transformação dos atuais sindicatos em entidades classistas e combativas, organizando os trabalhadores a partir dos seus locais de trabalho. A incorporação ao discurso oficial da Central da ideia de que a organização espontânea dos trabalhadores em seus locais de trabalho, ou como coloca a CUT, através das bases, era crucial para o avanço das lutas operárias, é um ponto importante para entendermos a construção desta memória sobre o passado do sindicalismo.

A invocação desta memória remete à criação de uma nova forma de atuação para possibilitar que as lutas dos trabalhadores lograssem êxito. O que só dependeria da autenticidade dos organismos relacionados a sua organização e à exatidão de suas formas de luta.

O passado, como bem disse Robin, não é livre e acaba sendo narrado, conservado, interpretado e utilizado pelas sociedades e grupos humanos que o utilizam como uma peça fundamental do presente. Naquele momento, a construção da imagem de um sindicalismo novo, necessitava de uma legitimidade que apenas o passado do movimento operário poderia conferir.

Essa memória negativa, construída pela CUT acerca do “velho” sindicalismo, se esforça no sentido de explicar a ocorrência do Golpe Civil-Militar de 1964 e também no sentido de afirmar sua atuação diante de outros grupos sindicais. Os trabalhadores deveriam ter conseguido, através de suas mobilizações, evitar o golpe. Essas leituras, provavelmente, estão também relacionadas à situação vivida pelos trabalhadores após o Golpe. Tentava-se buscar explicações para aquela situação de grande repressão e também de uma elaboração que apontasse para uma noção de que nada disso seria necessário se o movimento operário fosse forte e organizado o suficiente para conter o Golpe.

O primeiro ponto de referência desta memória são as lutas da República Velha, consideradas um momento de auge da organização que foi interrompido com a ascensão de Getúlio Vargas ao poder, em 1930. O segundo ponto de referência seria o Golpe Civil-Militar de 1964, entendido como um “segundo golpe sofrido pela classe operária”, derrotada não só por este fenômeno, isoladamente, mas por um longo período de controle imposto pelo Estado populista. O último ponto de referência desta memória são as greves

[169] Resoluções do Primeiro Congresso Nacional da CUT. Op. Cit. p.17.

do ABC paulista, consideradas o primeiro momento, desde o início do século, em que a classe operária tomou a iniciativa certa para revigorar suas lutas.

Essa representação da história operária feita pelos cutistas pode ser compreendida a partir do que Chartier denomina por interesses de grupo. Estes são esquemas intelectuais que criam as imagens segundo as quais o presente passa a adquirir algum sentido para um determinado grupo e atenderia aos seus interesses específicos[170].

Os exercícios de memória ou ainda, a tentativa de enquadrar uma memória teria o propósito de conquistar uma adesão que seja socialmente significativa para a demarcação de fronteiras e para a elaboração de uma identidade social ou política[171]. Esse fenômeno está relacionado ao fato de que são os mitos e as narrativas que reforçam o sentimento de pertencimento dos indivíduos. Sendo assim, a memória serve a um propósito de construção de uma unidade. A alusão ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõe a sociedade, para definir seu lugar ou suas oposições[172].

Há de se levar em consideração que a utilização da memória é crucial para a fundamentação de um projeto político. O projeto seria, de acordo com Velho, um instrumento na negociação da realidade com outros atores e indivíduos. Nesse caso, projeto e memória associam-se por darem significado às ações de determinados grupos ou a sua identidade. Na construção das identidades sociais, a memória e o projeto são amarras fundamentais[173].

Esta relação entre memória e identidade social, e memória e projeto, torna-se imprescindível para que entendamos a memória como um dos principais instrumentos na construção de um projeto. É ela que fornece os indicadores básicos de um passado que produz as circunstâncias do presente, sem a consciência das quais seria impossível ter ou elaborar projetos de futuro[174].

Uma identidade social pode ser sólida, mas isso não significa que se trata de algo imutável. Ela está sempre dialogando com elementos de referência que estão no presente e se associado aos referenciais encontrados no passado. Os sujeitos históricos estão sempre procurando entender e reelaborar essa identidade que se faz e refaz ao longo do tempo.

---

[170] CHARTIER, Roger. A História Cultural. Lisboa. Editora Difel, 1990.

[171] VELHO, Gilberto. Projeto e metamorfose. Antropologia das sociedades complexas. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Editor, p. 99.

[172] POLLAK, Michael. Op. Ci. p.9.

[173] Idem.

[174] VELHO, Gilberto. Op. Cit. p. 101.

As disjunções entre as manifestações operárias espontâneas e a orientação das entidades sindicais, identificadas como representantes do “velho” sindicalismo podem representar um ponto de partida para a formação de uma memória tão negativa desse sindicalismo, contribuindo com a ideia de inovação trazida por um sindicato que apoiava a organização das bases ao invés de confrontá-la. Esses fatores são importantes para podermos entender um pouco sobre a construção de um discurso cutista. Afinal, como esta memória pode ter se estruturado em torno da ideia de que a construção da CUT trazia alguma novidade para o sindicalismo brasileiro?

3 IDENTIDADE E PROJETO POLÍTICO: A CUT E OS HORIZONTES DO "NOVO" SINDICALISMO

> (...) Somente meu ponto de vista, segundo o qual todos estão *lá* e eu estou *aqui*, pode realmente separá-los e distingui-los de mim. Posso conceber os outros como uma abstração, como uma instancia da configuração psíquica de todo indivíduo, como Outro, outro ou outrem em relação a *mim*. Ou então como grupo social concreto ao qual *nós* não pertencemos.
>
> *Tzvetan Todorov*

Uma identidade social não se faz sem referência a uma noção de passado comum a um grupo de indivíduos, ou seja, a uma memória coletiva. Se a memória é um elemento constitutivo da identidade social, esta por sua vez, é essencial para a elaboração de projetos políticos.

Segundo Mendes, tentativas de reconstruir o passado podem ser consideradas como memórias coletivas, quando existe nesse exercício uma intenção clara de construir um passado que dê coerência à existência de um grupo, visando à preservação e/ou a construção de sua identidade, o que leva a necessidade de construção de um passado que se adeque a este determinado propósito[175].

No caso do "novo" sindicalismo, a relação de contradição entre novas e velhas práticas traz a marca da necessidade de legitimidade e da euforia trazida pelo clima de mobilização operária que também se misturava com um contexto de intensas lutas pela redemocratização do país. Naquele momento de grande mobilização operária, a combatividade e a "ação" eram quase que necessidades imperativas.

Identificar como um grupo político percebe sua realidade é de suma importância, para compreendermos a formação de sua imagem e também a formação de uma cultura política. Estas percepções que os indivíduos estabelecem em relação aos acontecimentos são partes da sua organização conceitual do mundo, tratando-se de uma componente

[175] MENDES, Ricardo A S.. "Memória, história e novas identidades: representações dos regimes civil-militares na América Latina". *In: Revista Maracanã*, Ano V, n. 5. Rio de Janeiro, jan/dez 2009, p.7.

fundamental da sua realidade social. Realidade esta, a partir da qual um grupo delimita sua identidade social[176].

Essas representações ajudam na identificação das questões e problemas que devem ser priorizados para que se construa uma estratégia definida de superação das dificuldades e o empreendimento das práticas que levaram a realização de um objetivo determinado[177].

O "velho sindicalismo" era visto como conciliador colaboracionista e um péssimo representante dos interesses da classe trabalhadora. O "novo" sindicalismo aparecia como o substituto de uma tradição equivocada. Fruto de um processo de renovação do sindicalismo brasileiro iniciado com as greves do ABC paulista, ele figura como o símbolo da modernização das práticas sindicais e das formas de luta.

Nesse caso, era preciso mostrar o que os "novos" sindicalistas podiam fazer pelos trabalhadores. O que eles possuíam de diferente? Por que os interesses dos trabalhadores seriam melhor defendidos a partir do momento em que esta classe fosse representada por esse novo grupo de sindicalistas?

A memória acerca das ações dos chamados "velhos" sindicalistas serviu ao propósito de criar uma nova identidade sindical. Como assinalou Angela de Castro Gomes, uma identidade social não se faz sem referência ao passado e se esse processo é dotado de dinâmica própria, não sendo arbitrário, é de suma importância que o historiador tente compreender as leituras de passado que as memórias coletivas fazem[178].

Essa referência ao passado está na base da elaboração de um projeto político sindical que os cutistas pretendiam defender. Fazer com que um determinado grupo de indivíduos se identificasse com ele e apoiasse a sua implementação demandava a consolidação de uma imagem. É assim que entra em cena, o "novo" sindicalismo.

A ideia de criação de um sindicalismo novo que romperia com as práticas que outrora não serviram de fato aos interesses dos trabalhadores, e que daquele momento em diante assumiria uma nova postura, era a base da constituição desta nova identidade e também o primeiro passo para a firmação de um projeto político definido: a criação de um sindicalismo organizado pelas bases. Pode-se dizer que a imagem que a CUT pretendia

---

[176] MENDES, Ricardo. Cultura Política. *NEARCO. Revista Eletrônica de Antiguidade*. Vol. 1. Ano IV. N. 2. Rio de Janeiro: UERJ/NEA, 2011. p. 197.

[177] Idem, p. 198.

[178] GOMES, Angela de Castro. Cultura política e Cultura histórica no Estado Novo. In: ABREU, Martha, SOIHET, Rachel e GONTIJO, Rebeca (organizadoras). Cultura Política e Leituras do passado: historiografia e ensino de história. Civilização Brasileira Editora. Rio de Janeiro, 2007.p.50.

construir e consolidar acerca de si mesma está diretamente relacionada ao projeto que esta nova entidade passaria a trabalhar para realizar.

Tomaremos, aqui, o conceito de projeto elaborado por Gilberto Velho, para quem um projeto é uma dimensão consciente que todo indivíduo tem de um campo de possibilidades para o futuro. A coerência da movimentação dos atores presente na produção dos sentidos, nas tentativas de compreensão de novas controvérsias, disputas e compromissos, na resolução dos seus problemas e a conjunção de tudo isso com uma noção coerente de passado são as premissas consideradas para se tentar ampliar a visão sobre as disputas de poder entre os principais grupos sindicais que despontavam na década de 1980. A identidade de cada um desses grupos vai se construir com base no passado do movimento operário, e essa identidade é o que vai atrair os indivíduos para os campos de possibilidades de atuação política representados por cada um deles. A formação da identidade depende do equilíbrio entre a memória (passado) e o embate político entre os grupos (presente) [179].

De acordo com Velho, um projeto é expresso em conceitos e palavras, por mais individual que possa ser e que pressupõe a existência do outro. O projeto seria, de acordo com Velho, um instrumento na negociação da realidade com outros atores e indivíduos. Nesse caso, projeto e memória associam-se por darem significado às ações de determinados grupos ou a sua identidade. Na construção das identidades sociais a memória e o projeto são amarras fundamentais[180].

3.1 O "novo" sindicalismo combativo e autêntico: a CUT e a construção de uma identidade política

De acordo com a Central Única dos Trabalhadores, foi a adesão e a participação efetiva das massas de trabalhadores nos sindicatos que mudou os rumos da história do movimento operário, possibilitando o surgimento de um "novo" sindicalismo no Brasil.

As campanhas contra as perdas salariais ocorridas entre 1973 e 1974 tomaram a proporção de um grande movimento social que contribuiu de forma decisiva para a

[179] Raoul Girardet faz uma leitura das possibilidades, levando em conta as mitologias políticas. Segundo ele, o mito político é uma fabulação ou uma interpretação não objetiva do real. Ele exerce uma função explicativa, colaborando na compreensão do presente, sendo que esse papel pode ainda se desdobrar numa função de motivação: o mito ocupa um lugar muito importante na origem de movimentos políticos ou eventos históricos como as cruzadas e as revoluções etc. In: GIRARDET, Raoul. *Mitos e mitologias políticas*. Rio de Janeiro. Companhia das Letras, 1987.

[180] VELHO, Gilberto. Projeto e Metamorfose. Antropologia das sociedades complexas. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Editor, 1994.

deflagração das grandes greves do ABC paulista, ocorridas em 1978. A proposta de utilizar todo o espaço legal e consentido para a prática sindical e assim, forçar os seus limites foi crucial para que os trabalhadores descobrissem os sindicatos como um instrumento de luta num período de descontentamento acumulado e revitalização da oposição e da luta democrática contra a ditadura civil-militar[181].

Foi, na perspectiva da CUT, o caráter de massa dessa nova proposta sindical que levou os trabalhadores a quebrarem os limites impostos pela lei anti-greve e pela política salarial autoritária de arrocho. Foi no seio dessas mobilizações em torno de seus interesses que os trabalhadores enxergaram a necessidade de uma organização sindical.

Assim nasceu a CUT, em 23 de agosto de 1983, segundo seus membros, como um desdobramento direto desse processo de lutas no campo e na cidade, como um salto organizativo fora da estrutura sindical. [182] A fundação da CUT estaria associada às lutas que impulsionaram a formação de oposições sindicais em todos os cantos do Brasil e o desenvolvimento de um trabalho a partir das bases. Isto, segundo os cutistas, teria conferido tamanha impulsão ao movimento operário de forma que as direções sindicais pelegas terminaram vencidas nesse processo de recuperação das lutas dos trabalhadores[183].

Uma identidade cutista, fundamentada na ideia de que a nova central sindical representaria uma nova etapa da história do movimento operário brasileiro, está diretamente ligada às greves do ABC, que seriam entendidas como o movimento inaugurador desse novo tempo.

A noção de que esse evento trouxe uma ruptura com um sindicalismo apático, gerando outro mais combativo – porque lutava pelas demandas operárias –, mais autêntico – porque estava profundamente ligado às demandas das bases – e por isso, “novo” – por não se relacionar com as condenáveis práticas do passado –, é o principal pilar de construção de uma imagem que a CUT pretendia construir de si mesma.

Nota-se que esta imagem só faz sentido se for colocada em perspectiva com uma memória negativa que demonstra a necessidade de se romper com o passado e buscar o engajamento da classe operária na construção de um futuro melhor. Partindo dessas considerações a CUT anuncia uma de suas propostas centrais:

---

[181] Resoluções do Terceiro Congresso Nacional da CUT: 7 a 11 de novembro de 1988. Belo Horizonte – MG. Arquivo da Memória Operária do Rio de Janeiro – Amorj.

[182] Idem, p. 17.

[183] Idem, Ibidem. p.17.

> O grande desafio da CUT está em contribuir para que os trabalhadores descubram o sindicato como instrumento de luta e, com isso, derrubem os pelegos, reformistas e todos os limites impostos pela legislação e avancem no sentido de construir um sindicalismo classista e livre, mas com ampla participação de massas [184].

Essa percepção é importante para podermos entender um pouco sobre a construção de um discurso cutista. Afinal, como esta memória pode ter se estruturado em torno da ideia de que a construção da CUT trazia alguma novidade para o sindicalismo brasileiro?

É interessante notarmos que a reivindicação de uma identidade sindical que remete a uma organização pelas bases se contrapõe a ideia de um "velho" sindicalismo que nem sempre respaldava as ações espontâneas e inusitadas de suas bases[185]. A supervalorização da espontaneidade das ações dos trabalhadores está intrinsecamente ligada a uma leitura condicionada a considerar certos aspectos como sendo o legítimo comportamento de uma classe operária consciente e outros não[186].

Nesse caso, refiro-me a questão das grandes manifestações de massa. A identidade cutista está diretamente relacionada à grandiosidade das greves do ABC e se coloca no mesmo patamar das manifestações operárias da Primeira República, ou seja, ela se caracteriza pela ação direta das bases. O "novo" sindicalismo enquanto identidade política não aceitaria, pelo menos nos primeiros anos de atuação da CUT, outra marca que não a de representante das manifestações operárias espontâneas, cheias de visibilidade e plenas de uma participação massiva e consciente da classe trabalhadora[187].

Uma questão que já foi assinalada é que o surgimento da CUT se dá em meio a uma acirrada disputa entre as "novas" e as "velhas" lideranças sindicais. As disputas entre as lideranças relacionadas à fundação da CUT e os grupos sindicais que criaram a CGT não

---

[184] Idem, Ibidem. p. 17.

[185] Essa questão do equilíbrio entre os anseios das bases e a atuação das lideranças remete as antigas práticas sindicais, tão criticadas pela CUT. Alguns autores, como Hélio Costa, mostram que houve episódios em que os sindicatos geridos pelo PCB e pelo PTB chegaram atrasados à articulação das greves empreendidas pelos próprios trabalhadores através de sua ação espontânea. Em algumas ocasiões as lideranças pegaram carona no movimento iniciado pelas bases, em outras houve discordâncias entre os trabalhadores – dispostos a ação – e os dirigentes sindicais – dispostos a dar continuidade às negociações.

[186] De acordo com Costa, não é difícil encontrar exemplos de movimentos em que a dirigência sindical tentou, sem êxito, segurar ou se opor às greves no período que vai de 1930 a 1964. No entanto, como muitas vezes as greves eclodiam a despeito de suas posições, estes mesmos dirigentes eram encontrados no comando tempos depois. Em seu trabalho este autor mostra que a organização dos trabalhadores em seus locais de trabalho continuava sendo fundamental para a articulação das mobilizações em torno de suas demandas e que nem sempre suas ações estavam totalmente subordinadas às ingerências do sindicato. COSTA, Hélio. *Em busca da memória. Comissão de fábrica, partido e sindicato no Pós-Guerra*. Scritta. São Paulo, 1995. p. 54.

[187] É importante fazer uma ressalva neste ponto. Essa identidade ligada a uma postura política que os sindicalistas ligados a CUT assumiram na década de 1980 sofreria alguns abalos na década posterior, por muitos motivos que não cabe mencionar no espaço de uma nota. Mas é importante frisar que a documentação analisada ao longo desta pesquisa mostra que nos anos de 1990 essa postura de incitação de manifestações grandiosas conhecerá um refluxo.

podem ser esquecidas, pois se uma memória social está associada a uma identidade política e não se produz sem estar relacionada a uma imagem ou representação que um grupo quer ter e passar de si mesmo, essa imagem não se produz, também, sem referência ao outro.

A construção da identidade se dá através dos critérios de aceitabilidade e de credibilidade que surgem através da comparação com o outro. As disjunções entre as manifestações operárias espontâneas e a orientação das entidades sindicais, identificadas como representantes do "velho" sindicalismo podem representar um ponto de partida para a formação de uma memória tão negativa desse sindicalismo, contribuindo com a ideia de inovação trazida por um sindicato que apoiava a organização das bases ao invés de confrontá-la. Nesse caso, podemos identificar o outro no passado, o "velho" sindicalismo e o outro no presente, que seriam os grupos que se mantiveram fiéis às orientações do PCB e do PTB reunidos no CGT.

Costa demonstra, em seu trabalho, que em algumas ocasiões as ações do sindicato acabaram prejudicando o movimento grevista por sua ausência nas negociações. No caso de uma greve dos metalúrgicos de São Paulo os representantes do sindicato não compareceram a audiência do dissídio, o que impossibilitou o avanço das negociações.

No caso de outra greve de 40 horas, desta vez dos rodoviários, também em São Paulo, convocada por comissões dos próprios trabalhadores e que reivindicavam aumento de salários, quando a empresa de ônibus pediu tempo para analisar a proposta, o sindicato tentou entrar em cena para persuadir os trabalhadores a voltarem ao trabalho, mas os mesmos, contrariando a orientação do sindicato, decidiram pela permanência da greve[188]. Em virtude disso a CUT ressalta a importância da relação entre as decisões da cúpula sindical e a vontade das bases:

> A CUT luta para construir novas estruturas e mecanismos capazes de possibilitar e garantir conquistas que sejam do interesse da classe trabalhadora. O sindicalismo pelo qual a CUT luta será organizado por ramo de atividade produtiva, será democrático e de massas[189].

Observa-se que a CUT afirmava ser capaz de garantir as conquistas do trabalhador, mas isso demandaria a construção de uma nova estrutura sindical. Isso deixa implícita a ideia de que as velhas estruturas não foram capazes de alcançar conquistas e falharam no sentido de construir um sindicato democrático.

---

[188] COSTA, Hélio. Op. Cit. p. 66.

[189] Resoluções do Terceiro Congresso Nacional da CUT, Op. Cit. p. 17.

As reivindicações por mudanças contundentes no funcionamento do sindicalismo brasileiro aparecem sempre relacionadas com a "velha" estrutura, identificada como o principal empecilho na construção de um sindicalismo que verdadeiramente correspondesse aos anseios da classe trabalhadora. Uma luta que contribuísse com a:

> (...) mudança da estrutura sindical brasileira, corporativista, com o objetivo de conquistar a liberdade e a autonomia sindicais. A CUT luta pela transformação dos atuais sindicatos em entidades classistas e combativas, organizando os trabalhadores a partir de seus locais de trabalho. A CUT luta para construir novas estruturas e mecanismos capazes de possibilitar e garantir conquistas que sejam do interesse da classe trabalhadora[190].

Cabe observar que essa estrutura organizativa ligada às iniciativas do trabalhador estaria muito ligada ao contexto do início da Ditadura, quando uma forte e violenta repressão se abateu sobre os sindicatos. Nesse momento em que grande parte das lideranças estava sendo perseguida pelo regime, esse tipo de organização se mostrou como uma alternativa eficaz para que a classe trabalhadora pudesse dar notoriedade às suas reivindicações. Após o Golpe Civil-Militar de 1964, os sindicalistas sofreram uma intensa perseguição por parte dos representantes daquele regime. Muitos foram presos, outros, eleitos para direção de sindicatos, foram depostos e tiveram seus direitos políticos cassados. A intensa repressão imposta pela ditadura ocasionou um refluxo das mobilizações operárias naquele período.

Os sindicalistas que despontaram no cenário sindical relacionando sua atuação a um "novo" sindicalismo que estaria surgindo, começaram suas trajetórias nas mobilizações de pequeno porte que aconteciam no interior das fábricas nesse período em que a repressão do Estado foi mais viva. Esse cenário de mobilizações ligadas à organização dos trabalhadores em seu ambiente de trabalho, às suas ações espontâneas em torno de demandas como evitar demissões, reivindicar melhorias nas condições de trabalho e, em alguns casos, melhores salários, acabou se tornando o ideal de organização operária destes sindicalistas, que se consideravam novos.

Este foi o embrião da identidade política atrelada à ideia de "novo" sindicalismo. Os que reivindicavam esta identidade acreditaram ser possível organizar toda a classe trabalhadora de acordo com o que ocorreu nas fábricas do ABC paulista ao longo da década de 1970.

---

[190] Primeiro Estatuto da CUT. Artigo 6: Liberdade e autonomia sindical. p. 1.

Daí a importância tão grande que se dava a ideia de organização sindical por ramo de atividade produtiva, idealizada como um meio de democratizar a ação sindical, tratando-se de uma crítica bastante direta aos moldes de organização sindical implementados no Primeiro Governo Vargas, quando os sindicatos eram organizados de forma a abrigar trabalhadores de vários ramos de atividades. Esse projeto reforçava a identidade cutista relacionada às ações das bases e ligada à ação direta dos trabalhadores no ambiente fabril.

No Brasil, as instituições sindicais reúnem trabalhadores de atividades distintas como trabalhadores da Indústria e do Comércio. De acordo com a CUT isso acabaria por dificultar a organização dos trabalhadores em torno de suas reivindicações, sendo melhor que a organização sindical seja livre. Outro detalhe é que a CLT assinala que apenas sindicatos reconhecidos pelo Ministério do Trabalho podem funcionar. Durante os primeiros anos de atuação da CUT essa foi uma das disposições mais criticadas pelos seus quadros. O próprio Lula chegou a afirmar em certa ocasião que:

> A estrutura sindical brasileira [...] é totalmente inadequada. Não se adapta a realidade, foi feita de cima para baixo [...]. É preciso acabar com a contribuição sindical ao Estado. A estrutura e a legislação sindical deveriam ser reformuladas como resultado das necessidades. O sindicato ideal é aquele que surge espontaneamente, que existe porque o trabalhador exige que ele exista. (...) Sou favorável inclusive ao pluralismo sindical; se a estrutura fosse outra poderíamos ter até sindicatos por empresas.[191].

Esse é o ideal de organização que os “novos” sindicalistas defenderiam na década de 1980 e este é o projeto que tentariam colocar em prática através de suas ações.

3.2 O “novo” sindicalismo e o projeto político da CUT

A Central Única dos Trabalhadores é uma central sindical que surgiu no início da década de 1980 com o propósito de mudar de forma contundente a história do movimento operário brasileiro.

Nos primeiros anos após sua fundação o próprio fato de a CUT existir trouxe grande euforia aos grupos que acreditavam estar ocorrendo uma renovação da esquerda brasileira e a nova central sindical seria uma representante desta renovação.

A CUT era uma entidade que abrigava em seu interior grupos diversos com concepções políticas nem sempre unívocas. Existiam no seu interior várias tendências com

[191] Lula: entrevistas e discursos. São Paulo, s.e., 1981, p. 28. Citado em MATTOS, Marcelo Badaró. Novos e Velhos Sindicalismos. Rio de Janeiro (1955/1988). Rio de Janeiro. Vício de Leitura, 1998.

propostas e projetos variados, mas que, pelo menos num primeiro momento, caminhavam no mesmo sentido, que seria o da reestruturação do sindicalismo e a emancipação dos trabalhadores em relação ao sindicalismo pelego e de cúpula.

Pelo menos até o Primeiro Congresso, realizado em 1984, as divergências entre esses grupos não tiveram muito espaço até por uma questão funcional: foi neste congresso que ocorreram as eleições para definir o primeiro grupo que dirigiria a Central. Até este momento, em que o projeto central da entidade estava sendo delimitado, os elementos centrais relacionados à ideia de "novo" sindicalismo, bem como as questões ligadas a implementação e organização da nova central sindical, seriam privilegiados em detrimento das ideias que causavam divergências entre os grupos políticos dentro da CUT.

Esse projeto, no caso, seria a estruturação da CUT como uma central sindical engajada com a emancipação da classe operária. A importância tão grande que se dava a ideia de organização sindical por ramo de atividade produtiva, idealizada como um meio de democratizar a ação sindical, estava ligada a uma crítica bastante direta aos moldes de organização sindical implementados no Primeiro Governo Vargas, quando os sindicatos eram organizados de forma a abrigar trabalhadores de vários ramos de atividades. Esse projeto reforçava a identidade cutista relacionada às ações das bases e ligada à ação direta dos trabalhadores no ambiente fabril.

Segundo a CUT a possibilidade de os trabalhadores se organizarem de acordo com o seu próprio ramo de atividade traria uma descentralização da organização sindical privilegiando as ações de base em detrimento das articulações da cúpula sindical. Essa reivindicação é um dos elementos centrais do projeto sindical cutista: construir um sindicato democrático, organizado pelas bases e capaz de atender aos verdadeiros interesses dos trabalhadores brasileiros, o que significava acabar com o centralismo e o corporativismo do "velho" sindicalismo.

A luta da CUT para construir um sindicato organizado desta forma seria a garantia de força e unidade na organização de um sindicalismo de base. Era neste sentido que:

> Para cumprir seu objetivo de central sindical unitária classista, a CUT se regerá pela mais ampla democracia em todos os seus organismos e instâncias, garantindo a mais ampla liberdade de expressão das correntes internas de opiniões em complemento a uma férrea unidade de ação[192].

[192] Primeiro Estatuto da CUT. Artigo 3: Construção da democracia.

É a esse projeto de construção de um sindicalismo organizado pelas suas bases que a imagem do “novo” sindicalismo serviria. Essa identidade deveria cimentar a ideia de que a nova Central seria bem sucedida em representar os anseios da classe, de que ela – por ser nova – poderia fazer algo de diferente no sentido de melhorar as condições de vida do trabalhador brasileiro.

Para realizar seu projeto de impulsionar a organização espontânea e massiva da classe operária brasileira, a CUT deveria ser organizada em dois níveis de atuação: um vertical e outro horizontal. O primeiro existiria para organizar os operários nas fábricas por ramo de atividade, sendo dividido em organizações sindicais de base, sindicatos por ramo de atividade e confederações nacionais por ramo de atividade; a segunda servira para organizar de forma unificada as instâncias sindicais também por ramo de atividade.

Por ser uma central sindical, a CUT deveria organizar encontros nacionais que pudessem articular a luta de todos os trabalhadores e de todas as entidades filiadas a sua proposta com organização de níveis estadual ou municipal. Esses encontros seriam os Congressos Nacionais, que, como determinava o Primeiro Estatuto da central, deveriam ocorrer a cada dois anos.

Esse congresso deveria reunir os delegados, eleitos nas entidades de menor porte para se representarem nacionalmente no congresso. Cada categoria de base poderia enviar um número de delegados, equivalente ao número de trabalhadores filiados a ela. Esses delegados poderiam elaborar documentos chamados teses sindicais, nos quais apresentariam suas propostas de ação e organização para os trabalhadores filiados à CUT.

De acordo com o Estatuto, deveria ser eleita uma Comissão Executiva Nacional em plenária anterior ao Congresso Nacional que deveria acontecer a cada dois anos. Essa Comissão Executiva teria a tarefa de implementar a execução das propostas e resoluções políticas aprovadas pela direção nacional, plenária e Congresso Nacional.

Ainda no Primeiro Congresso Nacional da CUT, realizado em São Bernardo do Campo, em 1984, houve a eleição para a primeira Comissão Executiva Nacional. A direção da nova Central foi disputada por três grupos politicamente distintos, que apresentaram cada um sua chapa.

A chapa 1 representava o grupo denominado ARTICULAÇÃO SINDICAL; a chapa 2 representava o grupo CUT PELA BASE; e a chapa 3 representava a Convergência

Socialista que era uma aliança entre grupos da esquerda socialista existentes dentro da CUT, dentre os quais estava a Democracia Socialista[193].

É apenas a partir do início da atuação da chapa vencedora que podemos falar de uma concepção sindical que vai, gradualmente, se tornando hegemônica dentro da CUT. Nesse caso, entra em cena o mecanismo de negociação da realidade. O grupo que atrai maior adesão a sua proposta de orientação sindical é aquele que melhor sabe relacionar seu projeto com a linguagem produzida pela rede de significados comuns àquele grupo político específico[194].

Até então no interior da CUT, alguns grupos que se identificaram com um discurso mais radical que se apoiava em ideias de oposição ao Estado burguês e de tomada de poder por parte do proletariado, reivindicavam uma memória em que o Estado "populista" aparece como o protagonista de um período de interrupção da luta pelos "reais" interesses do proletariado. Além disso, acreditavam também que se o movimento operário não tivesse se submetido às manipulações deste Estado Populista e burguês estaria certamente engajado na luta contra ele.

Efetivamente nos primeiros congressos da CUT esta ideia aparece algumas vezes no texto das resoluções da Central, como se se tratasse de um projeto do sindicalismo cutista tomar o poder através da luta operária e construir uma sociedade socialista. Não obstante, é importante mencionar que se trata de um período em que não se observava a hegemonia de um grupo dirigente dentro da Central. Foi justamente após a definição de um grupo, que foi conquistando um espaço cada vez maior dentro da CUT, que essas ideias começaram a ter menos visibilidade.

Outros grupos, menos radicais, construíam um discurso mais ligado a fatores econômico-morais. Falava-se no resgate das ações operárias como forma de recuperar a dignidade da classe, na valorização do trabalho, em mudanças políticas e, especialmente, em melhorias das condições gerais de vida da população, ressaltando a importância da criação de um sistema de saúde digno, uma educação de qualidade, dentre outras propostas. Não obstante, a visão mais voltada para a estruturação de uma central essencialmente sindical, observa-se, também, no discurso dessa tendência uma forte

---

[193]A chapa 1 foi eleita com 59,9% dos votos, o que representa uma maioria bastante expressiva, e Jair Mengueli foi o seu primeiro presidente. A chapa 2 obteve 28,9 % e a chapa 3 apenas 11,07% dos votos. Apesar das disputas políticas que ocorriam no interior da Central algumas questões eram recorrentemente pontuadas e aparecem em vários momentos como elementos que identificam o atraso do sindicalismo brasileiro e, ao mesmo tempo, anunciam a estratégia a ser adotada para a superação deste atraso.

[194] VELHO, Gilberto. Op. Cit. p. 17.

negação das ações sindicais dos chamados “velhos sindicalistas”. Apesar das distinções entre os projetos políticos apresentados por estas correntes antagônicas, é curioso perceber que todas elas baseiam seu discurso na memória negativa sobre a atuação sindical do período 1930-1964.

No que diz respeito à ruptura que o “novo” sindicalismo, traria com as velhas estruturas sindicais ligadas ao trabalhismo e o comunismo essas críticas indicam, ao mesmo tempo, uma visão que a CUT tem do passado e uma projeção que ela tem para o futuro. Ou seja, para romper com um passado em que o sindicato estava atrelado ao Estado e, por isso, não podia cumprir de forma eficiente sua tarefa de representar os trabalhadores, era preciso construir um sindicato independente do Estado, que por isso, poderia cumprir melhor a tarefa de organizar a luta do trabalhador.

Os mecanismos criados pela CLT e a estrutura sindical estabelecidos na década de 1930 eram, no entender da CUT, um prato cheio para a burocratização e foram os causadores do afastamento entre os grupos dirigentes e as bases.

Por esse motivo a Consolidação das Leis Trabalhistas é frequentemente criticada pela CUT. Os ataques a CLT e, em especial, ao imposto sindical são constantes e se relacionam ao projeto cutista de construir um sindicalismo independente. Apenas numa organização sindical engajada com a elevação da consciência de classe dos trabalhadores, a obrigatoriedade do pagamento do imposto sindical cobrado dos trabalhadores pelo governo, poderia ser criticada. A contribuição sindical deveria ser tão livre quanto o engajamento dos próprios trabalhadores nas lutas pela conquista de suas demandas[195].

No tocante às críticas ao imposto sindical e a obrigatoriedade de reconhecimento por parte do Ministério do Trabalho para que os sindicatos pudessem existir e funcionar tratar-se-iam de circunstâncias que impediam a livre organização da classe e sua adesão às entidades sindicais devido a sua capacidade de representar seu interesse.

O imposto sindical ainda garantiria a sobrevivência financeira de uma entidade sindical independentemente de suas ações, ou seja, mesmo que um sindicato não fosse bem sucedido em representar os trabalhadores de forma adequada e eficiente, ele poderia existir, contanto que se adequasse às normas criadas pelo Ministério do Trabalho.

O “novo” sindicalismo não queria figurar como conciliador dos interesses de trabalhadores e patrões. Ele deveria criar as condições precisas para que o trabalhador representasse a si mesmo, fazendo com que ele buscasse atuar direta e abertamente na luta

[195] Resoluções do Primeiro Congresso Nacional da CUT: 24 a 26 de Agosto de 1984. São Bernardo – SP. p.10

pelos seus direitos. A CUT queria ser uma central sindical, onde os caminhos da luta seriam definidos pelo principal interessado em seus resultados: o trabalhador[196].

A questão da construção de um sindicalismo pelas bases aparece sempre atrelada à noção de liberdade sindical. A estrutura sindical vigente teria sido imposta pelo governo na década de 1930 e suas disposições limitariam, na década de 1980, as ações da CUT no sentido de garantir uma organização efetivamente voltada para a participação das bases nas decisões da central. Fica evidente que na identidade sindical construída pela CUT a atuação direta do trabalhador na luta é o que confere legitimidade a essa mesma luta e também a própria entidade[197].

No sentido de garantir essa participação decisiva dos trabalhadores nas lutas da CUT, a entidade se propunha a incentivar a criação e a organização de comissões de fábrica. Estes organismos teriam participação decisiva nas decisões políticas e estratégicas da CUT, na medida em que suas ideias fossem representadas nos Congressos através de seus delegados de base.

No entanto a impossibilidade de os trabalhadores se organizarem livremente seria um obstáculo ao pleno funcionamento deste tipo de estrutura, o que ocorreria devido às disposições da CLT que proíbem a criação de mais de uma entidade sindical por categoria e obriga estes sindicatos a serem reconhecidos pelo Ministério do Trabalho. Daí a reivindicação constante de liberdade sindical, sempre muito presente nos discursos da CUT.

Outro ponto alto do projeto cutista é a questão da unificação da luta sindical. Em vários momentos, a central chama a atenção para a necessidade de unificação da luta operária em torno da CUT, acusando os grupos que não haviam apoiado a sua fundação e que formaram a CGT de dividirem e dificultarem a luta dos trabalhadores por seus direitos.

O primeiro estatuto da central, elaborado em seu Primeiro Congresso Nacional, ocorrido em 1984, anuncia que:

> A CUT tem como tarefa avançar na unidade da classe trabalhadora e não na cooperação entre as classes sociais (exploradores e explorados), lutando por sua independência econômica, política e organizativa[198].

---

[196] Resoluções do Segundo Congresso da CUT: 31 de Julho e 1 a 3 de Agosto de 1986. Rio de Janeiro – RJ. p.10.

[197] Nas resoluções do Segundo Congresso da CUT aparecem críticas extremas ao governo brasileiro que não implementou a Convenção 87 da OIT, que é uma convenção que delibera sobre a liberdade de organização sindical para os trabalhadores.

[198] Primeiro Estatuto da CUT. Artigo 4.p.1.

Percebe-se que, além da utilização da memória negativa do "velho" sindicalismo, que conciliava os interesses de classe ao invés de engendrar uma luta mais incisiva contra a exploração, a CUT associa o avanço da luta a garantia de liberdade e a autonomia sindical. Por isso, um dos horizontes políticos da CUT era a reestruturação do sindicalismo brasileiro.

O confronto político com grupos que não aderiram à construção da CUT também é crucial para que se compreenda a elaboração do projeto desta entidade. O que a CUT procurou fazer foi tentar estabelecer uma definição política desses grupos sindicais em relação ao presente e ao passado. O objetivo era buscar a reestruturação dos sindicatos brasileiros para assim mobilizar a classe operária em torno de seus reais interesses. Os grupos que não apoiaram a construção desta central sindical, certamente estariam ligados ao "velho" sindicalismo, ou em outras palavras à estratégia de colaboração de classes, em que a classe trabalhadora não tinha voz e nem voto, funcionando como massa de manobra dos dirigentes que resolviam o destino dos trabalhadores em reuniões de portas fechadas com os representantes do governo. Ao se colocar como central sindical que privilegiava as ações de base, a CUT delimitava sua identidade, tanto através da afirmação de suas ações quanto através da comparação com ações de outras centrais sindicais.

Em seu Primeiro Congresso, realizado em 1984, a CUT ratifica sua visão sobre a questão da unidade:

> (...) A unidade orgânica da classe trabalhadora pode e deve ser feita na CUT, fora do controle dos patrões e do regime militar. A CUT deve participar ativamente de todos os organismos unitários existentes, buscando desta forma contribuir para a unificação do movimento sindical[199].

E no Segundo Congresso, realizado em 1986, a CUT reforça:

> A Unidade de Ação na Luta é indissociável dos princípios de classe, portanto a autonomia do movimento, a perspectiva classista, o fortalecimento da CUT e das oposições sindicais, a democracia pela base são princípios fundamentais que devem ser garantidos durante toda a campanha e definir o contexto de unidade e ação[200].

O projeto de uma unidade política ou sindical é indissociável da imagem que esse determinado grupo cria de si mesmo. Nesse caso, uma vez definida a imagem de sindicalismo combativo, novo e autêntico era preciso elaborar um projeto político mais

---

[199] Resoluções do Primeiro Congresso da CUT. Op. Cit. p.5.

[200] Resoluções do Segundo Congresso da CUT: 31 de Julho e 1,2 e 3 de Agosto de 1986. Rio de Janeiro de 1986. p. 6.

coerente com essa imagem. É preciso levar em consideração o fato de que qualquer poder para se estruturar, necessita de um projeto que deve estar rodeado de representações coletivas. Sendo assim, o domínio do imaginário e do simbólico é um lugar estratégico de suma importância[201]. Contudo, a construção desta representação coletiva não se deu sem embates e a Central Única dos Trabalhadores viveu, na segunda metade da década de 1980, uma conjuntura de disputas internas associada à existência de projetos divergentes no seu interior.

3.3 O Projeto cutista: perspectivas políticas em disputa

Podemos identificar, pelo menos, três correntes políticas com visões distintas no interior da CUT, pelo menos no que diz respeito aos objetivos da organização dos trabalhadores. Trata-se dos grupos ARTICULAÇÃO SINDICAL, CUT PELA BASE e TENDÊNCIA DEMOCRACIA SOCIALISTA.

A ala ARTICULAÇÃO SINDICAL voltava-se para a construção de um sindicalismo genuíno, com a mobilização dos trabalhadores em torno de seus interesses, especialmente os ligados ao seu cotidiano: melhoria nas condições de vida, salários e outros benefícios.

Os partidários da ARTICULAÇÃO SINDICAL acreditavam que o sindicato deveria ser um órgão que focasse na organização dos trabalhadores pela reivindicação de seus interesses e o suprimento de suas necessidades, num trecho de discurso representativo deste grupo, estes assinalam que:

> A CUT tem o objetivo de organizar a classe trabalhadora de forma unitária, a partir dos princípios de autonomia, participação ampla consciência de classe, tendo a democracia como método de tratamento das diferenças. (...) Não podemos, contudo, confundir a forma (organizativa) com o conteúdo (objetivo da luta). Explicando: porque estamos uma central sindical democrática, não podemos ignorar as formas organizativas nas quais os trabalhadores se referenciam, mesmo que elas não estejam baseadas nas nossas propostas (...) [202].

Repare que existe neste discurso uma preocupação com a tarefa primordial dos sindicatos que seria segundo este grupo, a organização do trabalhador. Isso não significaria

---

[201] BACZKO, Bronislaw. “A imaginação social”. In: Leach, Edmund ET Alii. Anthropos-Homem. Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985. p. 297.

[202] OLIVEIRA, José Olívio Miranda. “Estrutura sindical imposta e construção da CUT”. Continuidade e ruptura num processo de transição. Publicação da ARTICULAÇÃO SINDICAL, sem indicação de data.

uma imposição dos moldes de luta e muito menos das demandas que seriam levantadas pela classe operária. Muito pelo contrário, a tarefa do sindicato deveria ser ouvir os interesses do trabalhador e organizar a luta na defesa deles.

A ala denominada CUT PELA BASE pregava uma maior aproximação entre a cúpula e as bases sindicais. Esta corrente que defendia uma maior participação dos trabalhadores nas mobilizações e deliberações da central sobre as estratégias de luta, apresentava uma visão mais complexa da relação entre movimento sindical e política, num plano mais geral. Esse grupo acredita que o horizonte socialista deve ser o horizonte da classe operária, porém, não enxerga o sindicato como um agente desta transformação. Segundo a CUT PELA BASE:

> Ao se afirmar como pólo de um sindicalismo classista, a CUT se afirma como espaço privilegiado de expressão da independência de classe dos trabalhadores e como expressão dos seus objetivos imediatos e históricos. Neste sentido, a afirmação de um sindicalismo classista incorpora um conjunto de demandas de classe dos trabalhadores que encontram espaço dentro dos limites do capitalismo. (...) A CUT reconhece, pois, o socialismo como horizonte último de sua ação sindical. Reconhece, no entanto, que lhe cabe um papel específico dentro do processo de transformação da sociedade capitalista que não a funde com outros agentes deste mesmo processo [203].

Fica claro que este grupo, apesar de almejar um horizonte socialista, não entende o sindicato como um núcleo que deva se voltar para a organização de um processo revolucionário. Esta seria uma tarefa que ficaria a cargo dos partidos políticos correligionários desta ideologia.

Havia, também, a chamada esquerda sindical, representada pela Tendência DEMOCRACIA SOCIALISTA, defensora de um discurso de bases políticas radicais, pautado na ideia de que a organização da classe operária deveria girar em torno da luta pela construção de uma sociedade socialista.

A TENDENCIA DEMOCRACIA SOCIALISTA era a ala que defendia a ação sindical como passo primordial na construção da consciência de classe e na organização da revolução proletária. Tratava-se de grupos de clara formação marxista que entendiam que a luta dos trabalhadores só poderia estar engajada com o propósito da destituição do Estado burguês. De acordo com a DEMOCRACIA SOCIALISTA:

---

[203] CUT PELA BASE. Nossa concepção sindical, sem indicação de data. É preciso comentar que a referência ao que seria uma posição da CUT está ligada aos momentos em que ainda não havia uma afirmação clara das ideias de uma determinada tendência. Em outros pontos do documento são citados o Primeiro e o Segundo Congressos da CUT, nos quais foi definido o Estatuto e quando foi incorporada às resoluções da central a questão do socialismo.

> A organização do sindicato reafirma a oposição entre o capital e o trabalho, possibilitando o desenvolvimento de uma consciência anti-patronal elementar, que abre espaços para a maturação da consciência da classe. Como um grupamento que prepara lutas, desenvolve ações comuns de setores de classe, é um espaço onde muitos trabalhadores darão os primeiros passos na luta de classes, significando um momento de aprendizado político da classe. Lênim caracterizava os sindicatos como escolas de comunistas[204].

Essa concepção remete a uma visão leninista clássica de que os trabalhadores teriam seus níveis de consciência elevados com a ajuda de uma vanguarda revolucionária que os organizaria em torno da luta de classes. Sendo o sindicato um espaço que já se dedicava à organização dos trabalhadores, e já que os marxistas entendiam a classe trabalhadora como uma classe revolucionária, este grupo político acreditava que este seria o espaço ideal para a construção desta consciência revolucionária.

Nos primeiros anos da década de 1980, após a fundação da CUT, as resoluções de Congressos chegam a mencionar, mais de uma vez, que o horizonte cutista seria o socialismo. Essa perspectiva chegou a ser apontada como uma alternativa definitiva para superar a exploração e os problemas colocados pela sociedade capitalista. Em algumas ocasiões a tomada do poder por parte dos trabalhadores chega a ser mencionada como um projeto político legitimo, pelo qual se deveria trabalhar no interior da Central.

No seu Primeiro Congresso a CUT afirmava que "(...) as intervenções da CUT devem ter ligação com as lutas do dia-a-dia da classe trabalhadora numa perspectiva de construção de uma sociedade socialista" [205]. E no Segundo Congresso vai além, dizendo que "a alternativa dos trabalhadores para a sociedade é o socialismo" [206].

É importante frisar que a menção a uma proposta tão ousada de mudança política e social se relaciona a um contexto de euforia com relação aos resultados das greves do ABC. No inicio da década de 1980 os "novos" sindicalistas estavam entusiasmados com a possibilidade de impor uma grande modernização à organização sindical brasileira.

Além do mais, nos primeiros anos de atuação da CUT ainda não havia ocorrido uma definição política, no que se refere à dirigência da central, como assinalado

---

[204] Cadernos Democracia Socialista. Vol. II. Teses Sindicais. São Paulo, 1987.

[205] Resoluções do Primeiro Congresso da CUT. Op. Cit. p. 5. É interessante chamar a atenção para o fato de que, no tocante a propostas de construção de uma sociedade socialista, trata-se de um momento em que não havia uma definição muito clara do direcionamento político que se adotaria na Central. A eleição da primeira comissão que administraria a CUT foi realizada no primeiro Congresso da entidade, em 1984 e, como no primeiro estatuto havia sido resolvido que os congressos nacionais ocorreriam de dois em dois anos e, no segundo congresso, em 1986, não tido se passado tempo suficiente para que a ala Articulação Sindical conseguisse mais destaque para suas propostas, prevalecendo propostas características de outras correntes políticas dentro da instituição.

[206] Resoluções do Segundo Congresso da CUT. Op. Cit. p.3.

anteriormente. Sendo assim, as posições e projetos políticos dos vários grupos que compunham a Central acabavam sendo citados nas resoluções desta entidade, como se se tratasse de uma posição homogênea. Com o passar dos anos algumas ideias que não tinham tanta ressonância no interior da entidade acabaram sendo deixadas de lado, como é o caso das propostas de cunho socialista.

Deve-se considerar que o Primeiro Estatuto da entidade proporcionava um maior espaço para a atuação de correntes minoritárias nas decisões e isso transparece em vários momentos no Primeiro e no Segundo Congressos da central ocorridos, respectivamente, em 1986 e 1988[207].

Apesar das diferenças de cunho político entre as perspectivas dessas tendências, pode-se afirmar que no plano da organização sindical elas tinham bastante em comum. Dentre as características que uniam estas correntes dentro da CUT podemos citar a priorização na construção de um sindicalismo que possibilitasse a maior atuação das bases.

Além disso, uma proposta de ruptura com as antigas estruturas sindicais, enxergadas como manipuladoras e pouco combativas era comum a essas correntes. A memória negativa do "velho" sindicalismo era uma ideia partilhada por essas correntes e as estratégias de superação dessa forma de organização sindical, bem como dos instrumentos institucionais que a proporcionavam, tais como a CLT, eram projeto comum a todas elas.

No entanto, os anseios dos grupos podem variar de acordo com as conjunturas. Nesse caso, era preciso que o projeto – para ser bem sucedido – dialogasse com as perspectivas dos trabalhadores também no momento de sua implementação.

Como bem observa Chartier, a realidade é contraditoriamente construída pelos diferentes grupos e suas práticas devem facilitar o reconhecimento de uma identidade social, exibir uma maneira própria de atuação deste grupo no mundo e reforçar o significado simbólico inteligível para seus membros e para os outros[208]. Nesse sentido, a construção de um projeto baseado numa leitura comum de passado atrai a adesão dos indivíduos para uma série de práticas a serem empreendidas no presente e que eram entendidas como parte da construção deste futuro que se quer alcançar. Para tanto, é

---

[207] Esse espaço para a atuação que está sendo mencionado se refere a um complexo mecanismo de proporcionalidade nos números de delegados que cada sindicato poderia enviar para o Congresso Nacional. As exigências para o encaminhamento de teses sindicais, ou seja, proposta que cada grupo poderia expor no Congresso eram bem menos rígidas e exigia um número menor de trabalhadores filiados a uma organização sindical para que ela pudesse enviar representantes ao Congresso Nacional da CUT. Essa situação foi alterada após a aprovação das mudanças no Estatuto na Central, o que ocorreu no 3º CONCUT, em 1988.

[208] CHARTIER, Roger. A História Cultural. Entre práticas e representações. Tradução: Maria Manuela Galhardo. Lisboa. DIFEL, 1990. p. 23.

preciso que haja o compartilhamento de uma definição comum de realidade que leva os sujeitos a atuarem dentro de um sistema compartilhado de crenças e valores[209].

Se tomarmos por base a concepção de cultura política elaborada por Berstein, veremos que ela compreende precisamente uma representação de sociedade ideal de acordo com sua imagem da sociedade e do lugar que o indivíduo ocupa nela. É evidente que existe um fosso que divide o plano ideal da realidade vivida. E é para transpor esse fosso que se aplica a ação política compreendida por um determinado grupo como adequada[210].

Velho avalia que um projeto não é vivido de forma totalmente homogênea pelos indivíduos que o compartilham. Existem diferenças de interpretação, devido a particularidades múltiplas que podem estar ligadas a trajetória do indivíduo, sua formação familiar, sua geração etc. Isso nos possibilita concluir que um projeto nunca é igualmente apropriado pela totalidade de um grupo. A existência de um projeto suscitará disputas internas a este grupo, que decorrerão, na maioria das vezes, das múltiplas leituras que os indivíduos poderão fazer dele[211].

3.4 CUT: do embate entre projetos a afirmação de uma concepção sindical

Com a ascensão da ala ARTICULAÇÃO SINDICAL – o que ocorreu após a sua eleição para a Comissão Executiva Nacional, em 1986, no Segundo Congresso Nacional da CUT – a dirigência da CUT percebe-se a afirmação de uma determinada concepção sindical dentro da central. A identidade forjada na década de 1970, de um sindicalismo controlado pelas bases continuou sendo reforçada, mas os aspectos mais ligados a este grupo político ganharam mais espaço na política cutista.

Esse grupo começou a empreender a defesa veemente de suas concepções sindicais, dentre as quais está a de que o sindicato não deve se tornar satélite de partidos políticos. Já foi mencionado que este grupo defendia a criação de uma central essencialmente sindical, onde as necessidades do trabalhador, bem como suas questões cotidianas fossem o foco central da atenção e das ações. A sua ascensão à dirigência da CUT iniciou um lento

---

[209] Os autores que, como Serge Berstein, trabalham numa perspectiva que analisa a cultura política, colocam que quando um projeto passa do plano individual para o coletivo ele permite entender a coesão de grupos organizados à volta de uma cultura política. Ela se torna parte de uma visão comum de mundo, leitura do passado e expectativa de futuro. BERSTEIN, Serge. "A Cultura Política". In: RIOUX, Jean-Pierre e SIRINELLI, Jean-François. *Para uma História Cultural*. Lisboa. Editoria Estampa, 1998.

[210] BERSTEIN, Serge. "Culturas Políticas e Historiografia". In: AZEVEDO, C., ROLLEMBERG, D., KANUSS, P. BICALHO, M.F.B. e QUADRAT, S. *Cultura Política, memória e historiografia*. Rio de Janeiro. FGV Editora, 2009.

[211] VELHO, Gilberto. Op. Cit. p. 41.

processo de alterações na organização política da central, especialmente no que se refere à participação das alas minoritárias nas resoluções.

Uma das primeiras propostas de mudança seria aumentar o intervalo entre os congressos de dois para três anos o que daria mais tempo para o grupo dirigente se dedicar a outros assuntos, visto que a organização de um congresso de amplitude nacional de uma central sindical com o porte que a CUT adquiriu já nos seus primeiros anos de existência era uma tarefa muito trabalhosa.

Essa alteração seria crucial para que este grupo tivesse mais tempo de se dedicar a estruturação de suas ideias e também a implementação de sua concepção de gestão sindical.

Outra mudança significativa foi o aumento das exigências para a participação dos delegados de base nesses congressos. Essa medida acabou reduzindo o espaço de atuação que tinham as correntes minoritárias no CONCUT, que é o evento onde se discutem os planos de ação da CUT. Em 1988, já sob direção da Articulação, a CUT anuncia um avanço na sua própria construção, ressaltando os pontos positivos ligados a sua criação, afirmando que:

> Todo o ascenso de lutas permitiu um avanço da CUT frente ao peleguismo em praticamente todas as frentes e regiões do país. Conquistamos novos sindicatos, formamos inúmeras oposições sindicas e avançamos na construção da CUT [212].

No entanto, apesar dos esforços e dos avanços ainda era preciso vencer obstáculos que continuavam se impondo a construção do sindicalismo cutista:

> Existem, entretanto, debilidades orgânicas, dispersão de esforços e uma enorme dificuldade de unificar nacionalmente as pautas de reivindicações e as lutas em torno das campanhas da CUT. O corporativismo (...) dificultam profundamente a unidade de ação em um momento em que as respostas de massa e classistas são o principal instrumento de luta (...). A *redefinição da estrutura organizativa da CUT*, para permitir respostas mais ágeis e unificadas é um elemento decisivo para o período que se inicia [213]. (o grifo é meu)

O período que se iniciava, mencionado no trecho, tem relação com o contexto econômico do Governo Sarney. No final da década de 1980, o Brasil era governado por um presidente civil, mas sofria com as consequências das ações empreendidas no período da Ditadura. Além de uma enorme dívida externa, o quadro econômico era caracterizado por

---

[212] Resoluções do Terceiro Congresso da CUT. Op. Cit. p. 13.

[213] Idem, p.13.

uma inflação crescente e por planos econômicos que fracassaram em deter o seu aumento desenfreado.

O constante aumento nos preços prejudicava, sobretudo, os assalariados que recebiam um salário que perdia parte de seu poder de compra no dia seguinte. Neste universo de pessoas que viviam de salários estavam os operários.

Para enfrentar a situação, o governo lançou o Plano Cruzado, que se baseava no congelamento dos preços de tarifas, alugueis e mercadorias. O congelamento também incluía os salários. No entanto, as consequências dessas ações foram desastrosas, sendo sentidas ainda na gestão de Sarney.

O congelamento dos preços provocou o desabastecimento e a cobrança de tarifas maiores do que as que constavam nas tabelas pela aquisição de produtos que não eram oferecidos nas lojas, no que ficou conhecido como ágio. Dessa forma, o Plano Cruzado foi substituído pelo Plano Cruzado II. O segundo plano passava por um reajuste geral dos preços, o que acabou acarretando um aumento excessivo das tarifas. Para compensar o novo quadro de aumento dos preços, o governo criou o gatilho salarial. Toda vez que a inflação atingisse um determinado índice, os salários eram reajustados.

Diante deste cenário, o prognóstico econômico do país não era dos mais animadores para a classe operária que ainda convivia com a possibilidade de aumento do desemprego, devido à crise econômica. Um projeto de atuação de uma central sindical, que lutasse em prol dos interesses dos operários, deveria dialogar com a difícil situação econômica do país, oferecendo possibilidades de atuação consistentes e coerentes com a situação.

Portanto, o grupo que assume a direção da CUT insiste na ideia de mudança, agora não mais da estrutura sindical vigente antes da criação da CUT, mas também da própria CUT. Essa reestruturação seria necessária para enfrentar as adversidades iminentes que a classe trabalhadora sofria naquele momento, devido à política econômica do governo Sarney, além das adversidades que se esperavam do futuro que se anunciava pouco promissor.

Segundo a CUT:

> A defesa dos interesses econômicos imediatos dos trabalhadores está cada vez mais associada à *possibilidade de transformações profundas na sociedade*. Não há como, de forma isolada e desarticulada, defender salários com inflação crescente, tampouco defender emprego se a recessão econômica se aprofunda (...). Temos que ter *novos horizontes para a luta sindical*, para que, apoiados na unidade de ação da classe, possamos

> impulsionar as grandes transformações que a classe trabalhadora reivindica [214]. (o grifo é meu)

Nesse trecho fica claro que a CUT está tentando negociar os parâmetros de suas ações políticas com os sujeitos envolvidos em seu projeto. Existe aqui uma avaliação da situação no presente que leva a conclusões sobre o que se deve buscar com a ação sindical. Fica explicito que um projeto político deve atender muito bem aos anseios dos indivíduos no presente e ao mesmo tempo dialogar com suas perspectivas para o futuro.

Torna-se difícil, nesse caso, compreender com clareza os significados dessas propostas, especialmente no que se refere ao futuro do movimento. O que poderia representar uma mudança profunda na sociedade? Ou os novos horizontes para a luta sindical?

As percepções próprias de cada grupo são incorporadas como representações coletivas que funcionam como demarcações da própria organização social. Essas representações acabam funcionando como as matrizes dos discursos e das práticas diferenciadas que objetivam construir um mundo social distinto em relação a outros, o que está ligado a um prognóstico para o futuro que se quer compartilhar[215].

O desemprego e a recessão mais acentuada na economia no final da década de 1980 seriam os principais elementos a serem levados em conta na hora de analisar a evolução das lutas sindicais. A defesa da estabilidade de emprego era vista como uma das bandeiras mais importantes da luta dos trabalhadores naquele momento[216].

Para enfrentar os “novos desafios” a CUT apostava na concretização dos ideais defendidos pelos quais os “novos” sindicalistas lutaram no final da década de 1970. A partir de 1988 o grande desafio da CUT seria “construir-se enquanto direção das lutas do conjunto da classe”, para tanto a CUT deveria:

> (...) avançar na sua consolidação em nível nacional, impulsionar a organização dos trabalhadores nos locais de trabalho e assumir como tarefa política concreta a conquista da liberdade sindical. Para superar esses desafios é preciso impor-se na prática como alternativa de organização sindical dos trabalhadores frente à estrutura sindical oficial (...) [217].

---

[214] Idem, Ibidem. p. 13.

[215] CHARTIER, Roger. Op. Cit. p. 18.

[216] Resoluções do Terceiro Congresso da CUT. Op. Cit. p. 12.

[217] Idem, p. 14.

Inicia-se, nesse período, uma fase de afirmação do projeto político defendido por uma corrente. Esse projeto cutista não poderia, evidentemente, se distanciar dos preceitos que circundaram o surgimento do chamado "novo" sindicalismo, portanto ele aparecia sempre em perspectiva com a memória negativa das práticas sindicais anteriores a existência do "novo" sindicalismo. Tratava-se de um discurso que pretendia unir os trabalhadores em torno da ideia de que seus problemas só seriam passíveis de serem solucionados após a superação da "velha" organização sindical.

Fica evidente que esse projeto de mudanças profundas no sindicalismo brasileiro se estrutura na medida em que se entra em confronto direto com a memória do sindicalismo ligado ao PTB e ao PCB. O comunismo e o trabalhismo eram colocados como um dos inimigos da luta operária e a herança deixada por eles um dos principais entraves ao avanço dessas lutas[218].

A memória do "velho" sindicalismo é o elemento que delimita a apreensão do mundo social através de categorias de percepções do real. É essa percepção que cria a imagem a partir da qual o presente pode fazer sentido. Para Chartier as representações sociais assim construídas são determinadas pelos grupos que as forjam, pois as representações do social produzem estratégias e práticas que legitimam um projeto reformador e/ou justificam para os próprios membros do grupo suas escolhas e condutas[219].

Se tomarmos o "novo" sindicalismo como um projeto de modernidade que se opunha ao tradicionalismo das lideranças sindicais ligadas ao comunismo e ao trabalhismo, fica evidente que a CUT busca erigir um sindicalismo comprometido com o progresso, com o avanço e com a melhoria das lutas operárias.

Berstein mostra que entre a formulação de uma proposta política e a sua transformação em corrente estruturada, que provoca o nascimento de uma estrutura normativa, podem se passar anos. Seria necessário, segundo este autor, o espaço de pelo menos duas gerações para que uma ideia nova, que busque uma resposta baseada nos

---

[218] Não se pode esquecer que essa visão cutista sobre o passado do movimento operário está associada a uma perspectiva de que o trabalhismo seria o representante de uma tradição imposta pelo Estado varguista e alheia à classe operária, começou a ser questionada por Angela de Castro Gomes que estudou as aproximações entre o trabalhismo e a própria simbologia política da classe operária. Uma noção que parte da perspectiva de que a política latino-americana possui idiossincrasias devido a elementos que a distancia da política europeia entende que o acesso à cidadania, na América Latina, não passou por manifestações por parte dos setores populares, assim como ocorreu na Europa. Esse seria um elemento na constituição da identidade européia que faltava à classe operária brasileira. In: GOMES, Angela. A invesão do trabalhismo. Rio de Janeiro. Editora da FGV, 2005.

[219] CHARTIER, Roger. Op. Cit. p. 17.

problemas da sociedade, penetre os espíritos sob forma de um conjunto de representações de caráter normativo e passe a parecer evidente para um determinado grupo[220].

Esse diálogo entre a tradição e a modernidade estaria relacionado não apenas às mudanças que a CUT faria em relação à estrutura sindical herdada do trabalhismo, como também em relação a própria constituição da CUT como uma central sindical expressiva no campo da organização operária nacional.

Desse modo, outro ponto que chama atenção nas orientações da CUT após 1988 são as ideias de mudança interna. No Segundo Congresso Nacional da CUT, ocorrido em 1986, foram propostas mudanças ao estatuto da central, criado em 1984, em seu primeiro Congresso Nacional. Essas mudanças seriam votadas no Congresso de 1988 e, aparentemente, isso leva a CUT a ter que dialogar com as possibilidades de mudanças de estratégia, tendo que ratificá-las diante dos trabalhadores e dos grupos que faziam oposição política aos dirigentes.

> (...) é preciso também, dentro da CUT, localizar e superar as concepções sindicais equivocadas que não contribuem para o avanço das lutas, mas sempre a partir do debate fraterno e com absoluto respeito aos princípios e a prática democrática. A definição de uma concepção sindical, portanto, é a base para a construção de uma estrutura da CUT que assegure a democracia interna, promova a unidade de ação e impulsione a organização sindical de massas, classista, representante, autônoma e independente[221].

A preocupação em enfatizar que jamais deixaria de haver democracia dentro da CUT denota uma preocupação com o conflito que estava se estabelecendo com grupos minoritários, mas também demonstra uma preocupação com a forma assumida pelas novas posições da central e como elas seriam vistas pela classe trabalhadora. A CUT afirmava que:

> A democracia e o pluralismo na CUT são inseparáveis da unidade de ação. A democracia interna na CUT não é apenas um princípio a ser respeitado, mas também uma condição fundamental e ação sindical. A CUT sem a participação ativa das bases ficará limitada a decisões que não ultrapassarão as salas de reunião ou os plenários de discussão [222].

Percebe-se, neste trecho, uma preocupação com a possibilidade de fragmentação política que uma proposta de mudança nos moldes de organização, bem como a

---

[220] In: BERSTEIN, Serge. “A Cultura Política”. Op. Cit. p. 355.

[221] Resoluções do Terceiro Congresso da CUT. Op. Cit. p. 14/15.

[222] Idem, p.19/20.

formulação de uma estratégia, amparada numa determinada perspectiva política poderia gerar no interior da central.

A afirmação de uma identidade sindical que associa “democracia” e “pluralismo” a “unidade de ação”, demonstra a percepção de que as mudanças propostas no estatuto poderiam trazer mudanças no projeto político e nas estratégias de lutas que vinham sendo vislumbradas pelos “novos” sindicalistas até então[223].

A questão da democracia na CUT é reforçada de forma a atender, ao mesmo tempo, as questões dos grupos políticos minoritários dentro da CUT e reforçar a identidade sindical cutista, relacionada ao controle das estratégias de luta por parte do trabalhador.

A possibilidade de os trabalhadores participarem efetivamente das decisões das instâncias da CUT e de poderem interferir em todas as decisões e discussões é vista como o elemento básico da vida democrática e cotidiana da CUT, bem como um elemento fundamental do “novo” sindicalismo.

De acordo com a CUT seria preciso definir de forma precisa os mandatos das diversas instâncias de direção e de seus limites, bem como o controle das bases sobre as direções, incluindo a possibilidade de os trabalhadores destituírem as dirigências através de decisões democráticas e representativas quando os princípios da CUT fossem desrespeitados. Essas seriam as condições fundamentais a serem resgatadas para o avanço da prática democrática e a superação dos equívocos[224].

Para que isso ocorresse, a construção da CUT “de massas”, “classista” e “unitária” deveria se iniciar nos locais de trabalho, entendidos como o coração da exploração capitalista e espaço fundamental de organização sindical. A CUT deveria organizar os trabalhadores nas fábricas, canalizando-os para uma prática sindical democrática e uma organização permanente, transformando-os em instrumento eficaz nas luas da classe.

A proposta de ruptura com as práticas do sindicalismo de cúpula, que não fora bem sucedido em organizar o sindicato ainda prevaleciam, no entanto, os objetivos dessa organização não seriam compartilhados pelas outras tendências que acreditavam na luta sindical como passo importante na construção de uma sociedade socialista. Nesse sentido, a hegemonia da ARTICULAÇÃO afirmava certa noção do que deveria ser o movimento

---

[223] Cabe ressaltar que apesar das discordâncias política entre as tendências que se apresentavam no interior da CUT, não houve dissidência entre elas, pelo menos não no período pesquisado neste trabalho. Num encaminhamento da Tendência DEMOCRACIA SOCIALISTA, feito por ocasião do 4º CONCUT, realizado em 1991 fica explicita a forte oposição que este grupo fazia a gestão da ARTICULAÇÂO, mas a existência de tal encaminhamento mostra que este grupo não chega a abandonar a CUT.

[224] Resoluções do Terceiro Congresso da CUT. Op. Cit. p. 20.

sindical, que era compartilhado pela maioria dos trabalhadores filiados à CUT [225]. A CUT deveria:

> (...) conquistar o direito democrático de exercício da atividade sindical nos locais de trabalho (...) para organizar os trabalhadores de forma independente e na defesa de suas reivindicações. A formação de comissões de trabalhadores nos locais de trabalho é uma grande tarefa para impulsionar o sindicalismo que a CUT representa. (...) A tarefa histórica para impulsionar a concepção sindical classista da CUT é dar um salto de qualidade, *articulando o sindicalismo de porta de empresa com a organização dos trabalhadores dentro da empresa*[226]. (os grifos são da fonte)

A ala ARTICULAÇÃO SINDICAL buscou afirmar esse perfil sindical de base, mas também tentou tomar providências para que outros projetos ligados à construção da CUT não provocassem dissidências dentro da central. Isso acabou levando a um intenso debate no interior da CUT em torno da proposta de mudanças do estatuto aprovado no primeiro Congresso da CUT, em 1984.

No seu Terceiro Congresso Nacional, realizado em 1988, a CUT, apesar de defender a ideia de que os partidos e os sindicatos tinham em comum o objetivo de "emancipar definitivamente a classe trabalhadora" através da ação dos "próprios trabalhadores", defendia também que a transformação dos sindicatos em apêndices dos partidos políticos seria um grande equivoco[227].

A Central sempre defendeu que apenas a luta das massas, com a ampla participação dos trabalhadores poderia ser considerada um grande instrumento de transformação social, especialmente no caso do Brasil, onde existiria uma classe dominante a exercer pleno controle das instituições sociais. Sendo assim, pode-se dizer que a hegemonia de um grupo que não defende a revolução social como fim da luta operária dentro da CUT, deixa explicito que as ideias de mudanças na sociedade que chamam a atenção dos trabalhadores não precisam necessariamente ter relação com a ideologia socialista de derrubada do capitalismo e construção de uma sociedade igualitária. A classe

---

[225] Estudos mais recentes buscaram mostrar que a história do movimento operário durante o período situado entre 1930-1964 não foi de tanta desmobilização quando se coloca. Negro e Teixeira consideram que mesmo o período do Estado Novo não foi marcado por um silêncio tão grande da classe trabalhadora. Segundo esses autores, funcionários da Justiça do Trabalho registravam que algumas indústrias eram palco de agressões a superiores hierárquicos e sabotagem. O epicentro dos conflitos eram os próprios locais de trabalho, onde pequenas greves e mobilizações eram organizadas por comissões de negociação que funcionavam a revelia dos sindicatos.

[226] Resoluções do Terceiro Congresso Nacional da CUT. Op. Cit. p. 20/21.

[227] Idem, p. 21.

trabalhadora poderia compreender outras mudanças como sendo profundas e relevantes para a sua realidade.

A força da CUT, nesse processo de mudança, estaria em sua capacidade de conseguir a participação das massas trabalhadoras e na sua "capacidade de imprimir às lutas em caráter classista e de massas na conquista dos direitos imediatos e históricos dos trabalhadores" [228].

Desta forma:

> Os partidos comprometidos com os trabalhadores têm como objetivo fundamental, a conquista do poder, assumir a condução do Estado a partir de seu programa para toda a sociedade. Nesse sentido sua força reside na coesão ideológica da militância e na consistência do programa que apresenta [229].

É possível perceber que as ideias de consistência de programa e de coesão da militância estão associadas à noção de projeto político. Nesse caso, tratar-se-ia do projeto político defendido pela ARTICULAÇÃO SINDICAL. Construir um sindicato que se preocupasse, primeiramente, com as necessidades dos trabalhadores, que lhes desse voz e que tratasse de defender, antes de qualquer coisa, seus interesses, não importando quais seriam eles, era a intenção deste grupo.

As greves do ABC são o marco inicial de uma concepção sindical que aposta no poder de combatividade do trabalhador. A força demonstrada por este setor social durante esse processo não influenciou apenas na conquista do reajuste salarial, mas também no resgate da dignidade do trabalhador. Aquele movimento também chamou atenção da sociedade brasileira para o fato de que os trabalhadores também são cidadãos e também têm suas necessidades. O sucesso desse movimento gerou a ideia de que a união da classe operária poderia operar quaisquer tipos de mudança que se quisesse. Tudo dependeria da forma como eles seriam liderados.

Não é por acaso, que existiam, no interior da CUT, grupos de tendência socialista que acreditavam na força transformadora daquele "novo" sindicalismo surgido na década de 1970. De acordo com a sua própria concepção de mundo, os socialistas, e talvez outros cutistas não relacionados a essa corrente, acreditavam que tinham nas mãos o principal instrumento da transformação social: os trabalhadores.

---

[228] Idem, Ibidem. p. 21.

[229] Idem, Ibidem. p. 21.

Uma questão interessante que se relaciona com esse embate entre projetos políticos distintos que vão disputar a hegemonia dentro da CUT é a leitura marxista de que a classe operária seria uma classe que com o tempo adquiriria um nível de consciência revolucionária, propiciando, inclusive, que grupos minoritários pensassem que nenhum outro projeto, que não a destruição do Estado capitalista burguês e a construção de uma sociedade socialista, onde imperam a igualdade social, podem ser mais interessantes para os trabalhadores.

O fato que se tornou evidente ao longo dos primeiros anos de existência da CUT é o de que este não era, necessariamente, o projeto político da classe operária brasileira. A prova disso é que os defensores deste projeto começaram como minoria e permaneceram assim, enquanto que a corrente que defendia uma atuação menos voltada para uma proposta política revolucionária encontraria cada vez mais espaço dentro da CUT.

A CUT, ao se estabelecer como uma grande central sindical brasileira, teve de enfrentar os problemas que se colocavam diante dos trabalhadores e, a partir do momento em que a ARTICULAÇÂO anunciava estar disposta a dar prioridade aos assuntos ligados ao cotidiano do trabalhador, esta corrente acabou por atrair uma maior adesão da classe para o seu projeto de sindicalismo.

Já foi dito que a referência teórica dos intelectuais ligados à fundação da Central Única dos Trabalhadores era o marxismo. Esse ponto de vista se relaciona com a ideia de que o sentido da organização do movimento operário é a procura de uma ruptura total, em algum momento, com a sociedade capitalista e burguesa.

Isso acaba provocando um conflito entre a idealização e a prática de organização do movimento sindical. Não se pode deduzir qual o projeto que os indivíduos vão adotar para suas vidas. Não é possível que um pequeno grupo de intelectuais consiga dar conta das expectativas de toda uma classe.

A estruturação de um projeto político só se dá no momento em que existe uma coesão de ideias, interesses e planos de futuro compartilhados por um determinado grupo. Sendo assim, o poder exercido pelos grupos dirigentes dentro da CUT deveria estar, obrigatoriamente, respaldado nas representações e na imagem que a CUT forjou de si mesma.

Esse é o projeto que se afirma dentro da CUT. Este era o projeto da classe trabalhadora. O envolvimento dos trabalhadores com as questões políticas não estava, necessariamente, ligado a um projeto de destruição do capitalismo, mas sim à busca de uma solução para as suas questões mais urgentes, tais como o sustento de suas famílias,

uma educação de qualidade para seus filhos, o acesso a um sistema de saúde que funcionasse e, além de tudo isso, o resgate de uma imagem do trabalhador como peça chave do desenvolvimento industrial e como sujeito da evolução política do país. Nesse sentido, podemos dizer que a perspectiva política da ARTICULAÇÃO se direcionava mais para a reivindicação de reformas do que para a organização de uma revolução.

As mudanças no estatuto que foram aprovadas no Terceiro Congresso Nacional da CUT levaram a uma exacerbação das divergências entre as tendências na central. Essas mudanças estavam ligadas ao papel que a CUT deveria desempenhar na sociedade brasileira e apontavam para uma centralização maior das decisões, limitando o número de delegados que participariam dos congressos nacionais, aumentando o tempo de intervalo entre esses eventos e diminuindo as possibilidades de atuação das oposições na CUT, ou seja, as tendências minoritárias e, sobretudo, limitando sua participação nas decisões.

> Cinco anos após a sua fundação, a CUT entra em um período decisivo de consolidação e crescimento para deixar de ser apenas uma importante referência de massas e se transformar em representante de todo o conjunto da classe trabalhadora. Essa nova fase exige um salto qualitativo e maior coesão política em todas as suas formas de organização, particularmente naquelas que se formam a partir dos locais de trabalho [230].

Repare que a CUT menciona uma nova fase. É fato que no final da década de 1980, o mundo do trabalho passava por um momento complicado. O avanço do neoliberalismo, os efeitos das crises econômicas ocorridas naquela década faziam aumentar o desemprego e a instabilidade dos trabalhadores em seus postos de trabalho. O período mais intenso de ascenso das lutas, manifestações e greves havia chegado ao fim e a CUT precisava se estruturar para atuar dentro desta conjuntura específica.

Nesse quesito a CUT se esforçava em ressaltar as suas diferenças em relação ao “velho” sindicalismo. A própria mudança no Estatuto chegou a ser avaliada em relação ao sindicalismo “pelego”, combatido pelos “novos” sindicalistas. Tratava-se de uma tentativa de resgatar a essência da imagem do “novo” sindicalismo.

> É preciso romper com o atraso histórico provocado pela estrutura sindical fascista e corporativa, que perdura há mais de 50 anos, e implantar, definitivamente, uma concepção classista, livre, autônoma, democrática e pluralista, sustentada material e politicamente pelas próprias massas de trabalhadores[231].

---

[230] Idem, Ibidem. p. 23.

[231] Idem, Ibidem. p. 23.

As ações relacionadas às mudanças no estatuto da central têm um claro interesse de reforçar o poder político do grupo que atinge o posto de direção da entidade. Nesse sentido, é preciso eliminar outros projetos que podem, em alguma medida, adquirir ressonância no meio operário.

A consistência do projeto do grupo ARTICULAÇÃO estaria na capacidade do grupo em dialogar com os novos tempos, apontando para novas práticas, novas estratégias e novas abordagens para as questões operárias sem, no entanto, interferir na imagem que a CUT construiu de si mesma no início dos anos 1980.

Por isso a ideia de que a democracia na tomada de decisões, na participação dos grupos minoritários e no tocante a participação das bases na organização do movimento são reforçadas no Terceiro Congresso para evitar a qualquer custo à possibilidade de as mudanças estruturais serem interpretadas como uma mudança que pudesse alterar a essência do “novo” sindicalismo.

Não se pode deixar de mencionar que a partir do momento em que a ARTICULAÇÃO chegou a dirigência da CUT ela pôde se utilizar de uma série de instrumentos que facilitaram a implementação de seu projeto. Na documentação da central não é difícil encontrar publicações de caráter propagandístico relacionadas às novas propostas do grupo, propostas de mudanças no estatuto, informativos etc.

Ao longo da década de 1980, a CUT se estruturou e se transformou em uma das mais importantes centrais sindicais do país. No entanto, a conjuntura ao final de sua primeira década de existência era bem diferente.

A transição do regime militar para o civil veio acompanhada de um panorama econômico bastante crítico. As crises de escala mundial e a adoção das ideias neoliberais representaram um duro golpe sobre a classe trabalhadora em todo o mundo.

O fantasma do desemprego, a instabilidade e a inflação crescente geravam um clima de incertezas e ocasionavam um iminente refluxo nas manifestações operárias. Nesse sentido, a ARTICULAÇÃO deveria ser eficiente em dar uma resposta contundente, no que se refere às possibilidades de luta e organização que o movimento operário passaria a ter a partir de então.

A década de 1990 chegou trazendo mudanças bruscas que impactariam o mundo do trabalho, bem como as formas de organização da classe trabalhadora na reivindicação de seus direitos.

A reestruturação produtiva representou um duro golpe para as organizações sindicais que surgiram sobre o signo da combatividade, da autenticidade, bem como de uma legitimidade dada pela aproximação com as organizações de base.

A avalanche de mudanças que a década de 1990 traria com o avanço da robotização das linhas de montagem, com o trabalho assumindo novos formatos, a segurança do pleno emprego dando lugar à insegurança do desemprego e com o ataque aos tradicionais sistemas de contratação promovidos pelo patronato, os atores envolvidos com ele pareciam não querer identificar-se com os símbolos genéricos de classe ou com suas máquinas de representação como partidos e sindicatos.

Os problemas enfrentados pela CUT não girariam em torno apenas dos impactos provocados pelas mudanças na organização da produção, eles se relacionam também com a velocidade dessas mudanças e sua conciliação com o ataque incessante promovido às centrais sindicais. Dentre as mudanças que ocorreram no mundo do trabalho e que provocaram grande impacto às organizações sindicais, a CUT destaca o crescimento extraordinário do desemprego, causado pelo avanço da robotização nos processos produtivos, o uso crescente das subcontratações, do trabalho em domicílio e da contratação de mulheres, a possibilidade de as empresas se deslocarem de um lugar para o outro e a aplicação de novas formas de gestão no interior das empresas, que empreendem o aumento do envolvimento e da colaboração dos trabalhadores nos projetos e metas da empresa.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história recente dos movimentos sociais no Brasil pode ser narrada a partir do ano de 1961, quando o presidente Jânio Quadros renunciou da presidência do país, gerando uma grave crise política que permeava a posse ou não do então vice-presidente João Goulart.

A renúncia de Jânio e a articulação de um golpe para impedir a posse de Jango é o evento que detona uma enorme mobilização dos movimentos sociais de vários tipos no Brasil em torno na defesa da legalidade e do combate às intenções golpistas dos grupos de direita.

Foi justamente o sucesso dos movimentos sociais de esquerda em conter o golpe que se arquitetava em 1961, que fez com que o curto governo de João Goulart fosse tão conturbado. Cheios de confiança em seu poder de mobilização, os grupos de esquerda acharam ser possível forçar uma série de mudanças ousadas na sociedade, na economia e na política brasileiras.

No entanto, a esquerda esqueceu que o que lhe conferiu uma vitória tão decisiva sobre os setores golpistas em 1961 fora justamente sua posição defensiva, marcada pelo empenho na manutenção das disposições constitucionais e legais. Ao se inflamarem exigindo as mudanças necessárias para mudar a face do Brasil, as esquerdas ameaçaram as instituições legais que defendera anos antes e dessa forma possibilitou que as direitas tomassem para si esta bandeira.

O Golpe Civil-Militar de 1964 não pode ser evitado. Os grupos que fizeram oposição a Jango, a sua proximidade com os movimentos sociais e a sua proposta de Reformas de Base tomaram o poder e trataram de tomar as providencias necessárias para suprimir a oposição.

No meio daqueles que eram entendidos como inimigos do novo regime que se instalava em 1964, estavam os trabalhadores. O movimento operário atingira grande expressividade no contexto do governo Jango e a proximidade deste presidente com suas lideranças não era bem vista pelo regime que se instaurava.

O processo de degola do movimento não tardou a se iniciar. Cassações de mandatos de diretorias sindicais, intervenções em sindicatos, prisões de quadros do sindicalismo, além da perseguição implacável de um regime que não se prestaria ao diálogo com a classe trabalhadora.

Os trabalhadores sofreram um duro golpe com a ascensão do regime de direita. A sensação de que a vitória deste representava para o sindicalismo uma enorme derrota não adivinha apenas das cassações e outras sanções realizadas pelos artífices do regime, mas também pelo fato da mobilização operária não ter sido capaz de impedir o Golpe.

É fato que as manifestações operárias sofreram um notável declínio após o ano de 1964. Com as ações repressivas do Estado e com a proibição expressa das greves por parte do governo, os trabalhadores passaram por um momento de dificuldades em relação a possibilidade de defesa de seus direitos.

Algumas greves de grande porte chegaram a ocorrer no final da década de 1960, mas se tratavam de movimentos isolados. Somente no final da década de 1970, as manifestações operárias atingiriam um grau de expressividade semelhante ao que fora observado antes da instalação da ditadura militar.

Essa recuperação da expressividade das ações operárias esteve ligada ao evento conhecido como as Greves do ABC. O enorme arrocho salarial ao qual os governos militares submeteram os trabalhadores fez com que as campanhas salariais ganhassem força no final da década de 1970, levando a uma explosão de greves a exigir o reajuste salarial na região do ABC paulista, cujo impacto foi sentido em todo o país.

Ao longo deste intervalo que compreendeu o período 1964 e 1978, a dura repressão que o regime civil-militar impôs sobre os sindicatos fez com que os trabalhadores passassem a se articular no interior das fábricas em torno dos eventos mais próximos de seu cotidiano e de forma fragmentada. Pequenos piquetes, paralisações localizadas e operações tartarugas tomaram conta do cenário de mobilização dos trabalhadores em torno de suas exigências diante do patronato.

As cassações e a perseguição empreendidas sobre os militantes sindicais abriram espaço para o surgimento de novas lideranças que se propunham a organizar as lutas dos trabalhadores no interior dos sindicatos. Essas lideranças se auto-intitulavam autênticos.

Esse novo grupo de dirigentes forjou suas práticas sindicais num momento em que associação partidária era sinônimo de conduta geradora de desconfiança e perseguição por parte do regime militar.

Nesse momento, esses grupos iniciaram sua atuação enfatizando as pequenas mobilizações mais do que as grandes. Não obstante, essas manifestações ganharam volume, notoriedade e se transformaram em um importante capítulo da história da democratização que começava a se arquitetar naquele momento.

As greves do ABC tornaram-se o marco fundador de um projeto político que exigia romper com um passado de silêncio. E os articuladores desse movimento reivindicavam um papel de destaque na política brasileira.

A ideia de que o movimento operário não tivera condições de oferecer uma resistência incisiva ao movimento de 1964 tomou conta das leituras políticas feita por esses grupos. Buscava-se uma explicação para o fato de um movimento operário que, naquele momento, parecia tão imbatível não ter sido capaz de abortar o Golpe que levara à instalação de um regime repressor.

A primeira tarefa de seus participantes, no entanto, seria romper com práticas identificadas com o fracasso do movimento, tanto em relação às conquistas operária quanto em relação ao não enfrentamento dos setores golpistas em 1964. As velhas estruturas sindicais teriam criado um sindicalismo apático e totalmente dependente das articulações de cúpulas, feitas de cima para baixo de suas lideranças.

Procurei assinalar ao longo deste trabalho que os auto-intitulados “novos” sindicalistas consideravam que as lideranças sindicais do pré-1964 teriam esquecido, ao longo do tempo, o seu verdadeiro papel. E, em certo momento, teriam deixado de procurar entender as necessidades dos trabalhadores que representavam. Distanciaram-se das bases. Construíram assim, respaldadas por ações do Estado, um sindicalismo amarrado a medidas colaboracionistas, mais interessado em contemporizar do que em confrontar, dependente da máquina burocrática e administrativa criada por esse mesmo Estado, que lhes conferia sustentação financeira. Por fim, mais preocupado com ações assistencialistas do que com ações que poderiam libertar os trabalhadores da exploração. Teria sido um sindicalismo incapaz de construir uma verdadeira consciência de classe e incuti-la na mentalidade dos trabalhadores.

Em contraposição a tudo isso, surge uma liderança renovada que no final da década de 1970 iniciaria a construção de um sindicalismo “novo”. Combativo e identificado com os verdadeiros interesses da classe trabalhadora, o “novo” movimento estaria comprometido com a tarefa de construir uma consciência de classe plena que pudesse impulsionar os trabalhadores a lutar por seus direitos e por transformações mais profundas na sociedade brasileira.

Após longos anos de atuação direta dos trabalhadores na organização de suas lutas, os trabalhadores viviam um clima de desconfiança, devido à espionagem nas fábricas, não acreditavam mais nas lutas judiciais, ou nos caminhos legais. Acreditavam na

combatividade, na sua força. Pensavam que apenas as paralisações fariam com que as classes dirigentes os ouvissem.

Esse sindicalismo queria ser livre. E considerava que sua força inovadora vinha da atuação das bases, tal como nas manifestações operárias do inicio do século XX, que eram dirigidas pelos próprios sujeitos da ação, os trabalhadores.

A fundação da Central Única dos Trabalhadores, em 1983, foi a principal conseqüência do surgimento daquilo que se denominou “novo” sindicalismo. Ela representava a institucionalização desta nova forma de organizar as lutas operárias. O projeto custista apostou na imagem de movimento combativo, genuíno, uma central sindical construída por quadros sem nenhuma relação com os interesses políticos ou com as negociações de cúpula.

Essa imagem só pôde se formar através da confrontação com a imagem daquele que foi considerado o “velho” sindicalismo. A tradicional atuação de partidos como o PTB e o PCB nos sindicatos passou a ser enxergada como a principal causa do atraso apresentado pelas instituições sindicais ao longo dos anos 1930 e 1964.

A disputa entre “velho” e “novo” sindicalismo deu-se tanto no campo sindica, quanto no campo da memória. De um lado, era preciso aproximar os trabalhadores ao projeto cutista e, de outro, havia a questão da formação identitária que exigia um contraponto que pudesse dar consistência à ideia de que este projeto trazia algo de efetivamente novo para o mundo do trabalho.

Os cutistas queriam criar um sindicalismo autônomo, apartado dos aparatos burocratizantes e limitadores do Estado e do Ministério do Trabalho, uma nova entidade que deveria depender apenas da aceitação dos trabalhadores. Dessa forma, a CUT assume a tarefa de destruir a estrutura sindical vigente e construir em seu lugar, uma nova forma de organizar as lutas operárias.

Esse projeto não se efetivaria sem um confronto direto com o passado e nem sem um confronto direto com o presente. Na medida em que ia construindo sua imagem de central sindical ligada às ações de base, a CUT empreendeu uma dura disputa de memória que serviu para situar a CUT como o presente e o futuro do movimento operário e o sindicalismo ligado aos grupos trabalhistas e comunistas como o passado a ser superado.

O processo de construção da imagem de representante de um “novo” sindicalismo acarretou um processo de enquadramento de memória. Isso fez com que a CUT estabelecesse uma leitura própria do passado do movimento operário brasileiro.

A luta na defesa dos direitos dos trabalhadores brasileiros poderia ser considerada através da análise de períodos distintos, o que levou a CUT estabelecer três momentos entendidos como sendo de grande relevância para a história operária do nosso país.

O primeiro desses períodos mencionados estaria situado no momento de gestação da classe operária. Apenas no início do século XX, é que a industrialização brasileira ganharia certa consistência, fazendo com que o número de trabalhadores ligados ao setor industrial crescesse de forma significativa pela primeira vez.

Naquele momento de desenvolvimento da indústria, observava-se um quadro de exploração bastante incisivo, o que por sua vez acarretava crescentes ondas de manifestações e protestos por melhores condições de trabalho. É importante observar também, que estamos tratando de um momento em que o Estado não tomava para si a tarefa de regulamentar o trabalho, inexistindo leis que protegessem o trabalhador do arbítrio do patronato, ou que impusesse limites a este quadro de exploração.

A influência dos anarquistas na organização dos trabalhadores fora, na leitura da CUT, muito grande. É sabido que o anarquismo é uma ideologia que sobressai por contestar veementemente todas as formas de poder existentes dentro de uma sociedade. Por isso, não acreditavam em partidos ou organizações que demandassem algum tipo de hierarquização.

Essa influência dos anarquistas, bem como o volume de manifestações, greves e piquetes ocorridos no período foram fatores interpretados pelos “novos” sindicalistas como prova da maior autenticidade e liberdade desse movimento em relação às suas lideranças. Essas declaradamente não teriam atuado no sentido de controlar os trabalhadores, mas sim de organizar as lutas, com o intuito de dar mais visibilidade e força às manifestações.

É importante mencionar que por se tratar de uma memória construída acerca dessa ocasião considerada gloriosa da história operária, essas elaborações não se prestam a uma investigação minuciosa dos fatos relacionados à época rememorada.

Para esta memória, o primeiro grande momento a ser considerado na história do sindicalismo é o que se situa na República Velha. A Era do sindicalismo combativo, glorioso e cheio de consciência de classe. Período em que os trabalhadores agiam de acordo com esta consciência e participavam diretamente da luta por seus interesses.

Apesar de os trabalhadores terem começado a trilhar um caminho que parecia guiá-los ao triunfo, essa trajetória acabou sendo interrompida nos anos 1930 pela intervenção de um Estado que intencionava cooptar a classe operária para o seu projeto de desenvolvimento, através da manipulação das emoções desses indivíduos.

Para os cutistas, assim como para muitos cientistas sociais das décadas de 1960 e 1970, o Brasil teria vivido a partir da ascensão de Getúlio Vargas ao poder a Era do Populismo. O populismo, por sua vez, seria uma forma de política baseada no carisma de um líder que se aproximaria das camadas populares com o objetivo de cooptá-las através de uma dupla ação: de um lado a manipulação propagandística e de outro a repressão.

Para os sindicalistas ligados à fundação da CUT, a classe trabalhadora teria sido envolvida nesta trama populista e abandonado o caminho de lutas e mobilizações em torno de seus direitos, acreditando na atuação de um líder disposto a outorgá-los. A partir deste momento, a classe operária teria se acomodado, acostumando-se a ser representada por líderes que acreditavam na barganha com o Estado e com as ações manipuladoras deste.

Essa leitura da história do movimento operário é crucial para que se compreenda a memória negativa que se criou do movimento sindical do período compreendido entre os anos 1930 e 1964. Tratar-se-ia de um movimento que esteve preocupado em negociações que não beneficiavam a classe operária, mas sim as classes patronais que mantinham os trabalhadores sob controle e o Estado populista que poderia prosseguir investindo em sua imagem de conciliador dos interesses de todas as classes sociais.

Este trabalho buscou estabelecer uma relação entre memória e identidade e entre identidade e projeto. Procurou-se entender como processo de construção de uma identidade – a do “novo” sindicalismo – dependeu de uma reconstrução do passado que serviria de referência para ela. Uma vez que uma identidade social não se faz sem uma referência ao passado que ajude a dar coesão a um grupo que se envolve com a mesma, tentamos perceber como a memória que se produz do movimento operário ajudou a dar consistência essa imagem que os cutistas construíram de si mesmos. Sindicalistas com mais vontade de lutar do que se conciliar.

Essa imagem de um sindicalismo “novo”, que só se relacionaria com um período de mobilizações grandiosas e de grandes vitórias – vitórias diante dos patrões, vitória diante da ditadura, que os grevistas do ABC enfrentaram na década de 1970 – se articularia com um determinado projeto que esses “novos” sindicalistas teriam para a luta operária e que pretendiam implementar através de suas ações.

Não foi o objetivo deste trabalho defender ou criticar a ideia de “novo” sindicalismo. Não se buscou em nenhum momento comprovar a propriedade do termo, ou mesmo atestar o equivoco em usá-lo. O que se buscou fazer foi trabalhar esta ideia “do novo”, entendendo-a como uma identidade social que começou a se formar a partir das greves do ABC e se estruturou no interior da Central Única dos Trabalhadores

Procurei compreender a construção de um movimento social que se utilizou, de leituras de passado no processo de construção de sua imagem no estabelecimento da identidade de “novo” sindicalismo. E como essa memória e a afirmação dessa identidade se articularam com o projeto de futuro elaborado pela Central, que buscou fazer algo de diferente, algo de novo, algo ligado a sua própria imagem de movimento inovador no campo sindical.

É importante lembrar que este projeto não se estabelece única e exclusivamente através de uma disputa de memória e de uma disputa em relação ao passado. É preciso observar que existiram conflitos situados no momento da fundação da CUT e que se relacionava à adesão que as propostas do sindicalismo ligado ao PTB e ao PCB ainda atraíam.

Cabe ressaltar também que a construção da CUT, bem como a afirmação de sua identidade, assim como o estabelecimento de um projeto – que englobaria as estratégias e práticas consideradas interessantes para o alcance das expectativas expressas por ele – também só ocorre após intensa disputa entre grupos de tendências políticas divergentes existentes também no interior da Central.

Não se buscou em nenhum momento julgar a crítica que os “novos” fizeram dos “velhos”, taxando-a de injusta. Procurou-se compreender o porquê desta referência ao passado e a que estas reconstruções de memória serviram, assim como o porquê de elas terem sido feitas. Também não se procurou avaliar o projeto político dos cutistas como ideal ou ingênuo. Nesse caso, refiro-me à ideia de que o sindicalismo que emergia juntamente com as greves do ABC era “novo” e romperia com um longo passado de inércia do movimento operário conciliado com a tendência das lideranças de manipular os trabalhadores com suas possibilidades e negociação ao invés de impulsionar as lutas e a consciência de classe.

A intenção aqui sempre foi compreender em que bases esse projeto cutista estruturou-se, a que objetivos ele procurou satisfazer e as quais aspirações políticas de um grupo de indivíduos ele procurou contemplar. Toda identidade social constroi-se através da relação muito específica que um grupo estabelece com sua realidade. O mais importante é que consigamos perceber que sindicalistas da CUT queriam mudar a face do sindicalismo brasileiro, que intencionavam trazer algo novo para a classe operária no tocante à organização de suas lutas. Eles realmente buscaram melhorar as condições de vida dos trabalhadores, empenharam-se nisso e muitos foram os que compartilharam seus projetos, ideias e métodos.

Pode-se dizer que o “novo” sindicalismo é um projeto que não chegou a se concretizar. A década de 1990 chegaria trazendo uma série de novas questões ligadas ao cotidiano dos trabalhadores com as quais a CUT teria de dialogar. Naquele momento, marcado por uma inflação que levava ao esmagamento do poder aquisitivo da classe e o desemprego crescente, a solução desses problemas deveria ser a preocupação principal de um grupo que quisesse atrair a adesão do trabalhador naquele momento. Sob a direção da articulação sindical, a CUT procedeu uma reavaliação de sua atuação e buscou novas estratégias para representar o trabalhador que estava, a partir dos anos 1990, diante de novos problemas. Mas isso já é outra história.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria Hermínia T. de. Difícil caminho: sindicatos e política na construção da democracia. In: O' DONNELL, Guillermo; REIS, Fábio Wanderley (Org.). *A democracia no Brasil:* dilemas e perspectivas. São Paulo: Vértice, 1998.

_____. O sindicalismo brasileiro entre a conservação e a mudança. In: _____; SORJ, Bernardo (Org.) *Sociedade política no Brasil pós-64*. Rio de Janeiro. Biblioteca Virtual de Ciências Humanas, 2008.

ANTUNES, Ricardo. A rebeldia do trabalho. Campinas. Unicamp/Ensaip, 1998.
_____. *O novo sindicalismo*. São Paulo: Brasil Urgente, 1991.

ARAUJO, Maria Paula Nascimento. "Lutas democráticas contra a ditadura". In: FERREIRA, Jorge ; REIS, Daniel Aarão. As esquerdas no Brasil. *V. 3. Revolução e democracia. 1964.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

BACZKO, Bronislaw. A imaginação social. In: LEACH, Edmund ;ALII. *Antropos-Homem*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985.

BATALHA, Cláudio H. M. Cultura associativa no Rio de Janeiro da Primeira República. In: BATALHA, Cláudio; FORTES, Alexandre ; SILVA, Fernando Teixeira da. (Org.) *Culturas de classe*. São Paulo: Unicamp, 2004.

_____. Formação da Classe Operária e Projetos de Identidade Coletiva. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília (org.). *O Brasil republicano vol 1*. O tempo do liberalismo excludente: da proclamação da república à Revolução de 1930. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2006.

_____. Identidade da Classe Operária no Brasil (1880-1920): Atipicidade ou legitimidade? *Revista Brasileira de História*, 12, (23/24). set. 1991/ago. 1992.

_____. *O movimento operário na primeira república.* Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

BERBEL, M. Regina. *Partido dos trabalhadores:* tradição e ruptura ma esquerda brasileira. Dissertação (mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1991.

BERMAN, Marshall. Tudo que é sólido desmancha no ar. A aventura da modernidade. Paulo: Companhia das Letras, 2001.

BERSTEIN, Serge. A Cultura Política. In: RIOUX, Jean-Pierre ; SIRINELLI, Jean-François. *Para uma história cultural*. Lisboa : Estampa, 1998.

_____. Culturas Políticas e historiografia. In: AZEVEDO, Cecília; ROLEMBERG, Denise; KNAUSS, Paulo; BICALHO, Maria Fernanda Baptista; QUADRAT, Samantha Viz (Org.). *Cultura política, memória e historiografia*. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

BERSTEIN, Serge. “Les fondements du libéralisme (XVIe-XVIIe siècle). In : BERSTEIN, Serge. (directeur) *La democratie libérale*. Paris: Presses Universitaires de France, 1998.

BOITO JR, Armando. (Org) *O sindicalismo Brasileiro nos anos 80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. Populismo latino-americano em discussão. In: FERREIRA, Jorge (Org.) *O populismo e sua história:* debate e crítica. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2001.

CARDOSO, Ciro Flamarion ; VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da história:* ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

COSTA, Hélio. O novo sindicalismo e a CUT: entre continuidades e rupturas. In: FERREIRA, Jorge ; REIS, Daniel Aarão (Org.). *As esquerdas no Brasil vol. 3. Revolução e Democracia. 1964...* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

D’ ARAUJO. Maria Celina. *O estado novo*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

_____, CASTRO, Celso ; SOARES, Gláucio Ary Dillon. *A volta aos quartéis:* memória militar sobre a abertura. Rio de Janeiro. Relume-Dumará, 1995.

DEMÉLAS, Marie-Danielle. Estado y actores colectivos: el caso de los Andes. In: GUERRA, François Xavier ; ANNINO, Antonio. *Inventando la nación – iberoamericana*. Siglo XIX. México (DF): Fondo de Cultura Económica, 2003.

DUTRA, Eliana. História e culturas políticas: definições, usos e genealogias. *Varia História*, n. 28. Dezembro de 2002.

FABIAN, Johannes. Memórias da memória: uma história antropológica. In: REIS, Daniel Aarão et al. *Tradições & modernidades.* Rio de Janeiro: FGV, 2010.

FALCON, Francisco J. Calazans. História e representação. In: CARDOSO, Ciro Flamarion ; MALERBA, Jurandir (Org.) *Representação:* contribuição a um debate transdisciplinar. São Paulo. Papirus, 2000.

FERREIRA, Jorge. “A cultura política dos trabalhadores no primeiro governo Vargas”. In: *Trabalhadores do Brasil:*o imaginário popular (1930-45). Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.

_____. Crises da República: 1954, 1955 e 1961. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves(Org). *O Brasil Republicano v. 3:* o tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao Golpe Civil-Militar de 1964. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2008.

_____. ; GOMES, Ângela de Castro. *Jango:* as múltiplas faces. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

FERREIRA, Jorge. O Governo Goulart e o Golpe Civil-Militar de 1964. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. (Org.) *O Brasil Republicano vol. 3. O tempo da experiência democrática:* da democratização de 1945 ao Golpe Civil-Militar de 1964. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2008.

_____. O nome e a coisa: o populismo na política brasileira. In:_____. *O populismo e sua história:* debate e crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FERREIRA, Marieta de Moraes. A nova velha história: o retorno da História Política. *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992, p. 265-271.

_____. História do tempo presente: Desafios. Petrópolis, v. 94, n.3, p. 11-124, maio/jun., 2000.

_____ ; AMADO, Janaína. *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

FICO, Carlos. Versões controversas sobre 1964 e a ditadura militar. *Revista Brasileira de História*, v.24, n.47, jan-jun, 2003.

FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. *Democracia ou Reformas? Alternativas democráticas à crise política:* 1961-1964. São Paulo. Paz e Terra, 1993.

FREDERICO, Celso. *As Esquerdas e o movimento operário (1964-1984) v. 3*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1991.

_____. 1968: guerrilha urbana e movimento operário. *Ciências sociais hoje*. São Paulo: ANPOCS/Vértice, 1989.

GOMES, Angela de Castro. *A invenção do trabalhismo.* 3.ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

_____. Cultura política e cultura histórica no Estado Novo. In: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel e GONTIJO, Rebeca (Org.). *Cultura política e leituras do passado:* historiografia e ensino de história. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2007.

_____. POLÍTICA: história, ciência, cultura etc. Texto escrito para a prova de aula no concurso público para professor titular de história do Brasil da Universidade Federal Fluminense, realizado em 14 de dezembro de 1995.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere:* Vol. 2. Os intelectuais, o princípio educativo e Jornalismo. 4.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

_____. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

GRYNSPAN, Mario. A questão agrária no Brasil pós-1964 e o MST. In: FERREIRA, Jorge ; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Org.) *O Brasil Republicano vol. 4. O Tempo da Ditadura:* Regime Militar e Movimentos Sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

HALBWACHS, Maurice. *La mémoire collective*. Édition életronique dévelopée pour La Bibliotèque Paul-Émile-Boulet de l'Université du Quebec à Chicoutimi.

KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e Revolucionário nos tempos da imprensa alternativa*. São Paulo: Página Aberta, 1991.

LE GOFF, Jacques. História e Memória. São Paulo. Editora Unicamp. 2003.
LEVI, Giovanni. Sobre micro-história. In: BURKE, Peter (Org.) *A escrita da história:* novas perspectivas. São Paulo: Unesp, 1992.

MARTINHO, Francisco Carlos Palomares. Estado Novo, Ditadura Militar, Corporativismo e Identidade Nacional. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DA BRAZILIAN STIDIES ASSOCIATION (BRASA), 9, 2008.

_____. Trabalho e Identidade Nacional. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1-2, p. 137-158, jan/dez 2006. p. 140.

MATTOS, Marcelo Badaró. *Novos e velhos sindicalismos:* Rio de Janeiro (1955/1988). Rio de Janeiro: Vício de leitura, 1998.

_____. *O sindicalismo brasileiro após 1930.* Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

MENDES, Ricardo A. S. As direitas e o anticomunismo no Brasil (1961-1965). *Revista Lócus*. Juiz de Fora. EDUFJF, 2003.

_____. Cultura Política. *NEARCO:* Revista Eletrônica de Antiguidade, Rio de Janeiro, ano 4, n.2, p.196-200, 2011.

_____. Direitas, desenvolvimentismo e o Movimento de 1964. In: MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes. *Ditadura e democracia no Brasil*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2003.

_____. Memória, História e Novas Identidades. *Revista Maracanan*, Rio de Janeiro, Ano 5, n.5, dez. 2009.

NEGRO, Antonio Luigi. Depois daquele limo: os termos do divórcio entre revolução e sindicalismo operário (1964-1978). In: FREIXO, Adriano, MUENTAL FILHO, Oswaldo de Freitas ; VENTAPANE, Jaqueline (Org.) *Tempo negro, temperatura sufocante. Estado e sociedade no Brasil do AI-5.* Rio de Janeiro: PUC-Rio. Contraponto, 2008.

_____ ; SILVA, Fernando Teixeira da Silva. Trabalhadores, sindicatos e política (1945-1964)". In: DELGADO, Lucilia de Almeida Neves ; FERREIRA, Jorge. (Org.) O Brasil *Republicano, v.3, o tempo da experiência democrática:* da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2008.

_____. Zé Brasil foi ser peão: sobre a dignidade do trabalhador não qualificado na fábrica automobilística. In: BATALHA, Claudio, FORTES, Alexandre ; SILVA, Fernando Teixeira da. (Org.) *Culturas de classe*. São Paulo: Unicamp, 2004.

NORA, Pierre. Entre memória e história. A problemática dos lugares. *Projeto história.* São Paulo, dez. 1993.

OHMSTEDE, Antonio Escobar ; FALCÓN, Romana. Intriducion. In: _____. *Los ejes de La disputa. Movimentos sociales y actores colectivos em América Latina*., siglo XIX. Madri: Iberoamericana; Frankfurt: Vurvuert, 2002.

PIÑEIRO, Diego. Em busca de La identidad. La accion coletiva em los cnfictos de America Latina. Buenos Aires: *Clasco*, 2004.

POCOK, J. G. A. *Linguagens do ideário político*. São Paulo. EDUSP, 2003.

POLLAK, Michael. "Memória, esquecimento e silêncio. *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, v.2, n. 3, 1989.

_____. Memória e Identidade Social. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n.3, 1989, p. 200-212.

PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944): mito e política, luto e senso comum. In: FERREIRA, Mareita de Moraes ; AMADO, Janaina. *Usos & Abusos da História Oral.* Rio de Janeiro: FGV , 2006.

RAMALHO, José Ricardo. Trabalho e Sindicato: posições em debate na Sociologia Hoje. *Dados*, v..43, n.4, IUPERJ. Rio de Janeiro, 2000.

REIS, Daniel Aarão. *A Revolução faltou ao encontro:* os comunistas no Brasil. São Paulo. Brasiliense, 1990.

_____. Ditadura e sociedade: as reconstruções da memória. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo (Org). *O golpe e a ditadura militar 40 anos depois (1964-2004).* Bauru: EDUSC, 2004.

_____. O colapso do colapso do populismo. In: FERREIRA, Jorge. *O populismo e sua história:* debate e crítica. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2001.

_____. O Partido dos Trabalhadores: trajetória, metamorfoses, perspectivas. In: REIS, Daniel Aarão; FERREIRA, Jorge (Org.) *As Esquerdas no Brasil:* revolução e democracia. 1964. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2007.

RÉMOND, René. Por que a história política? *Estudos históricos.* Rio de Janeiro, v. 7, n. 13, 1994, p. 7-19.

_____. Uma história presente. In: RÉMOND, René. (Org.) *Por uma história política*. 2. ed. Tradução de Dora Rocha. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

ROBIN, Régine. *Le Roman mémoriel:* de l'histoire a l'ecriture Du hos-lieu. Cap. II Traduzido por Rachel Soihet, Márcia Soares e Suely Gomes Costa. Montreal: Lê Preambule, 1989.

RODRIGUES, Iram Jácome. *Sindicalismo e política. A trajetória da CUT.* São Paulo. Scritta , 1997.

RODRIGUES, Leôncio Martins. As tendências políticas na formação das centrais sindicais. In: BOITO JR, Armando. (Org) *O sindicalismo brasileiro nos anos 80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

SANTANA, Marco Aurélio. As centrais sindicais brasileiras e a reestruturação produtiva: análises e propostas. *Sociologia,* Porto Alegre, ano 2, n. 4, jul/dez 2000. p. 186-225.

_____. Entre a ruptura e a continuidade: visões da história do movimento sindical brasileiro". *Revista brasileira de ciências sociais*. n. 41. ANPOCS, 1999.

_____. Trabalho, trabalhadores e sindicatos em meio ao vendaval contemporâneo. *Dados.* Rio de Janeiro, v. 43, n. 2, 2000.

_____. Trabalhadores em movimento: o sindicalismo brasileiro nos anos 1980-1990. In: FERREIRA, Jorge ; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Org.). *O Brasil republicano. v. 4:* o tempo da ditadura regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

_____; NASCIMENTO, Regina Malta. Trabalhadores do Brasil e peões: passado e presente na fala de duas gerações de militantes operários. *Revista Tempo,* n. 7. Março de 1999.

SARLO, Beatriz. *Tiempo Pasado. Cultura de La Memoria y Giro Subjetivo:* una discusión. Buenos Aires: Siglo Vientiuno, 2005.

SKINER, Quentin. *As fundações do pensamento político moderno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Crise da Ditadura Militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985). In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Org.). *O Brasil republicano:* o tempo da ditadura regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.v.4.

THOMPSON, E. P. A economia moral da multidão inglesa no século XVIII. In: _____. *Costumes em comum*. Tradução Rosaura Eichemberg. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. Folclore, antropologia e história social. In: _____. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas: Unicamp, 2001.

VELHO, Gilberto. *Projeto e metamorfose*. Antropologia das sociedades complexas. Rio de Janeiro: Zahar , 1994.

VIANNA, L. Wernwck. *A classe operária e a abertura.* São Paulo: Cerifa, 1983.

_____. *Liberalismo e sindicato no Brasil (1930-45).* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

WEFFORT, Francisco. Origens do sindicalismo populista no Brasil. *Cadernos Sebrap* n 4. Abejun. São Paulo, 1973.

WEFFORT, Francisco. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1978.

FONTES PRIMÁRIAS

Cadernos Democracia Socialista. Vol II. Teses Sindicais. Outubro de 1987. São Paulo. Editora Aparte. Arquivo da Memória Operária do Rio de Janeiro.

Coleção CUT Nacional. “CUT pela base”. Nossa concepção sindical. Arquivo da memória Operária do Rio de Janeiro. Arquivo da Memória Operária do Rio de Janeiro.

EM TEMPO. Nº 248. Out/Nov 1990. Publicação da Tendência Democracia Socialista do PT. Arquivo da Memória Operária do Rio de Janeiro

Porque não aceitamos o Pacto Social. CUT. Edição Especial. Janeiro de 1985.

Primeiro Estatuto da Central Única dos Trabalhadores. São Paulo, 1984.

Resoluções da I Conferência da Classe Trabalhadora. Baia de Ilha Grande, 1981.

Resoluções do Primeiro Congresso Nacional da CUT: 24, 25 e 26 de agosto de 1984. São Bernardo do Campo – SP. Arquivo da Memória Operária do Rio de Janeiro.

Resoluções do Segundo Congresso Nacional da CUT: 31 de Julho e 1, 2 e 3 de Agosto de 1986. Rio de Janeiro – RJ. Arquivo da Memória Operária do Rio de Janeiro.

Resoluções do Terceiro Congresso nacional da CUT: 7 a 11 de Setembro de 1988. Belo Horizonte – MG. Arquivo da Memória Operária do Rio de Janeiro.